

Mestrado em Estudos Medievais

A Assistência da Ordem do  
Hospital: práticas,  
intervenientes e destinatários  
(sécs. XII-XIV)  
Tatiana Cristina Gomes  
Henriques

**M**

2016



**Tatiana Cristina Gomes Henriques**

**A assistência da Ordem do Hospital: práticas, intervenientes e  
destinatários (sécs. XII-XIV)**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, orientada pela  
Professora Doutora Paula Maria de Carvalho Pinto Costa

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2016



# **A assistência da Ordem do Hospital: práticas, intervenientes e destinatários (sécs. XII-XIV)**

**Tatiana Cristina Gomes Henriques**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, orientada pelo(a)  
Professora Doutora Paula Maria de Carvalho Pinto Costa

## **Membros do Júri**

Professora Doutora Maria Cristina Almeida e Cunha Alegre  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Paula Maria de Carvalho Pinto Costa  
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professora Doutora Maria Cristina Pimenta  
Doutora pela Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 valores

*Ao Nuno.*





## Sumário

Agradecimentos.....	7
Resumo.....	8
Abstract.....	9
Índice de gráficos.....	13
Introdução.....	14
Capítulo 1 - Enquadramento teórico e metodologia:.....	18
1.1. Estado da Arte.....	18
1.1. Fontes e metodologia.....	22
1.3. Glossário:.....	27
Capítulo 2 – A assistência na documentação da Ordem: normativa e documentação avulsa.....	33
2.1 Enquadramento normativo.....	34
2.2 Documentação avulsa.....	59
Capítulo 3 – A assistência na perspetiva papal, régia e dos particulares.....	66
3.1 O Papado e Ordem.....	68
3.2 Documentação régia e particular.....	77
Considerações finais.....	95
Fontes e referências bibliográficas:.....	98
Anexos.....	106
Anexo 1 – Regra da Biblioteca da Ajuda.....	106
Anexo 2 – Instituições de caridade da Ordem do Hospital – Séculos XII-XIV.....	117
Anexo 3 – Motivações dos doadores por extracto social- Séculos XII-XIV.....	119



## Agradecimentos

*“No man is an island”.*

**John Mayra Donne**

Nestas que são as últimas palavras escritas nesta dissertação, cabe-me agradecer a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a sua realização.

Em primeiro lugar, agradeço à Doutora Paula Pinto por todo o apoio, paciência e incansável ajuda aos longos dos meses em que se estendeu a realização desta dissertação.

Ao meu pai, pelas palavras de incentivo quando na fase final desta dissertação o cansaço começa a falar mais alto.

Agradeço aos meus amigos por todo o apoio que por vezes é necessário para levar este tipo de barcos a bom porto. Em especial à Mafalda, pelas palavras de apoio e ajuda que despendeu sempre que necessário, e à Ana pelas longas conversas de troca de conhecimentos e principalmente de amizade.

Agradeço ainda a todos os outros que, apesar de não individualizados, contribuíram com apoio, com um ouvido amigo ou um conselho ao longo da realização desta dissertação.

Por fim, ao Nuno pelo tempo, pela compreensão e pelas palavras certas.

## Resumo

A Ordem de Hospital de S. João de Jerusalém, fundada no século XII e, cujos primórdios fundacionais se prendem com a atividade assistencial aos pobres e peregrinos que afluíam à Terra Santa, desempenhou esta faceta sócio-caritativa muito para além do âmbito da sua sede conventual ao longo da Idade Média.

Através da análise da documentação que consta no cartulário geral desta instituição, pretende-se compreender as diversas manifestações da prática caritativa assumida pela Ordem e o alcance que esta teve entre a população medieval. Para dar resposta a estes objetivos, para além de tentarmos compreender os princípios orientadores e os preceitos descritos na sua documentação normativa, incluímos no nosso estudo uma vertente mais relacionada com a execução das tarefas que decorrem deste programa. Assim, partindo da análise dos termos e expressões usados na documentação, privilegiamos a difusão das atividades assistenciais, os locais em que as mesmas tinham lugar, os oficiais que intervinham nestes processos, bem como os principais destinatários.

Em síntese, nesta dissertação procura-se avaliar a difusão das tarefas assistenciais, para além da casa conventual, bem como a evolução da natureza dos cuidados prestados. Ou seja, de práticas mais ligadas às atividades sócio-caritativas parecem convergir para cuidados médicos mais especializados, à medida que o tempo avança.

**Palavras-chave:** Ordem do Hospital, assistência, pobres, peregrinos.

## **Abstract**

The Order of St John, founded in Jerusalem in the 12th century, has its foundational beginnings related to the care activities for the poor and pilgrims that flocked to the Holy Land, activity that appears to have been played throughout the Middle Ages and far beyond the services provided in their conventual house.

Through analyse of the documentation of the cartulary of the Order we will try to understand the manifestations of the charitable activity assumed by the Order, and also, the reach that this activity had among the medieval population. To achieve our proposes, we will try to understand the guiding principles of their regulation, and at the same time, perceive if the documentation can provide information's about the practical execution of the tasks defined in their programme. Therefore, starting with the analyse of the vocabulary and expressions used in the documentation, we will privilege the diffusion of the charitable activities, the locals where these activities had place, the officials involved in the process, and also, their main destinataries.

In conclusion, in this dissertation we make an appraisal of the diffusion of the charitable tasks, beyond the activities of their conventual house, as well as the evolution of the nature of the care rendered. That is, if there is an evolution of this activities from a charitable to a specialized medical activity.

**Keywords:** Order of St John, assistance, poors, pilgrims



## **Índice de gráficos**

Gráfico 1- Número de documentos por pontificado (séculos XII-XIII) com referências à atividade assistencial da Ordem. ....	69
Gráfico 2 - Tipologia da documentação papal com referências à atividade assistencial da Ordem. ....	70
Gráfico 3 - Documentos de emanção régia – Séculos XII-XIV. ....	77
Gráfico 4 - Documentação emanada por outros leigos – Séculos XII-XIV. ....	78
Gráfico 5- Tipologia documentos emandos por religiosos – Séculos XI- XIV.....	79
Gráfico 6 - Motivações das doações – Séculos XII-XIV. ....	81
Gráfico 7 - Motivações assistência – Séculos XII-XIV. ....	82

## Introdução

Com as suas raízes na Jerusalém medieval, a Ordem de S. João do Hospital de Jerusalém aparece intimamente ligada às peregrinações a este lugar santo. Criada sobre a dependência do mosteiro de Santa Maria Latina, tendo alcançado mais tarde a sua autonomia, apresenta no contexto da sua formação uma vincada vertente assistencial, marca identificativa que parece ter sido muito mais arreigada nas suas funções do que em qualquer outra ordem religioso-militar.

De facto, esta faceta assistencial conferiu à Ordem de S. João de Jerusalém ou do Hospital um traço de identidade muito forte e um carácter único na Cristandade do seu tempo. Não obstante, a este carácter particular, esta Ordem foi enquadrada na categoria das Ordens Religioso-Militares, pela faceta que terá, muito provavelmente, também desempenhado na defesa da fé cristã e pelas circunstâncias das suas origens. A sua dimensão assistencial terá marcado, não apenas a já referida fundação, mas também todo o seu percurso ao longo da história.

Facto este que poderá ser verificado através de dois fatores: a alusão a esta prática no próprio nome da ordem, "Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém", numa clara referência ao hospital fundacional nessa cidade para apoio a pobres e peregrinos; e a sua, ainda atual, função caritativa/assistencial que se manteve ao longo da sua história. Ideia semelhante partilha Paula Pinto Costa que escreve que *"Welfare was the primary aim of the Hospitallers, this is to say, caring to the poor and sick who asked for help at their infirmaries and hospitals. This explains the name of the Order itself"*<sup>1</sup>

Mas se recuarmos aos primórdios desta Ordem e, não se querendo cair em repetições sobre a sua fundação, tema tão bem tratado por autores como Paula Pinto Costa, Theresa Vann, Jonathan Riley Smith, serve apenas de nota que *"It was certain that the order of the Hospital of St John originated in a hospital (or hospice), which was already caring for pilgrims when Jerusalem was captured by the first crusade on 15*

---

<sup>1</sup> COSTA, Paula Pinto; PIMENTA, Maria Cristina – The Knights of Marmelar: Peace and conflito in a country of pilgrimage. In *Pilgrims and Pilgrimages as peacemakers in Christianity, Judaism and Islam*. England: Compostela International Studies in Pilgrimage shistory and culture, Ashgate Publishing limited, p. 229.

July 1099”<sup>2</sup>. Ou seja, esta Ordem, sob a alçada do mosteiro de Santa Maria Latina, praticaria a assistência aos peregrinos, mesmo antes da conquista cristã de Jerusalém, não sendo assim resultado da cruzada. Esta última terá, porém, impulsionado e dado destaque à sua atividade – “*The origins of the order were tied to a revival in the eleventh century of the custom of pilgrimage to distant places of religious significance, such as Rome and Jerusalem*”<sup>3</sup>.

A sua independência seria confirmada pela Bula *Pie Postulation Voluntatis*, outorgada por Pascoal II e datada de 13 de fevereiro de 1113, passando a estar sob a direta influência da Santa Sé e podendo escolher os seus mestres e religiosos tal como, e salientando o que nos diz Inês Versos<sup>4</sup>, lhe eram confirmadas as possessões no Ocidente e na Ásia tal como os seus rendimentos e privilégios.

Fruto das diversas conjunturas que atravessou, a Ordem teve ao longo da época medieval diversas localizações no que toca à sua casa mãe. Desde logo, Jerusalém, Acre, Limassol (Chipre), Rhodes e, por fim, Malta. A sua implantação foi muito mais além, tendo-se estabelecido em diversas comunidades distribuídas sobre a alçada das línguas, ou seja, formas de divisão territorial e administrativa, próprias desta organização<sup>5</sup>.

A bula fundacional demonstra já que a Ordem, desde muito cedo, se expandiu por diversos territórios, o que indicará que terá tido entre as comunidades religiosas e civis uma boa aceitação. Sobre esta bula A. Luttrell escreveu que: “*The pope also confirmed the Hospitallers in possession of their properties both in Asia and the West; these were said to include a xenodochium or hospice at Saint Gilles in Provence and six*

---

<sup>2</sup> RILEY-SMITH, Jonathan – *Hospitallers- The history of the order of St John*. England: Bloomsbury, 1999, p. 19.

<sup>3</sup> BRODMAN, James William - *Charity in Medieval Europe*. Washington D.C.: The Catholic University of America Press, 2009, p. 91.

<sup>4</sup> VERSOS, Inês - Ordem de S. João do Hospital de Jerusalém. In *Dicionário Histórico das Ordens e instituições afins em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2010, p. 577-592.

<sup>5</sup> Sobre a estruturação da Ordem em âmbito internacional leia-se: COSTA, Paula Pinto - *A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade* (p. 65-68), onde a autora trata entre outros temas da divisão administrativa da Ordem e da sua organização a nível internacional.

*others in Italy, but it seems likely that all or most of them did not exist or, if they did, that they were not in Hospitaller hands in 1113*<sup>6</sup>.

Ainda sobre esta difusão da Ordem, o mesmo historiador diz que “*In 1113, Gerard, described as the hospice’s founder and provost, regularized the status of this xenodochium in Jerusalem and the seven dependencies that it had acquired in Italy and France by soliciting the recognition and protection of Pope Pascal II*”<sup>7</sup>, defendendo, porém, que não lhe parece que este seja um dado certo e que se trata de uma ideia pouco verossímil.

Será consensual concluir que existem ainda algumas questões, associadas principalmente aos primórdios da Ordem, que não proporcionam acordo entre os autores que lhe dedicam os seus estudos. Esta e outras questões podem resultar da sua fixação na região do médio oriente, onde as constantes deslocções das forças muçulmanas deram lugar à perda de diversa documentação da Ordem, o que dificulta o aprofundamento da investigação.

A verdade é que o papel assistencial da Ordem, apesar de alguns contributos pontuais, é ainda uma das vertentes que carece de esclarecimentos e de um olhar mais atento, sendo que se salienta que a documentação do cartulário espelha muito mais a faceta assistencial do que a faceta militar da Ordem. Mais se poderá dizer que a faceta militar se evidencia com mais frequência em cronologias mais avançadas do que a assistencial, definida esta segunda nos seus estatutos e referida na documentação desde os primórdios da instituição Quanto à faceta militar da Ordem, aparece gradualmente na documentação e, particularmente, ao longo do século XIII vai ganhado mais destaque do que nos dois séculos anteriores.

Note-se que esta, tal como as restantes Ordens Religioso-Militares, tem o seu desenvolvimento “*Intimamente ligado ao movimento das cruzadas, tal aparecimento esta directamente relacionado com a reforma eclesiástica e as novas realizações do monacato da altura, nomeadamente Cister e os Clérigos Regulares*”<sup>8</sup>, ao qual Luís

---

<sup>6</sup> LUTTRELL, Anthony - From Jerusalem to Malta: the Hospital's character and evolution. In *Peregrinationes Acta et Documenta*. Malta: 13–22, Accademia Internazionale Melitense, 2000, p. 2.

<sup>7</sup> BRODMAN, James William - *Charity in Medieval Europe*, p. 92.

<sup>8</sup> FONSECA, Luís Adão – Entrada Ordens Militares. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 4 vols, 2000-2001, p. 334.



Adão da Fonseca acrescenta<sup>9</sup>, ainda, que “*importa relacionar as ordens militares com as correntes que então propugnam uma estreita ligação entre as motivações de carácter religioso e as actividades guerreiras laicas*”<sup>10</sup>. Aliado a estas circunstâncias, a Ordem de S. João de Jerusalém receberia em 1113 um “*modus vivendi*”, devidamente legitimizado pelo Papa Pascoal II, inspirado pela espiritualidade de Santo Agostinho, que se associa claramente aos conceitos de justiça e de guerra, e principalmente, ao de Guerra Justa. Assim, importa compreender como é que esta Ordem que, na sua génese, poderia estar também votada a uma certa atividade militar, faceta que com toda a certeza terá desempenhado, esteve sobretudo, e antes de mais, ligada às questões assistenciais.

Interessa-nos ainda compreender como é que uma Ordem tão marcadamente assistencial, assumindo esta faceta como o seu propósito fundacional, transmite e apresenta esta característica na documentação. Analisando estas questões, também pela via terminológica, através da identificação dos vocábulos usados para expressar este tipo de práticas, podemos tentar perceber se durante o período medieval foi valorizada de forma constante ou se, por outro lado, poderá ter perdido terreno para a vertente militar e senhorial da instituição.

Estas são apenas algumas das questões que pretendemos ver respondidas e que esperamos que tragam novos esclarecimentos sobre a faceta assistencial da Ordem.

---

<sup>9</sup> FONSECA, Luís Adão – Entrada Ordens Militares. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 4 vols, 2000-2001, p. 334.

<sup>10</sup> Ideia semelhante defende Paula Pinto Costa que na sua tese *A Ordem Militar do Hospital em Portugal* declara que estas ordens religioso-militares são “sínteses do espírito monástico e da mística cavaleiresca (p. 50).

# Capítulo 1 - Enquadramento teórico e metodologia:

## 1.1. Estado da Arte

A leitura da bibliografia publicada sobre o tema em estudo permitiu perceber que os níveis de investigação sobre os tópicos que este trabalho toca se encontram em patamares bastante díspares.

Sobre a Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém encontramos diversos autores que dedicaram os seus estudos, nomeadamente às suas raízes e evolução, não apenas no que concerne ao período medieval, mas abrangendo também de forma transversal outras cronologias.

Sobre o tema da dissertação em concreto, maioritariamente, encontramos bibliografia estrangeira, sendo de salientar autores como Theresa Vann<sup>11</sup>, Riley-Smith<sup>12</sup> e Helen Nicholson<sup>13</sup>. Para o caso português Paula Pinto Costa<sup>14</sup> tem dedicado os seus estudos a temáticas relacionadas com esta Ordem, embora nunca ao aspeto assistencial que elegemos como central desta dissertação. A verdade é que, apesar de a vertente assistencial ser referida pelos diversos autores, os trabalhos publicados dedicam-se muito mais ao estudo da implantação da Ordem em determinado território, da sua relação com a monarquia e outros poderes com quem convivia e da organização em comendas.

O interesse destes autores pelas raízes da Ordem e pela sua fixação nos diversos reinos e regiões tem sido marca das abordagens bibliográficas desde cedo: ainda no século XIX encontramos para o caso inglês o estudo compilado por Lambert Larking<sup>15</sup>;

---

<sup>11</sup> VANN, Theresa, KAGAY, Donald – *Hospitaller piety and crusader propaganda*. United Kingdom: Ashgate Publishing Company, 2015.

<sup>12</sup> RILEY-SMITH, Jonathan - *The Knights Hospitaller in the Levant, C.1070-1309*. Great Britain: Palgrave Macmillan, 2012.

<sup>13</sup> NICHOLSON, Helen - Charity and hospitality in militar Orders. *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros*. Palmela: Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares, Vol. 1, GEOS - Município de Palmela, 2012.

<sup>14</sup> COSTA, Paula Pinto - *A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos Finais da Idade Média à Modernidade*. Fundação Eng. António de Almeida, *Militarium Ordinum Analecta*, 3/4, 1999/2000.

<sup>15</sup> LARKING, Lambert – *The knights Hospitallers in England: being the report of the Prior Philip de Thame to the Grand Master Elyan de Villanova for A.D. 1338*. London: Camden Society, 1862.

J. Delaville Le Roulx com uma obra síntese sobre a Ordem<sup>16</sup>; de Philippe Josserand um estudo para o século XIV sobre o priorado de Castela<sup>17</sup>; John Riley-Smith que, entre os seus diversos trabalhos, realizou uma obra síntese de divulgação da ordem intitulada *Hospitallers: The History of the Order of St John*<sup>18</sup>; Helen Nicholson com uma obra síntese sobre a Ordem desde os seus primórdios até à atualidade<sup>19</sup>; e poderemos ainda olhar para o caso de Portugal com os de Paula Pinto Costa<sup>20</sup> ou Isidro Garcia Tatto para o caso da Galiza<sup>21</sup>.

Na verdade, os títulos multiplicam-se, embora as abordagens incidam em perspetivas mais globais ou de enfoque mais locais. Mas sobre a Ordem deverá, sem dúvida, destacar-se dois nomes no que toca à compilação de fontes<sup>22</sup>: Jean Delaville le Roulx<sup>23</sup> e Theresa Vann<sup>24</sup>.

Distantes cronologicamente entre si, na medida em que o primeiro tem os seus trabalhos publicados entre o fim do século XIX e a primeira metade do século XX, enquanto Theresa Vann, nossa contemporânea, continua a dedicar os seus estudos a temas ligados aos fundos documentais da Ordem.

Delaville consagrou diversos dos seus estudos à compilação de fontes, de que é exemplo o cartulário da Ordem que usamos como base documental para esta dissertação. Nesta obra reuniu diversos documentos sobre a Ordem, das mais diversas

---

<sup>16</sup> LE ROULX, J. Delaville – *Les Hospitaliers en Terre Sancte et a Chypre*. Paris : Ernest Leroux, 1904.

<sup>17</sup> JOSSERAND, Philippe – A l'épreuve d'une logique nationale: le prieuré castillan de l'hôpital et rhodes au XIVe siècle. *Revue Mabillon, Revue Internationale d'Histoire et de Littérature Religieuses*, nº14, 2003, p. 115-138.

<sup>18</sup> RILEY-SMITH, Jonathan - *The History of the Order of St John*. England: Bloomsbury, 1999.

<sup>19</sup> NICHOLSON, Helen – *The Knights Hospitallers*. Great Britain: The Boydell Press, 2001.

<sup>20</sup> A autora dedicou as suas duas teses, Mestrado e Doutoramento, ao estudo exaustivo da Ordem, do seu funcionamento. Para além disso explorou ainda questões sobre a fixação da Ordem em Portugal e o seu percurso até aos primórdios da modernidade.

<sup>21</sup> TATO, Isidro García- *Las encomiendas Galegas de la Orden militar de San Juan de Jerusalén. Estudio y Edición documental. Época Medieval*. Santiago de Compostela: Tomo I, Instituto de Estudios Gallegos «Padre Sarmiento», Consejo Superior de Investigaciones científicas, Xunta de Galicia, 2004.

<sup>22</sup> Sobre este tema poderá ainda se destacar o nome de: LAGARRETA, Santos García - *Estatutos antiguos de la Orden de San Juan* onde o autor analisa alguns documentos que estão no Arquivo Histórico Nacional de Madrid; ou ainda LUTRELL, Anthony - *The hospitaller's early statutes*. In *Revue Mabillon*, nº14, p. 9-22.

<sup>23</sup> LE ROULX, J. Delaville – *Cartulaire Général des Hospitaliers de S. Jean de Jérusalem*., Paris: Ernest Leroux, 4 tomos, 1894-1901.

<sup>24</sup> VANN, Theresa - *The Archives and Library of the Sacra Infermeria, Malta*. In *The Medieval Hospital and Medical Practice*. Cornwall: Ashgate, 2007, p. 19-40.

proveniências e, que nos permitem formular uma visão ampla da Ordem durante o período medieval.

Já Theresa Vann, para além de uma extensa bibliografia, não apenas sobre a Ordem do Hospital, como membro do “Hill Museum and Manuscript Library”, instituição que trabalha para a preservação de fontes de todo o mundo, levou a cabo diversas obras de síntese dos principais fundos, onde poderemos encontrar fontes para o estudo da Ordem e que se encontram disponíveis nos seus arquivos<sup>25</sup>.

Quanto à assistência praticada pela Ordem encontramos algumas referências em algumas partes de trabalhos dos autores supracitados. Poderá, pois, destacar-se um pequeno artigo de Theresa Vann, intitulado “Our lord the sick”<sup>26</sup>; de Riley-Smith o capítulo “The Jerusalem Hospital”<sup>27</sup>, enquadrado na já referida obra de divulgação da ordem *Hospitaller – The history of the Order of St John* ou, ainda uma pequena análise que Paula Pinto Costa faz na sua tese “A Ordem Militar do Hospital em Portugal. Dos finais da Idade Média à Modernidade”<sup>28</sup> a parte da “Regra da Biblioteca da Ajuda” referente à assistência<sup>29</sup>.

Deverá ainda ser citado o trabalho de Joana Ladeira da Costa, que em 2011 defendeu a sua dissertação na Faculdade de Letras da Universidade do Porto<sup>30</sup>, cujo objetivo era semelhante ao desta que aqui se apresenta. Apesar de a autora não ter conseguido ter acesso às fontes, o seu trabalho apresenta uma síntese de âmbito geral sobre o que, até ao momento, havia sido estudado sobre a assistência da Ordem no período medieval.

Para além do tema específico desta dissertação, poderá ainda ser referida a bibliografia que incide sobre a prática assistencial na Idade Média. Sobre este último tema os títulos multiplicam-se. Uma pesquisa sobre o tema permite perceber que os

---

<sup>25</sup> VANN, Theresa - *Inventory of the Archives of the Order of Malta Microfilmed by HMML*. Minnesota: 3 volumes, Hill Museum & Manuscript Library Collegeville.

<sup>26</sup> VANN, Theresa - Our Lords the sick. *Christian History*, 101. Worcester: 2011, p. 31-32.

<sup>27</sup> RILEY-SMITH, – *Hospitallers -The history of the order of St John*, p. 19-30.

<sup>28</sup> COSTA, Paula Pinto - *A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos Finais da Idade Média à Modernidade*, [on-line]. Fundação Eng. António de Almeida, *Militarium Ordinum Analecta*, 3/4, 1999/2000, p. 87-90.

<sup>29</sup> Uma vez que a parte desta regra sobre a assistência se revelou bastante rica, a mesma é transcrita e anexada (Anexo 1) a esta dissertação.

<sup>30</sup> DA COSTA, Diana Daniela Ladeira- *As práticas assistenciais da Ordem Militar e Religiosa do Hospital*. Tese de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011.

títulos vão desde estudos sobre a assistência num contexto geral a abordagens sobre instituições religiosas onde a prática era versada, passando por estudos que incidem sobre a condição de pobreza e marginalidade ou ainda sobre as motivações daqueles que doavam bens para fins assistenciais.

Assim, a título de exemplo, poderão destacar-se nomes como James William Brodman, com o seu trabalho “Charity and Welfare. Hospitals and the Poor in Medieval Catalonia”<sup>31</sup> ou ainda o seu trabalho “Charity in Medieval Europe”<sup>32</sup> de carácter mais geral, as Actas da Pobreza e da Assistência do Encontros Luso-espanhóis de História Medieval da década de 70<sup>33</sup>, onde diversos autores deram o seu contributo sobre o tema, ou ainda, os trabalhos de José Marques, dos quais se poderá indicar o seu artigo “Peregrinos e Peregrinações à Terra Santa”<sup>34</sup>.

Outro dos temas subsidiário para este trabalho é a medicina praticada na Idade Média. Sobre o tema foi possível encontrar publicações periódicas como as da “Medicina na Beira Interior – Da pré-história ao século XXI”<sup>35</sup>, a obra “História da Medicina em Portugal” de Maximiano Lemos<sup>36</sup>, o artigo de Cristina Moião intitulado “Hospitais Medievais de Lisboa”<sup>37</sup>, de Eran Dolev e Nachshon Knoller o artigo “Military Medicine in the Crusaders' Kingdom of Jerusalem”<sup>38</sup> e, mais recentemente, a dissertação de mestrado de André da Silva<sup>39</sup> sobre a Medicina na Idade Média, defendida em 2015.

---

<sup>31</sup> BRODMAN, James William - *Charity and Welfare: Hospitals and the poor in Medieval Catalonia*. University of Pennsylvania Press, Philadelphie, 1998.

<sup>32</sup> BRODMAN, James William - *Charity and religion in Medieval Europe*, [on-line], The Catholic University of American Press, Washington D. C., 2009.

<sup>33</sup> *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Lisboa: I Jornadas luso-espanholas de história medieval Actas, 2 volumes.

<sup>34</sup> MARQUES, José - “Peregrinos e peregrinações medievais do ocidente peninsular nos caminhos da Terra Santa”, in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, p. 103-121.

<sup>35</sup> *Medicina na Beira Interior – Da pré-história ao século XXI*. Castelo Branco: Cadernos de Cultura de Publicação não periódica, 1989, ainda em edição.

<sup>36</sup> LEMOS, Maximiliano - *História da Medicina em Portugal: Doutrinas e Instituições*. Lisboa: vol. I, Manoel Gomes Editor, 1860-1923.

<sup>37</sup> MOISÃO, Cristina – Hospitais Medievais de Lisboa. *Revista da Ordem dos Médicos – A saúde e a doença na Idade Média*. Lisboa: Edição Ordem dos Médicos 2012, p. 68-82.

<sup>38</sup> DOLEV, Eran, KNOLLER- Nachshon, Military Medicine in the Crusaders' Kingdom of Jerusalem. In *The Israeli Medical Association Journal*. Israel: vol. 3, Maio, 2001, p.389-392.

<sup>39</sup> DA SILVA, André- *Físicos e cirurgiões medievais portugueses: Contextos socioculturais, práticas e transmissão de conhecimentos (1192-1340)*. Dissertação de Mestrado. Porto: 2015.

Numa perspetiva geral, a bibliografia identificada permitiu-nos entrar em linha de conta com o que já foi feito sobre o tema e, também, ter presente o que foi feito sobre os temas que lhe estão intimamente ligados, o que poderá sustentar uma possível análise comparativa entre esta Ordem e o que era feito noutras instituições medievais.

## **1.1. Fontes e metodologia**

### **1.2.1 Fontes**

Com o objetivo de compreender como funcionava a rede assistencial da Ordem do Hospital foi recolhido um conjunto de fontes que permitisse perceber também, não apenas as práticas que a Ordem levaria a cabo no seu hospital, mas também de que forma esta prática é representada nas fontes documentais.

Como já referido anteriormente, a bibliografia sobre a Ordem apresenta algumas lacunas sobre a sua prática assistencial. Apesar de os autores serem consensuais em relação à ideia de que esta constituiu sem dúvida nenhuma a razão da sua génese, outros aspetos da Ordem têm sido muito mais estudados. James Broadman na sua obra *Charity in Medieval Europe* defende que “*Historians have paid a great deal of attention to the military responsibilities of the Order of St. John in Palestine and in the Iberian Peninsula but generally have ignored its ongoing works of charity*”<sup>40</sup>. Esta razão é, desde logo, a que torna este tema tão pertinente, restando-nos, então, tentar compreender de que forma se processaria.

Através das fontes consultadas procurar-se-á compreender duas vertentes: o modo como a Ordem espelha estas práticas, usando sobretudo textos normativos, e tentando identificar o modo como seriam, de facto, executadas; e a forma como terceiros viam esta mesma atividade. Mas, se a primeira vertente nos permitirá perceber o peso da assistência na normativa e nas práticas da Ordem, a segunda ajudar-nos-á a compreender a sua difusão entre as comunidades europeias medievais.

Assim, poderemos aglomerar a documentação recolhida em dois grupos:

- Textos normativos: por um lado, a regra primitiva e a regra da Biblioteca da Ajuda e, por outro lado, os estatutos. Através destas fontes será

---

<sup>40</sup> BRODMAN, James William - *Charity in Medieval Europe*, p. 93.

possível identificar os termos usados para se reportarem a esta prática e perceber o papel da assistência nos textos normativos da Ordem. Neste domínio, tentar-se-á compreender as funções daqueles a quem cabiam as atribuições assistenciais.

- Documentação avulsa reunida no Cartulário geral da Ordem publicado por D. Le Roulx: engloba em si um vasto leque de documentos (4912 documentos) que consagram regiões muito distintas e temas igualmente diversos. Através deste cartulário tentar-se-á compreender os elementos essenciais da difusão destas práticas entre as comunidades referidas na documentação.

Como referido, da documentação que foi possível recolher, os textos que melhor e mais abundantemente espelham a visão da Ordem sobre as práticas assistenciais são os seus textos normativos, ou seja, as suas regras e estatutos. Estes, à exceção da Regra da Ordem que se encontra na Biblioteca da Ajuda<sup>41</sup>, encontram-se publicados no cartulário da Ordem<sup>42</sup>, coletânea de documentos iniciada nos finais do Século XIX e terminada em 1901.

A diversidade de documentos recolhidos por Delaville le Roulx permitiu assim que, para além do acesso aos textos referentes à casa central da Ordem em Jerusalém, pudéssemos ainda ter informação relativa a alguns dos procedimentos utilizados por outras comunidades de hospitalários, como, por exemplo, a das irmãs hospitalárias de Sigena<sup>43</sup>.

Para além disso, foi-nos possível encontrar outros estatutos publicados, não apenas referentes à assistência, no livro “*Statuto Ordinis Domus Hospitalis Hierusalem*”<sup>44</sup> do século XVI ou, ainda, na obra “*Statuts d’hôtels-dieu et*

---

<sup>41</sup> BIBLIOTECA DA AJUDA, *Regra da Ordem de S. João de Jerusalém*, nº 49-II-32, fls. 44v-56.

<sup>42</sup> LE ROULX, J. Delaville – *Cartulaire Général des Hospitalliers de S. Jean de Jérusalem*. Paris : Ernest Leroux, 4 tomos, 1894-1901.

<sup>43</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 859, p. 532- 547.

<sup>44</sup> Sobre esta obra será importante referir que esta deverá ter sido resultado de uma proliferação dos estatutos da Ordem que se terá dado no século XVI. Foi possível encontrar mais dois livros semelhantes onde os estatutos estão compilados e que seguem uma lógica semelhante. Aliado a isto foi ainda possível encontrar dois livros de manuscritos espanhóis, do mesmo período cronológico e, que seguem também eles a mesma lógica de organização. Por fim o mesmo se verifica com a *Regra da Biblioteca da Ajuda*.

*Leproseries*”<sup>45</sup>, obra que compila diversos estatutos de diferentes ordens e instituições religiosas realizado por Léon Le Grand. Estes estatutos foram também, em 1999, alvo de publicação *online* por Jürgen Sarnowsky da Universidade de Hamburgo, tendo por base um manuscrito da Biblioteca Nacional de Malta<sup>46</sup>.

Divididos por uma vasta cronologia, do século XII ao século XVI, permitem perceber, quando comparados, a evolução cronológica face à assistência praticada. Através dos textos identificados, será possível apurar se existe uma evolução de vocábulos, de métodos e da própria posição da assistência dentro da ordem.

Apesar da utilização de fontes diversas, o Cartulário será a fonte primordial desta dissertação, sendo que se pretende através da sua análise compreender de que forma se estruturava e funcionava a rede assistencial dos Hospitalários. As dificuldades são várias. A verdade é que os documentos deste cartulário têm finalidades tão diversas, que permitem apenas a recolha de informações pontuais e indiretas, que interpretadas com a ajuda da bibliografia, trarão conhecimento novo.

Mas, por outro lado, a análise de documentos das mais diversas naturezas e finalidades fornece-nos informações e visões completamente diferentes e que, juntas, permitem estabelecer um quadro geral da visão da Ordem e da sua prática assistencial.

Assim, os documentos publicados no *Cartulaire Général des Hospitaliers de S. Jean de Jérusalem* são, sem dúvida nenhuma, aqueles que nos fornecessem o maior número de informações, como já tivemos oportunidade de salientar.

Encontramos na sua grande maioria doações, bulas, resoluções de contendas e documentos normativos, provenientes de locais diferentes, cujos outorgantes provêm de estratos sociais diferentes. Conclusão possível de averiguar pelos títulos que envergam, ou a sua falta, e pela quantidade de bens que doam ou em que condições o fazem.

---

<sup>45</sup> LE GRAND, Léon - *Statuts d'hotels-dieu et Leproseries- Recueil des textes du XIIe au XIVe siècle*. Paris : Alphonse Picard et fils Éditeurs, 1901.

<sup>46</sup> Estes estatutos encontram-se disponíveis online em [25/09/2016]: <http://www1.uni-hamburg.de/hospitallers/hospitallers.html>.



### 1.2.2. Objetivos e metodologia

Sendo que a faceta assistencial é na Ordem dos Cavaleiros do Hospital de S. João de Jerusalém a vertente primordial, esta investigação parte exatamente da necessidade de sabermos como se processava essa mesma faceta e da forma como esta era vista.

Como já foi referido anteriormente, esta investigação partiu de uma análise das fontes normativas, aquelas que nos poderão melhor demonstrar o funcionamento da instituição e, ao mesmo tempo, poderemos considerá-las como a “realidade” mais próxima das práticas que deveriam ser levadas a cabo pelos freires hospitalários.

A verdade é que apesar de sabermos que estes documentos nos podem fornecer informações riquíssimas sobre as suas práticas, será relevante salientar que espelhariam apenas uma parte daquilo que realmente aconteceria, ideia que exploraremos mais à frente.

Mas, se esta documentação ajudar a perceber as ações levadas a cabo pela Ordem e os seus fundamentos, a restante documentação analisada permitirá perceber a visão que os terceiros teriam da Ordem.

Queremos ainda explorar se a documentação compulsada no cartulário espelha, ou não, e até que ponto esta ação caritativa estava difundida entre as comunidades europeias o que nos ajudará a perceber se a sua ação se faz junto às mesmas, ou apenas nos seus hospitais centrais.

Este trabalho passava ainda pela análise do caso português, vertente da investigação que se tornou infrutífera. Este passaria pelo levantamento nas inquirições de 1220, 1258 e 1288 das igrejas pertencentes à ordem e, através dos seus oragos, perceber se estas poderiam ou não estar relacionadas com a assistência.<sup>47</sup> Apesar de as referencias a bens da ordem serem bastante ricas neste tipo de documentação, a verdade é que o volume de informação referente às igrejas não permitiu chegar a conclusões

---

<sup>47</sup> Para este ponto, seria fundamental o trabalho de Paula Pinto Costa e Lúcia Rosas, *A Calendar of Sixteenth-Century Judicial Holydays: Rule, Spirituality and Devotion*, onde as autoras se dedicam a estudar o calendário religioso da Ordem do Hospital, e onde fazem referência a diversos dos santos e mártires e que geralmente são votados. COSTA, Paula Pinto; ROSAS, Lúcia - *A Calendar of Sixteenth-Century Judicial Holydays: Rule, Spirituality and Devotion*. In *The Journal of Religious History, Literature and Culture* 2/1, University of Wales Press, 2016, p. 72-92.

sólidas que nos pudessem indicar a ação assistencial da Ordem em território português durante a Idade Média.

Quanto à metodologia e, tendo em conta os objetivos deste trabalho e a amplitude de documentos analisados, esta dissertação partiu para além da leitura bibliográfica, da análise e recolha de todo o tipo de informação que pudesse ser relevante na documentação selecionada.

A verdade é que este processo passou, não apenas pela análise de documentos em que a prática assistencial fosse a temática, mas muito mais pela procura em documentos diversos de vocabulário ou, de informação indireta, sobre esta prática.

Assim, na recolha de informação encontramos, mais uma vez, os documentos normativos onde a prática da assistência, e outras práticas, são reguladas, sendo esse o seu objetivo; e os outros acervos, onde também encontramos documentos relacionados diretamente com esta prática mas, também, aqueles onde esta informação se revela indiretamente.

Neste ponto foi, assim, necessário perceber alguns dos vocábulos relacionados com a assistência e tentar fazer o seu levantamento nesta documentação. Neste ponto foi fundamental a consulta de trabalho como o de Joana Lencart sobre o Costumeiro de Pombeiro ou, então, os trabalhos de José Marques sobre os peregrinos e peregrinações, pois a prática assistencial seria comum às diversas comunidades religiosas e os vocábulos utilizados bastante semelhantes.

Neste ponto tornou-se ainda fundamental a consulta de dicionários de latim/português, o *Elucidário das palavras, termos, e frases antiquadas da Língua Portuguesa* de Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo<sup>48</sup> e, ainda do dicionário de *História religiosa de Portugal*<sup>49</sup>. Estes permitiram também compreender um pouco mais os vocabulários com que nos fomos cruzando, a par dos trabalhos supracitados que, para além de nos elucidarem sobre os vocábulos, ajudaram também a compreender exemplos de palavras com que nos poderíamos ir cruzando ao longo desta pesquisa.

---

<sup>48</sup> VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa - *Elucidário das palavras, termos, e frases antiquadas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Panorama, 2 tomos, 1865.

<sup>49</sup> AZEVEDO, Carlos A. Moreira- *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 4 vols, 2000-2001.

Depois de identificar os documentos relacionados com o tema e a terminologia usada nos mesmos, pretende-se aferir se podemos falar de uma verdadeira rede assistencial e os modos em que a mesma terá sido constituída. Assim, tentaremos responder a perguntas como: Quem doa? O que doa? O objetivo da doação e a sua eventual relação com a prática assistencial? Espelham estes documentos uma assistência difundida ou apenas presente nas casas conventuais, isto é, na sede da Ordem? Para tal será necessário fazer uma sistematização de dados que nos ajudem a compreender e a passar ao leitor as informações que contribuam para responder a estas perguntas.

A terceira parte deste trabalho passará pela análise dos mesmos elementos, pela apresentação das conclusões possíveis e pela análise de alguns documentos “chave” que claramente nos deram novas luzes sobre o tema e que referem diretamente a assistência.

### 1.3. Glossário:

Termo	Definição/ Contexto aparecimento	Primeira Referência
<i>Albergariam</i>	<i>“in ripam d’Aregone, illam ecclesie et illam albergariam”</i> <sup>50</sup> Definido como <i>“Hospitium, domus vel ejus incola”</i> <sup>51</sup> , que traduzido nos indica que se trataria de uma local onde se pratica hospitalidade.	1335 – Doc. 110
<i>Asylum</i>	<i>“ipsius Christi pauperibus dedicatum novimus asylum”</i> <sup>52</sup> . Segundo definição do dicionário latim/português <i>asylum</i> significa: <i>“templo, lugar inviolável, refúgio, asilo”</i> <sup>53</sup> .	1217 - Doc. 1525
<i>Custos</i>	<i>“Frater Guarinus de Monte Acuno, Dei gratia domus</i>	1224 –

<sup>50</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 110, p. 93.

<sup>51</sup> <http://logeion.uchicago.edu/index.html#albergus>.

<sup>52</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 1525, p. 206.

<sup>53</sup> Dicionário de Latim-Português, entrada *Asylum*, Porto Editora, p. 87.

Termo	Definição/ Contexto aparecimento	Primeira Referência
<i>Pauperum</i>	<i>Hospitalis Jerusalem magister et pauperum cristi custos</i> <sup>54</sup>  A palavra <i>custos</i> é definida como: “a guard, watch, preserver, keeper, overseer, protector, defender, attendant” <sup>55</sup> ou ainda “guarda, guardião, protetor, defensor” <sup>56</sup> . Associada à palavra <i>pauperum</i> , poderemos definir esta expressão como protetor dos pobres.	Doc. 1789
<i>Debiles</i>	“ <i>sustentandum pauperus et debiles</i> ” <sup>57</sup> Definido como “ <i>wanting, or deprived of, bodily strength, enfeebled, crippled</i> ” <sup>58</sup>	1191 – Doc. 912
<i>Dormitorio</i>	“ <i>cum dormitorio predicti Hospitalis</i> ” <sup>59</sup> Segundo definição do dicionário significa: “ <i>quarto de dormir, dormitório</i> ” <sup>60</sup>	1148 – Doc. 179
<i>Elemosine</i>	“ <i>ego Jordanus, filius Radulphi, filii Brieni, dedi Deo, , et sancte Marie, et omnibus sanctis, et Roberto capellano in elemosina</i> ” <sup>61</sup> Definido como: “ <i>alms, alms-giving</i> ” <sup>62</sup> ,	1100 – Doc. 2
<i>Egenis</i>	“ <i>multipliciter pauperes et egenos</i> ” <sup>63</sup> . Seguindo a definição do termo <i>egenus</i> significa “ <i>Requiring financial or other assistance, needy, necessitou</i> ” <sup>64</sup> .	1134 – Doc. 104

<sup>54</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 1789, p. 326.

<sup>55</sup> <http://logeion.uchicago.edu/index.html#custos>.

<sup>56</sup> Dicionário de Latim-Português, entrada *custos, ôdis*, Porto Editora, p. 196.

<sup>57</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 912, p. 579.

<sup>58</sup> Oxford Latin Dictionary, entrada *debilis*, Oxford University Press, 1982, p. 487.

<sup>59</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 179, p. 139.

<sup>60</sup> Dicionário de Latim-Português, entrada *Dormitorium*, Porto Editora, p. 236.

<sup>61</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 2, p. 1.

<sup>62</sup> <http://logeion.uchicago.edu/index.html#elemosina>.

<sup>63</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 104, p. 90.

Termo	Definição/ Contexto aparecimento	Primeira Referência
<i>Herbergiis</i>	<p><i>“in capitulo generali, celebrato in herbergiis prope Cesarium, et Jaffam, in Accone ad Vineam Novam”</i><sup>65</sup>.</p> <p>Este termo têm significado semelhante a albergue como nos remete o Dicionário Online da Universidade de Chicago<sup>66</sup>.</p>	1262 – Doc. 3039
<i>Hospital</i> <i>/Hospitalis</i>	<p><i>“pro redemption animarum suorum ab integro Deo et S. sepulcro et Hospitali Iherosalem”</i><sup>67</sup>.</p> <p>Definido como <i>“(a)An establishment for the reception, protection, and care of pilgrims and travelers; hospice; ?also, a monastic guesthouse; (b) a charitable institution providing residence and care for the poor; almshouse, beadhouse; ~ of povre men, povre ~; (c)?a chantry; (d) a place of protection or succor, a refuge, asylum; also fig.; (e) holden ~, to be hospitable; holden ~ to, give hospitality to (a stranger), receive and entertain as a guest”</i><sup>68</sup>. Ou ainda como: <i>“ Of or coonected with (the practice, obligations, etc., of), hospitality”</i><sup>69</sup>; <i>“ 1. De hóspede, relative aos hóspedes; 2. Hospitaleiro”</i><sup>70</sup>.</p> <p>Definido por Cristina Moisés como: “hospital na Idade Média era uma pequena instituição economicamente independente à custa de rendas de propriedades doadas por beneméritos, com regulamentos de funcionamento</p>	1100-1110 – Doc. 3

<sup>64</sup> Oxford Latin Dictionary, entrada *egenus*. United Kingdom: Oxford University Press, 1982, p. 594.

<sup>65</sup> Cartulaire, vol. III, doc. 3039, p. 44.

<sup>66</sup> <http://logeion.uchicago.edu/index.html#alberga>.

<sup>67</sup> Cartulaire, vol I, doc. 3, p. 2.

<sup>68</sup> Dicionário Middle English Dictionary Entry, Universidade de Michigan. On-line: <http://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED21265> [07/09/16].

<sup>69</sup> Oxford Latin Dictionary, entrada *hospitalis*, Oxford University Press, 1982, p. 807.

<sup>70</sup> Dicionário de Latim-Português, entrada *Hospitalis*, Porto Editora, p. 87.

Termo	Definição/ Contexto aparecimento	Primeira Referência
	que na generalidade garantiam prioritariamente os direitos dos doentes e pobres e que exigiam aos funcionários rigorosos deveres” <sup>71</sup> .	
<i>Hospitium</i>	<p>“<i>a fratribus Hospitalis Jerosolymorum, do et Hospitalis pauperum laudo et concede locum quemdam in circuitu Beate Marie, qui est ante eorum hospitium</i>”<sup>72</sup>.</p> <p>Definido como: “<i>the relation of host and guest; hospitality, 10.460; friendly reception, entertainment; protection, hospitality, welcome, 1.299; guest-land, ally, 3.15; refuge, 1.540; alliance, 11.114. (hospes)</i>”<sup>73</sup>;  “<i>3. A place in wich to stay, guest accommodation. b. hired quarters, lodgings. c. one’s house, home</i>”<sup>74</sup>.</p>	1100-1134 - Doc. 5
<i>Imbecilles</i>	<p>“<i>que in pauperum et imbecilles et infirmus habundantur</i>”<sup>75</sup></p> <p>Definido como: “<i>weak, feeble</i>”<sup>76</sup>; “<i>inapto ou impróprio para a guerra, que não serve para combater, pacífico, imbele; 2. Sem luta, sem guerra; 3. Fraco, sem força, mole, pusilâmine, efeminado, voluptuoso</i>”<sup>77</sup>. Seguindo a definição do termo semelhante <i>imbecilitas</i> este significa “<i>1. Physical or muscular weakness. b. weakness resulting from illness,</i></p>	1183 – Doc. 649

<sup>71</sup> MOISÃO, Cristina – “Hospitais Medievais de Lisboa”, in *Revista da Ordem dos Médicos*. Setembro, 2012, p.70.

<sup>72</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 5, p. 9.

<sup>73</sup> <http://logeion.uchicago.edu/index.html#hospitium>.

<sup>74</sup> Oxford Latin Dictionary, entrada *hospitium*, Oxford University Press, 1982, p. 807.

<sup>75</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 649, p. 438.

<sup>76</sup> <http://logeion.uchicago.edu/index.html#imbecillus>.

<sup>77</sup> Dicionário de Latim-Português, entrada *Indigeo*, Porto Editora, p. 326.

<b>Termo</b>	<b>Definição/ Contexto aparecimento</b>	<b>Primeira Referência</b>
	<i>or constitutional weakness. c. weakness (of physical faculties) ”<sup>78</sup>.</i>	
<i>Indigentes</i>	“ <i>Ibi enim indigentes et paupers reficiuntur, infirmis multimoda humanitatis obsequia exhibentur</i> ” <sup>79</sup> Definido como “ <i>ter falta de, ter necessidade de, estar privado de</i> ” <sup>80</sup> .	1139- 1143- Doc. 130
<i>Infirmorum</i>	“ <i>recreatione pauperum et infirmorum</i> ” <sup>81</sup> Definido como “ <i>not strong, weak, feeble, infirm</i> ” <sup>82</sup> .	1137- Doc. 124
<i>Inopi</i>	“ <i>ad tantam paupertatem et inopiam</i> ” <sup>83</sup> “ <i>Necessitado; inopis: (adj.), without means; poor, needy; wretched (destitute of means to pay Charon), 6.325; of things, meager, mean, humble, 8.100; of the mind, w. gen., bereft of, 4.300</i> ” <sup>84</sup> .	1301 – Doc. 4529
<i>Pauperum</i>	“ <i>assidue tribui in pauperum elemosine</i> ” <sup>85</sup> Definido como “ <i>poor, not wealthy, of small means</i> ” <sup>86</sup>	1100-1110 – Doc. 3
<i>Peregrinus</i>	“ <i>Et peregrinus de Argunbal</i> ” <sup>87</sup> . Definido como “ <i>that comes from foreign parts, strange, foreign, exotic (cf.: exter, externus)</i> ” <sup>88</sup> .	1100-1110 – Doc. 3
<i>Solatia</i>	“ <i>multa eis solatia et beneficis ministravit</i> ” <sup>89</sup> Definido como “ <i>1. alívio, consolação, 2. Minoração,</i>	1143 – Doc. 1789

<sup>78</sup> Oxford Latin Dictionary, entrada *imbecillitas*, Oxford University Press, 1982, p. 831.

<sup>79</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 130, p. 107.

<sup>80</sup> Dicionário de Latim-Português, entrada *Imbecilles*, Porto Editora, p. 326.

<sup>81</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 124, p. 103.

<sup>82</sup> <http://logeion.uchicago.edu/index.html#infirmus>.

<sup>83</sup> *Cartulaire*, vol. IV, doc. 4529, p. 3.

<sup>84</sup> <http://logeion.uchicago.edu/index.html#inops>.

<sup>85</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 3, p. 3.

<sup>86</sup> <http://logeion.uchicago.edu/index.html#pauperum>.

<sup>87</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 3, p. 3.

<sup>88</sup> <http://logeion.uchicago.edu/index.html#peregrinus>.

<sup>89</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 154, p. 123.

Termo	Definição/ Contexto aparecimento	Primeira Referência
	<i>atenuação</i> <sup>90</sup>	
<i>Xenodochii</i>	<p><i>“Deo ac pro se Jherosolimitano Xenodochio”</i><sup>91</sup></p> <p>Definido por Fielding Garrison como <i>“Xenodochia, for poor and infirm pilgrims”</i><sup>92</sup>.</p>	1112-1128 – Doc. 154
<i>Warde des pauvres Jhesucrist</i>	<p><i>“Frere Jehan de Vile, par la grasse de Dieu humles maistres de la sainte maison del Hospital saint Jehan de Jherusalem, et warde de pources Jhesucrist”</i><sup>93</sup></p> <p>Referindo-se ao Grão Mestre da Ordem Jean de Villaret, a expressão é semelhante à de <i>custo pauperum</i>, ou seja, significa protetor/guarda dos pobres.</p> <p>Seguinda informação disponível na 1911 <i>Encyclopædia Britannica</i>, esta expressão significa o seguinte: <i>“WARD, that which guards or watches and that which is guarded or watched. The word is a doublet of “guard,” which was adapted from the French comparatively late into English. Both are to be referred to the Teutonic root war-, to protect, defend, cf. “wary,” “warn,” “beware,” O. Eng. weard, Ger. warten, &amp;c., and the English “guardian,” “garrison,” &amp;c.”</i><sup>94</sup></p>	1291 – Doc. 4157

<sup>90</sup> Dicionário de Latim-Português, entrada *Solacium*, Porto Editora, p. 608.

<sup>91</sup> *Cartulaire*, vol I, doc. 24, p. 25.

<sup>92</sup> GARRISON, Fielding Hudson - *An introduction to the history of medicine, with medical chronology, suggestions for study and bibliographic data*. Philadelphia: W. B. Sauders Company, 1921, p. 178.

<sup>93</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 4157, p. 592.

<sup>94</sup> 1911 *The British Encyclopaedia*, [on-line]. Disponível em [26/09/2016]: [https://en.wikisource.org/wiki/1911\\_Encyclop%C3%A6dia\\_Britannica/Ward](https://en.wikisource.org/wiki/1911_Encyclop%C3%A6dia_Britannica/Ward).



## Capítulo 2 – A assistência na documentação da Ordem: normativa e documentação avulsa

Sendo incontornável a faceta assistencial da Ordem do Hospital, neste capítulo será analisada a documentação produzida a este respeito, bem como a forma como esta sua vertente é demonstrada. Assim, analisaremos a sua normativa, reguladora das suas práticas e, ainda, alguma documentação avulsa relacionada com as diversas casas desta Ordem.

Através da análise desta documentação pretende-se compreender a visão que a Ordem tinha de si mesma e da sua missão, bem como a forma como esta era refletida na sua documentação oficial.

Tal como referido anteriormente foi, assim, empreendida a análise de toda a documentação normativa e de alguma da documentação avulsa, produzida em torno da questão em apreço, que nos forneceu algum tipo de indício ou informação mais direta sobre a prática assistencial. A sua divisão prende-se com o facto de a documentação normativa demonstrar a regulamentação teórica desejável a imprimir às práticas, enquanto a documentação avulsa nos fornece muito mais informações sobre a aplicação desses propósitos.

Sobre a esta missão da Ordem e a sua presença na normativa da Ordem, Paula Pinto Costa e Maria Cristina Pimenta escrevem que “*It is possible to read in a normative text of this Order that ‘Among the essencial Christian virtues like pity and humanity, welfare is, indeed, the one to be considered as the first to be provided’*”<sup>95</sup>.

Pretende-se através de uma análise destes documentos perceber, não apenas as práticas que a Ordem implementaria para concretizar a sua missão, mas, e ao mesmo tempo, o alcance real da sua aplicação no contexto medieval, utilizando as palavras de

---

<sup>95</sup> COSTA, Paula Pinto, PIMENTA, Maria Cristina – The Knights of Marmelar: Peace and conflito in a country of pilgrimage. *Pilgrims and Pilgrimages as peacemakers in Christianity, Judaism and Islam*. England: Compostela International Studies in Pilgrimage shistory and culture, Ashgate Publishing limited, 2013, p. 229.

Paula Pinto Costa “*O estudo das fontes de caráter normativo é fundamental quando pretendemos conhecer mais profundamente uma instituição religiosa*”<sup>96</sup>.

## 2.1 Enquadramento normativo

De entre os documentos analisados aqueles que nos permitiram compreender melhor a faceta assistencial da Ordem são, sem dúvida, os seus documentos normativos. Estes espelham as suas normas orientadoras, refletidas em inúmeras práticas, as quais pela sua relevância tiveram que ser reguladas. Assim, estes documentos são uma fonte riquíssima para quem pretende compreender o funcionamento interno destas instituições. Como já foi referido, não parece haver qualquer dúvida entre os diversos autores que se dedicaram a estudar esta instituição, que a prática assistencial esteve na sua raiz fundacional e que foi se mantendo ao longo da sua existência.

Dada a relevância destas ações no contexto da instituição, e de forma a compreender melhor todos estes aspetos, a documentação recolhida será analisada cronologicamente, sendo que o ponto de partida se encontra no século XII, com a regra promulgada por Raymundo de Puy (1120-1160)<sup>97</sup>, datada por Delaville de Roulx entre 1125 e 1153, e o ponto de chegada no século XVI, assinalado pelos estatutos publicados na obra *Statuta Hospitalis Hierusalem*<sup>98</sup> e, ainda, numa outra versão na Regra da Biblioteca da Ajuda<sup>99</sup>. Esta abrangência cronológica permitir-nos-á apurar se há ou não uma evolução das práticas, dos intervenientes e dos destinatários envolvidos nas tarefas assistenciais.

Pretendemos, pois, perceber o que espelham estes documentos e, como a assistência é regulada internamente pela instituição. Avaliar até que ponto se pode distinguir alguns tipos de práticas, identificar os seus destinatários, bem como determinadas figuras ligadas a esta dimensão assistencial, constituem algumas questões para as quais procuramos resposta na documentação.

---

<sup>96</sup> COSTA, Paula Pinto Costa – Norma e desvio na Ordem do Hospital. *Revista da Faculdade de Letras: História*, III série, vol. 3. Porto: 2002, p. 49.

<sup>97</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 70, p. 62-68.

<sup>98</sup> BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAVIERA, *Statuta Hospitalis Hierusalem*. De Dianis, 1588.

<sup>99</sup> BA, *Regra da Ordem de S. João de Jerusalém, Regra da Ordem de S. João de Jerusalém*, nº 49-II-32, fls. 44v-56.

### 2.1.1 Organização e oficiais

A manutenção destas instituições religiosas e das suas práticas, a acumulação de rendimentos e a sua respetiva gestão, são marca constante ao longo da documentação consultada. Mas, se num âmbito mais geral, as doações e os testamentos eram a melhor forma de obtenção de rendimentos, numa vertente mais restrita, a tentativa de normalização no sentido de serem aplicados às questões assistenciais, quer fosse através da gestão de bens que pertenceriam à enfermaria ou que se destinavam em específico a este tipo de atividade da Ordem, tornam-se fundamentais para este estudo.

A documentação espelha bem que uma das fontes de rendimentos da Ordem eram as esmolas que, como se verá posteriormente. As esmolas foram amplamente impulsionadas pelos diversos Papas e terão permitido à Ordem a manutenção das suas práticas assistenciais.

Assim, ainda no século XII, nos estatutos promulgados por Raimundo de Puy (1120-1160)<sup>100</sup>, era definido que as esmolas deveriam ser usadas para os pobres e que as correspondentes doações deveriam ser passadas a escrito. Frisa-se que a escrita era uma grande “arma” como forma de prova da posse de algo, muito mais quando a Ordem receberia imensas doações e, conseqüentemente, teria de tentar ao máximo evitar usurpações. Um facto interessante é que o documento declara que os freires não deveriam receber estas esmolas em proveito próprio, mas que deveriam canalizá-las para o hospital dos pobres.

Outra das formas de aquisição de bens da Ordem foram as doações e os testamentos, que claramente reverteriam para finalidades ligadas à prática assistencial e à manutenção do Hospital de Jerusalém. Este é claramente um dos pontos sobre os quais a Ordem se preocupou em definir regulamentação desde cedo. Logo no século XII encontramos sobre esta matéria o seguinte: “*At si aliquis fratrum de propriis dimissus in morte sua proprietatem habuit, et vivens magistro suo non ostenderit, nullum divinum officium, pro eo agatur, sed quasi excommunicatus sepeliatur (....) ipsa pecunia ad collum ejus ligetur et per Hospitale Jerosolimitanum vel per alias domos ubi*

---

<sup>100</sup> Cartulaire, vol. I, doc. 70, p. 62-68.

*permanscrit ducatur nudus, et verberentur a clerico si clerico ...*”<sup>101</sup>. Declaram, assim, que à morte de algum freire, os bens que este possuísse passariam para a Ordem e para as suas casas. Sendo este um dos documentos centrais e de uma cronologia recuada, parece claro que o termo “Hospitale Jeroslimitanum” se referirá muito provavelmente ao hospital da Ordem localizado nessa cidade.

Esta prática parece ter-se mantido ao longo do período em estudo, pois, em 1263, encontramos Hugo de Revels a definir o mesmo: “*Item est establi que tous les dras, où forces auront esté mises, quis seront trovés des frères trapassés de ce siegle, soint dou drapier, e tout les bouquerans aussi*”<sup>102</sup>. Ou seja, se algum freire morresse e deixasse algum tipo de pano, estes bens teriam dois fins: se fossem panos mais ricos ou com fios de ouro “*soit de la yglise*”<sup>103</sup>; se fosse panos menos ricos ou “*couvertour de soye, des seignor malades*”<sup>104</sup>. Cerca de um ano mais tarde, em 8 de setembro de 1264, o mesmo é estabelecido novamente nos estatutos promulgados pelo mesmo mestre Hugo de Revels (1258-1277)<sup>105</sup>.

A preocupação no registo destes bens parece manter-se, pois no mestrado de Cláudio de La Sengle (1553-1557) é definido que “*Todos os desapropriamentos de nosos frades assi no convento como fora sendo defuntos se registrem em câmara de nosso comum thesouro*”<sup>106</sup>. Isto parece ter como finalidade a obtenção, por parte da Ordem, dos bens dos seus freires. Este objetivo seria muito valorizado, pois, no seguimento deste ponto dos estatutos, é definido, pelo mesmo mestre, que os seculares que ingressassem na enfermaria teriam também eles de praticar o desapropriamento. Seria, assim, feito um testamento na presença de duas testemunhas, já que era “*o dito prior e escrivão como se fossem notários públicos tenham autoridade e faculdade de fazer este testamento*”<sup>107</sup>.

Ainda na regra da Biblioteca da Ajuda, um outro ponto que se revela bastante interessante reporta-se ao mestrado de Cláudio de La Sengle (1553-1557), altura em que

---

<sup>101</sup> *Cartulaire*, vol. I doc. 50, p. 43.

<sup>102</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 3075, p. 77.

<sup>103</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 3075, p. 77.

<sup>104</sup> *Cartulaire*, vo. III, doc. 3075, p. 77.

<sup>105</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 3104, p. 91.

<sup>106</sup> BA, *Regra da Ordem de S. João de Jerusalém*, fl 52v.

<sup>107</sup> BA, *Regra da Ordem de S. João de Jerusalém*, fl 52v.-fl 53.

foi determinado que os “*quatrocentos florentins de Vilha Gutto mandados à enfermaria*”<sup>108</sup> se destinavam ao aumento da enfermaria. Não é possível, porém, esclarecer se se trata de uma expansão do edifício correspondente ou de um desenvolvimento do serviço prestado neste domínio. De acordo com o mesmo documento, “*o Grão Conservador de nosso convento ao qual damos licença de dispor daquelle dinheiro pera usso dos enfermos segundo a vontade do dito testador*”<sup>109</sup>. Não são definidas as formas de aquisição destes bens, mas, também, ficam por explicar as formas encontradas para a sua gestão.

Em 1301, Guilherme de Villaret (1296-1305) definiu que o enfermeiro e o “*frere dou granier*” teriam de dar contas mensais do que teriam para gastar: “*Item establi est que le petit comandor, l’enfermier et le frere dou granier soient tenus de rendre à conte chascun mois des choses qu’il auront despendu, et quil garnison il auront*”<sup>110</sup>. Deste modo, começamos por perceber que o enfermeiro, figura ligada à enfermaria da Ordem, teria funções de gestão de bens ou, pelo menos, estaria envolvido nesta função a par de outras pessoas.

Os estatutos de 1304 de Guilherme de Villaret (1296-1305) demonstram que ao *infirmarius* caberia, para além dos serviços de apoio àqueles que se encontravam na enfermaria, a gestão dos bens da mesma. É referida na documentação que este deveria passar a escrito as quantidades anuais de cobertores, de linho, de *sargiarum*<sup>111</sup> e de mantas. Esta função parece ter sido desempenhada em conjunto com o *draperius*, figura que nos aparece também na documentação a gerir os bens da enfermaria.

A cerca da gestão de bens, e particularmente sobre estas figuras, Anthony Luttrell escreve que o “*treasurer, the hospitaller, and draper had charge of the finances, hospital and clothing*”<sup>112</sup>, o que vai de encontro com o que foi possível de apurar na documentação analisada.

---

<sup>108</sup> BA, Regra da Ordem de S. João de Jerusalém, fl. 55.

<sup>109</sup> BA, Regra da Ordem de S. João de Jerusalém, fl. 55.

<sup>110</sup> Cartulaire, vol. IV, doc. 4549, p. 18.

<sup>111</sup> Sobre este termo parece-nos que se referirá a um tecido. Seguindo o que é estipulado pelo Dicionário da Universidade de Chicago, o termo *sargia* refere-se a sarja.

<sup>112</sup> LUTTRELL, Anthony – The Hospitallers at Rhodes, 1306-1421. In *A History of the crusades: The fourteenth and fifteenth centuries*. Winsconsin: Ed. Harry Hazard, The University of Winsconsin Press, 1975, p. 278.

Sobre o *infirmarius*, Joana Lencart, estudando o caso do Costumeiro de Pombeiro, um mosteiro beneditino, refere que este cuidaria da saúde e vida espiritual dos enfermos, acrescentando que era “*este oficial que prepara as refeições dos doentes na cozinha desse edifício*”<sup>113</sup>. Sobre isto não nos foi possível apurar um ponto de comparação com o caso da Ordem do Hospital, pelo menos, no que toca à preparação de refeições, pela falta de dados informativos a este respeito.

Nestes estatutos de 1304 é definido que este tipo de bens deveria ser gerido pelo *drapier*<sup>114</sup>, a quem caberia cuidar das roupas de vestir e das roupas de cama do hospital dos pobres. Os rendimentos da Ordem, entregues pelo marechal, deveriam ser entregues ao *drapier* (*drapperii*), excepto o dinheiro que se destinava ao tesoureiro. A partir deste tipo de informação, podemos concluir, antes de mais, que os bens, e em especial os da enfermaria ou do hospital, eram geridos pela figura do enfermeiro. Esta gestão deveria ser controlada, na medida em que este oficial tinha de apresentar anualmente o inventário das coisas do hospital<sup>115</sup>. E, por fim, demonstra-nos ainda um pouco daquilo a que teriam acesso aqueles que buscavam o apoio da Ordem.

Será de destacar que, para além desta função mais relacionada com a dimensão material, caberia ainda ao enfermeiro a “supervisão” da enfermaria e, inclusivamente, da prova dos médicos, segundo o que foi possível apurar. Ideia semelhante é defendida por José Mattoso, que declara que “*O enfermeiro está evidentemente encarregado de cuidar dos doentes e de administrar o domus infirmorum que, de facto, existe nos mosteiros de uma certa importância*”<sup>116</sup>. Esta ideia foi complementada por André Oliveira da Silva, que os define como os “*primeiros indivíduos sobre os quais recai uma responsabilidade de cuidar de doentes, antes do surgimento dos primeiros*

---

<sup>113</sup> LENCART, Joana – *Costumeiro de Pombeiro*, p. 92.

<sup>114</sup> Sobre a figura do *drapier*, Paula Pinto Costa escreve no seu trabalho “A ordem militar do Hospital “ o seguinte: “*O " Drapier" ou Grão Conservador, assim chamado desde o tempo do Grão Mestre João de Homedes (1536 - 1553), zelava pelos fardamentos dos soldados. O seu trabalho era paralelo ao dos outros oficiais ligados à vida militar, em bora se confinasse aos bastidores, pois era a ele que competia o aprovisionamento das tropas com o vestuário adequado, desenvolvendo as diligências necessárias neste domínio*”, (p.77).

<sup>115</sup> Um facto bastante relevante é a escrita. Há constantemente uma preocupação que a gestão e as doações fiquem registadas, o que nos poderá revelar que muita documentação deverá se ter perdido.

<sup>116</sup> MATTOSO, José – *O monaquismo Ibérico e Cluny*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2002, p. 183.

*físicos/médicos e cirurgiões*”<sup>117</sup>, acrescentando ainda que “*O seu papel seria mais zelar para que os doentes se curassem nas melhores condições possíveis do que contribuir ativamente para essa cura através da aplicação conhecimentos teóricos transmitidos por um ensino minimamente formal*”<sup>118</sup>.

Nos estatutos de Guilherme de Villaret de 1304, é definido que os freires que serviriam no Hospital estavam sob o comando do hospitalário (*hospitalarii*), encarregue da gestão do hospital, apoiado por outras figuras.

Segundo Joana Lencart<sup>119</sup>, na sua tese *O Costumeiro de Pombeiro*, o *hospitalarius* ou hospedeiro era aquele que recebia os mais distintos peregrinos a cavalo. Parece que este seria o que ocuparia o lugar de maior importância dentro da gestão do hospital. No entanto, e porque é a ele que respondem os que estão no hospital parece haver aqui uma posição hierárquica. Como sabemos, a fonte que acabamos de citar não se reporta a uma Ordem Militar e, na sua essência situa-se no universo espiritual da Ordem monástica de S. Bento, em contraste com o que se passava com os Hospitalários. Estes, para além de regra própria, encontravam em Santo Agostinho a figura inspiradora da sua vida espiritual e devocional. Deste modo, não admira que, se quanto à gestão do hospital/enfermaria foi possível apurar semelhanças com Pombeiro, quanto ao último aspeto referido não foi encontrada nenhuma referência sobre a receção dos mais distintos peregrinos que procurassem acolhimento nas casas da Ordem.

Outra das figuras ligadas aos cuidados socio caritativos que a documentação nos apresenta são os *prodomos* ou *probihomines*. Nos estatutos de Guilherme de Villaret (1296-1305) de 28 de outubro de 1302, estas figuras aparecem em capítulo geral com o mestre: “*per religiosum fratrem Gillielmu de Vilarcto, venerabilem magistrum prefatum, et per procures*”<sup>120</sup> *ipsius ejusdem*”<sup>121</sup>.

---

<sup>117</sup> DA SILVA, André Oliveira – *Físicos e Cirurgiões*, p. 41.

<sup>118</sup> DA SILVA, André Oliveira – *Físicos e Cirurgiões*, p. 41.

<sup>119</sup> LENCART, Joana – *Costumeiro de Pombeiro: Uma comunidade Beneditina no século XIII*, Editorial Estampa, 1997.

<sup>120</sup> Note-se que no *Cartulaire* em análise, onde alguns documentos aparecem em duas versões – Latim e Francês - no documento recolhido por Delaville le Roulx a palavra “procere” é equiparada a *prodeshomes*, o que nos poderá indicar uma outra variação.

<sup>121</sup> *Cartulaire*, vol. IV, doc. 4574, p. 36.

Sobre estes oficiais encontramos ainda algumas referências na documentação dos séculos XV e XVI. Nos estatutos de João de Lastico (1437-1454) é declarado que os *prodomos/probi homine* eram escolhidos pelo grão-mestre e pelo conselho para que durante um ano dirigissem diligentemente a enfermaria, sendo que deveriam declarar as suas despesas para que fossem examinadas. Estabelecem, ainda, que estas funções seriam exercidas com o escrivão da enfermaria e, que, com o “*Hospitaleiro e com vigilância cada <anno> busquem e reconheção e vejão as dadivas e cousas do serviço da enfermaria*”<sup>122</sup>. Ao *prodomo* caberia ainda o “*officio pera recreação dos senhores enfermos e que clara e distinctamente escreverão todas as despesas que se fazem cada dia assi em botica como na enfermaria*”<sup>123</sup>.

Estas funções que a normativa espelha sugerem-nos algumas conclusões. Primeiro que a enfermaria/hospital teria, desde cedo, uma organização definida, de forma que houvesse um controlo dos seus bens; segundo que esse controlo implicaria distintas funções, sendo que, muitas vezes, a documentação se revela bastante confusa quanto à divisão das mesmas; em terceiro lugar, a presença do *prodomo* e a transferência da gestão dos bens do enfermeiro para esta figura parece demonstrar uma evolução na atividade assistencial da ordem. O enfermeiro, muito provavelmente cada mais vez ligado às atividades assistenciais e talvez médicas, abandona a parte administrativa de gestão, apesar de a documentação revelar que o *prodomo* teria de reportar as suas contas a esta figura de perfil mais tutelar.

### 2.1.2. O vocabulário

Um dos pontos em que estes textos normativos, tal como a restante documentação, apresentam grande riqueza é o vocabulário utilizado para se reportarem aos cuidados sociocaritativos. Vocábulos estes que indiciam o peso que a assistência teria no quotidiano da Ordem.

São diversos os documentos em que, por exemplo, os diversos mestres da Ordem se apresentam como servos dos pobres e protetores do seu hospital em

---

<sup>122</sup> BA, Regra da Ordem de S. João de Jerusalém, fl. 46v.

<sup>123</sup> BA, Regra da Ordem de S. João de Jerusalém, fl.45v.-fl 46.



Jerusalém, como demonstram os seguintes casos: "*Raymundus servus pauperum Christi et custos Hospitalis Jerosolimitani*"<sup>124</sup>; "*ego Rogericus, servus pauperum Jhesu Christi, presentibus clericis et laicis et conversis fratribus in capitulo general, ad laudem Dei et decus nostre religionis, incrementumque et commodum pauperum infirmorum, suprascripta percepta et statuta ecclesiarum ad utilitatem pauperum presentium serie, de mea certa scientia, precipio et mando perpetualiter inviolabiliter observari*"<sup>125</sup>. Na passagem supra citada de um capítulo geral da Ordem, é visível a forma como esta se declara ao serviço dos pobres e enfermos e como, neste documento e em muitos outros de diferente natureza, o mestre se declara sempre como servo dos pobres ou como seu vigia (*custos*).

Na generalidade, toda a documentação sugere que o papel da assistência era primordial entre os oficiais da Ordem. Já no século XII, aquando da referida promulgação da regra por Raymundo de Puy (1120-1160), foi estabelecido que os seus freires teriam de cumprir os três votos usuais - obediência, pobreza e castidade – mas, e ao mesmo tempo, foi declarado que estes deveriam cumprir os três votos como freires que estão ao serviço dos pobres: "*In primis jubeo ut omnes fratres, ad servitium pauperum venientes tria*"<sup>126</sup>. Nesta mesma passagem, é afirmado que as suas vestes sejam "*humilis, quia Domini nostri pauperes, quorum servus nos esse fatemur, nudi et sordidi incedunt*"<sup>127</sup>. Uma clara alusão simbólica em que a sua própria vida e vestimentas deveriam representar a humildade face àqueles a quem serviam.

Estas passagens refletem assim o ideal cristão de que receber estes peregrinos e pobres era receber a Cristo, sinal da prevalência da génese cristã neste tipo de assistência<sup>128</sup>. Note-se que a figura do pobre é colocada em pé de igualdade com Deus

---

<sup>124</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 70, p. 82.

<sup>125</sup> *Cartulaire*, vol. I doc. 627, p. 425.

<sup>126</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 70, p. 62-63.

<sup>127</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 70, p. 63.

<sup>128</sup> O termo «pobres de Jesu Christo» referido na documentação da ordem aparece também em alguns estudos como de J. M. Amado Mendes sobre capítulos de Cortes de Évora de 1481 ou ainda alguns trabalhos de José Marques sobre as peregrinações no Noroeste Peninsular.

omnipresente, Santa Maria e o beato S. João, o que demonstra a importância que estes teriam para os membros da Ordem<sup>129</sup>.

No que diz respeito aos destinatários das práticas assistenciais, a própria documentação parece revelar uma evolução interessante. Se na documentação mais recuada encontramos os *pauperum* e os *peregrini*, em documentação mais recente encontramos menção mais frequente aos *aegrotorum* ou enfermos. Poderemos assim denotar que, muito provavelmente, a Ordem foi evoluindo nas suas práticas ao longo do período medieval, incluindo até às vésperas da modernidade. Neste tempo mais alargado, parece perder um pouco a sua função de hospitalidade, no sentido de proporcionar espaços a título de albergues e de locais de descanso, para ganhar contornos muito mais específicos de assistência, talvez médica, aos doentes.

Quando compilados os estatutos pelos quais se regem as práticas assistenciais, quer na *Regra da Biblioteca do Palácio da Ajuda*, quer na obra *Statuta Hospitalis Hierusalem*, os termos usados são os seguintes<sup>130</sup>: “Entre os outros officios de piedade e/ humanidade por comum consentimento / de todo o povo Christão, sem duvida a/ hospitalidade possui o primeiro lugar e / a si como faram he seguida de todos, logo / com maior razão os que querem ser co-/nhcidos e claro pela merce do nome / de cavaleiros Hospitalarios hão de seguir / esta virtude pelo que nas outras debão / cousa outra avemos de fazer mais esta / que nos feitos e obras mostrar affecto / o que com o nome prometemos”<sup>131</sup>.

Nesta pequena introdução fica clara a função assistencial daqueles que ingressam nesta Ordem e o destaque que esta teria entre as funções desempenhadas. Se a prática assistencial é, sem dúvida nenhuma, comum a todo o cristão mais ainda o era entre estes freires cavaleiros que ingressavam numa Ordem Religiosa, cuja missão primordial era a hospitalidade.

---

<sup>129</sup> Esta afirmação prende-se com a seguinte frase presente nos estatutos promulgados por Raimundo de Pui assim que: “*Et hec omnia, uti ut supra scripsimus, ex parte Dei omnipotentis, et beate Marie, et beati Johannis, et pauperum precipimus et cum summo studio per omnia tenentur*” *Cartulaire*, vol I, doc. 70, p. 67.

<sup>130</sup> A frase que se segue retirada da *Regra da Biblioteca da Ajuda* (fl. 44v- fl. 45) e que se encontra no anexo 1 desta tese – apresenta também a mesma estrutura de uma obra encontrada online intitulada “Estatutos de la Religion de S. Juan Jerusalem”. Esta obra é composta por diversos estatutos compilados à mão e que se encontra na Biblioteca Nacional de Espanha.

<sup>131</sup> BA, *Regra da Ordem de S. João de Jerusalém*, fl. 44v.

### 2.2.3 Prática assistencial e Intervenientes

Numa tentativa de compreender algumas das práticas assistenciais levadas a cabo pelos Hospitalários, os documentos normativos foram bastante enriquecedores, no sentido que permitiram, não apenas identificar algumas das ações executadas neste domínio, mas também, os intervenientes nesse mesmo tipo de ações.

Claro está que deveremos ter em atenção que aquilo que seria definido nestes documentos normativos seria, muito provavelmente, um pouco diferente das formas de assistência praticadas, comparando, sobretudo, a enfermaria do convento central e as restantes “enfermarias” que se formariam nas comunidades de hospitalários espalhadas por toda o ocidente europeu. Estes documentos acabam por sugerir semelhanças assinaláveis, fruto das constantes deslocações de alguns freires, os quais seriam veículos de ensino nos mais diversos locais.

Antes de mais, os documentos normativos revelam claramente uma preocupação ao nível da receção daqueles que eram considerados necessitados. A corroborar esta afirmação, são dadas instruções para que sejam recebidos e ajudados aqueles que procuram esmola. Caso não os pudessem auxiliar de outra forma, deveriam pelo menos dar-lhes alimento<sup>132</sup>.

A forma como estes deveriam ser recebidos na enfermaria foi definida em diversos estatutos e regras, havendo uma preocupação em estabelecer o acesso à enfermaria e aos cuidados prestados. Segundo os estatutos de Raimundo de Puy (1120-1160), aqueles que fossem aceites pelo mestre - o que nos sugere que caberia a este aceitar aqueles que seriam recebidos na enfermaria<sup>133</sup> - teriam primeiramente de confessar os seus pecados, sendo que só depois teriam direito a uma cama, caso houvesse disponibilidade, poderiam ter uma refeição, a qual seria dada antes da refeição

---

<sup>132</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 70, p. 62-68.

<sup>133</sup> A documentação especifica claramente a questão de que seria recebido se aí houvesse camas vagas. A completar esta ideia não poderemos esquecer que a procura pela caridade prestada pela ordem deverá ter crescido exponencialmente, facto referido por James Brodman: “*Begun as a simple hospice in the 1130s, it was enlarged before 1156 and ultimately contained eleven wards with a normal capacity of nine hundred to a thousand inmates (and double that in times of emergency); arguably it was the largest and best-equipped medical institution in Latin Christendom*” - BRODMAN, James William - *Charity in Medieval Europe*, p.94.

dos freires, e aí teriam acesso aos cânticos cantados pelos freires que, ao mesmo tempo, os benzião com água benta<sup>134</sup>.

É interessante que nesta passagem podemos ver claramente as duas facetas da assistência da ordem: a parte da cura da alma, através da confissão, dos cânticos litúrgicos, das missas e da aspersão com água benta; e a parte dos cuidados físicos, através da disponibilização de um leito onde pudessem repousar e de uma refeição.

Semelhante enquadramento é definido nos estatutos de Hugo de Revels de 1262, onde, sobre o processo de admissão dos freires à enfermaria, se prevê que o primeiro passo consistia na confissão com o prior ou o capelão, “ *Et prima die, qua frater infirmariam intrabit, quod confiteatur priori peccata sua, nisi suo aut fratri alicui capellano domus sine superioris licencia*”<sup>135</sup>, processo que deveria ser semelhante para os restantes enfermos.

O acesso destes freires enfermos foi também diversas vezes definido nos diferentes documentos. Por exemplo, no início do séc. XIII, nos estatutos de Afonso de Portugal (1203-1206) é declarado que os freires que se achassem doentes deveriam ficar durante três dias recolhidos e se, ao fim desse período, se mantivessem em mau estado, passariam para a enfermaria: “ *post tres vero dies ipse frater, etiam si sit baylivus, intret infirmeriam*”<sup>136</sup>. Deste modo, os freires enfermos estariam sobre as mesmas condições dos outros doentes, recebendo o que era normal da enfermaria e que seria atribuído a qualquer outra pessoa que aí se encontrasse<sup>137</sup>.

Os trabalhos Anthony Luttrell alertam para o facto de que haveria um espaço reservado aos freires doentes, que, no parecer do autor citado, estariam numa enfermaria

---

<sup>134</sup> “*Et in obedientia ubi magister Hospitalis concesserit, cum venerit ibi infirmus, ita recipiatur, primum peccata sua presbítero confessus religione, communicetur, et postea ad lectum deportetur, e tibi quasi dominus secundum posse domus omnie die, antequam fratres eant pransum, caritate reficiantur, et in cunctis dominicis diebus epistola et evangelium ei ea domo cantetur, et cum processione acqua benedicta aspergatur. Item si quis frater, qui obedientia per diversas terras tenente, ad quamlibet secularem personam pecunias pauperum dederit, ut cum per suam vim contra magistrum suum et fratres regnare faceret, ab universa societate fratrum prohibeatur*”. *Cartulaire*, vol. I, doc. 70, p. 67.

<sup>135</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 3039, p. 52.

<sup>136</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc.1193, p. 32.

<sup>137</sup> “*Item fratribus infirmis, in infirmeria existentibus, dum erunt lectis eorum, exhibeantur necessaria, secundum facultatem domus, de rebus que poterunt reperiri*” - *Cartulaire*, vol. II, doc.1193, p. 33.

própria – “*possibly an infirmar reserved for sick brethren; there was an infirmar for sick brethren at Acre in 1202*”<sup>138</sup>.

Já nos estatutos promulgados por Hugo de Revels (1258-1277) é definido que os freires doentes pudessem manter consigo “*cum ad infirmeriam vadit, secum deferat suum lectum, sua arma et arnesium*”<sup>139</sup>. Em caso de morte de algum freire, os bens respetivos seriam colocados num saco, que ficava na enfermaria, sendo aberto na presença do enfermeiro, mestre e restantes freires. Mediante a utilidade do seu conteúdo, o espólio seria dividido entre o marechal e o *draperio*, a quem caberia o inventário dos bens da enfermaria. Tal como nos estatutos de Afonso de Portugal (1203-1206), fica escrito que os freires que se encontrassem nessas circunstâncias deveriam primeiro ficar três dias na sua cama, embora tivessem de se recolher à enfermaria se o seu estado de saúde piorasse. A partir do momento em que a recuperação fosse evidente, estavam autorizados a comer à mesa dos enfermos: “*Statum est quod frater, qui aliqua infirmitate gravatus per dies tres erit lecto, post tres dies illos sedere valeat ad tabulam seu mensam infirmarie, liencia non petita*”<sup>140</sup>. Parece, segundo estas palavras, que a mesa onde se alimentariam os pobres e a comunidade hospitalária seria diferente, aspeto que trataremos mais à frente.

Mais se define nos estatutos de João de Lastich (1437-1454), incorporados na Regra da Biblioteca da Ajuda, os procedimentos de acesso dos freires enfermos à enfermaria: “*antes que passem 24 horas serão obrigados a confesarse e tomar o Sancto Sacramento da Eucharistia, e depos fazer dessapropriamento*”<sup>141</sup>. Procedimento semelhante tinham de cumprir os *seculares doentes* que entrassem na enfermaria. Passado este processo, o enfermo teria acesso a uma série de cuidados, que, para além dos aplicados à alma, passavam também por cuidados físicos, indispensáveis para a sua recuperação. Para dar resposta a este objetivo, a documentação define os cuidados a tomar e os procedimentos a seguir, até em relação àqueles a quem seria garantido o último reduto da caridade, isto é, o sepultamento.

---

<sup>138</sup> LUTTRELL, Anthony – *The town of Rhodes 1306-1356*. Rhodes: City of Rhodes Office for the Medieval town, 2003 p. 268.

<sup>139</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 3039, p. 53.

<sup>140</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 3039, p. 53.

<sup>141</sup> BA, *Regra da Ordem de S. João de Jerusalém*, fl. 52.

De forma a percebermos a que teria acesso este pobre, doente ou peregrino quando aceite nas enfermarias ou albergues<sup>142</sup> da Ordem, analisaremos a documentação em duas vertentes: primeiros, os cuidados físicos do corpo e, depois, os cuidados espirituais dirigidos à alma.

### **Os cuidados físicos**

Uma das vertentes caritativas desta Ordem foi consubstanciada na sua prestação de cuidados físicos. Não poderemos esquecer que estava amplamente ligada às peregrinações, e seguindo o que nos diz Mário Santos “*Os peregrinos punham-se em marcha, apesar do medo dos ladrões, das dificuldades das jornadas e, até, da exploração e insídias das pequenas hospedarias espalhadas ao longo dos caminhos*”<sup>143</sup>, sendo que, aquando da sua chegada, muitas vezes requereriam cuidados médicos ou apenas um local onde pudessem descansar e obter uma refeição.

Entre a documentação recolhida poderemos começar por salientar aquele que é um dos pontos mais importantes para esta dissertação e, talvez dos que ainda cria maior controvérsia entre os autores que trabalham temáticas sobre a Ordem, ou seja, os cuidados médicos.

Apesar de autores como Anthony Luttrell defenderem que “*These hospices were for pilgrims and especially for the poor rather than for the medically sick*”<sup>144</sup>, a verdade é que os documentos da Ordem prevêem, desde a década de 80 do século XII<sup>145</sup>, a presença de médicos para prestar este tipo de cuidados. James William Brodman partilha de opinião semelhante, declarando que “*Piers Mitchell argues that the primitive hospice functioned purely as a shelter for pilgrims and did not undertake any form of*

---

<sup>142</sup> O termo albergue não se revela bastante determinante na documentação analisada, podendo-se ainda frisar que estes teriam como finalidade receber os membros da própria Ordem. Em 1295 encontramos um documento emanado por Bonifácio VIII (*Cartulaire*, vol. III, doc. 4284, p. 667) em que este declara refere uma casa em Tarrascon que serviria de albergue aos hospitalários do Ocidente que em ida à Terra Santa por aí passavam. Não poderemos descartar a hipótese que este serviria apenas para receber os membros da Ordem mas, também, não poderemos atestar com toda a certeza que este tipo de casa receberia pobres e peregrinos.

<sup>143</sup> MARTINS, S. J. Mário - *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*. Lisboa: Edições Brotéria, 1957.p. 109-110.

<sup>144</sup> LUTTRELL, Antony - *From Jerusalem to Malta*, p. 1.

<sup>145</sup> Apesar de na documentação recolhida de cronologia anterior se referirem a receção dos doentes, não há qualquer referência a figuras que poderiam estar ligadas a uma prática dita médica.

*medical care until about 1180. Ultimately, however, it came to treat the chronically and terminally ill who had come to Jerusalem seeking a cure or a peaceful death. Evidence suggests, moreover, that the hospital served a wide variety of patients: the sick of both sexes, Christians as well as Muslims and Jews, and foundlings the only group seemingly excluded was lepers*<sup>146</sup>.

A verdade é que a Ordem, desde bastante cedo, terá prestado um duplo serviço de apoio ao peregrino, mas, também àqueles que, uma vez doentes se deslocavam ao seu hospital. Face a este tipo de circunstâncias, importa compreender que tipo de apoio médico era, assim, prestado.

A atestar a referida situação, encontramos nos estatutos de Roger de Molins (1177-1187) de 1182, algo que se revela bastante significativo nos tempos primordiais da Ordem. É feita a exigência de quatro médicos que fossem experientes, sendo estatuído o seguinte: “*ad servicium pauperum Hospitalis Jerusalem quatuor sapientes medici deputentur, qui urinarum qualitates et infirmitatem diversitates discernere sciant, et qui in medicinis conficientis consulere possint eis*”<sup>147</sup>.

A passagem citada é realmente relevante, pois demonstra, não apenas a existência desta figura no hospital da Ordem, mas também alguma das suas orientações de natureza mais prática. É, pois, declarado que deveria ser experiente e capaz de reconhecer as variedades das doenças; que deveria reconhecer as urinas, o que nos poderá revelar que, muito provavelmente, uma das análises ou observações que se faria seria à urina dos doentes; e que pudesse administrar remédios. A partir deste tipo de informações, podemos admitir a hipótese de que estes profissionais não tivessem todos a mesma categoria, distinguindo-se aqueles que poderiam administrar remédios ou não.

Sobre este tipo de questões poderá-se destacar o que nos diz Benjamin Z. Kedar que referindo um relato de um persa, Naser-e Khosraw, peregrino e viajante. Em relato este faz a descrição da cidade de Jerusalém em 1047, declarando que esta “*has a fine,*

---

<sup>146</sup> BRODMAN, James - *Charity in Medieval Europe*, p.94.

<sup>147</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 627, p. 426.

*well endowed Bimaristan [hospital]. Many people are given drugs and elixir. The physicians who there receive salaries from endowments for the Bimaristan*”<sup>148</sup>.

Sobre estas práticas médicas Eran Dolev e Nachshon Knoller escrevem que “*The medical regulations of the order of St. John, which were in the spirit of Salerno, also reveal a close affinity to the medical practice in Muslim hospitals*”<sup>149</sup>. Poderá se entender que esta prática seguindo o *espírito de Salerno*<sup>150</sup>, se prende pela localização do Hospital a Oriente onde terá sido influenciado pelas práticas de judeus e muçulmanos. Sobre os mestres salernitanos André da Silva escreve na sua tese que tratavam “*a medicina, quer a vertente prática, quer a teórica, como ciências. Para eles, a medicina é parte da filosofia da natureza, que por sua vez pertence à filosofia ‘teórica’*”<sup>151</sup>.

Quanto às camas que estariam na enfermaria é estatuído que: “*per quem modum in conveniente longitudine et latitudine fiant infirmorum lecti ad quiescendum, et quod quilibet lectus habeant suum cohoptorium, et duos drapperios próprios suos*”<sup>152</sup>. É, assim, declarado que as camas teriam de ter tamanho suficiente para que fossem confortáveis para os doentes, tal como cada cama teria o seu próprio cobertor e a sua própria cortina, o que favorecia ainda mais o conforto de cada doente.

Em 1262, sob o magistério de Hugo de Revels (1258-1277) é estabelecido que os freires doentes deveriam ser visitados durante a noite e pela manhã pelo “*fratres infirmerie*”. Também pela manhã deveriam ser visitados pelo “*medicus quociens medicus visitabit infirmus, vadat secum, scilicet mane et sero*”<sup>153</sup>.

Já nos estatutos de Guilherme Villaret (1296-1305) de 1300 – e num discurso bastante semelhante ao que viria a aparecer no século XV com João de Lastich (1437-1454) – é definido que os médicos deveriam ser escolhidos, ou fazer uma espécie de

---

<sup>148</sup> ZEDAR, Benjamin Z. – A note on Jerusalem’s Bimaristan and Jerusalem Hospital. In *The Hospitallers, the Mediterranean and Europe*. England: Ashgate, 2007, p. 7.

<sup>149</sup> DOLEV, Eran, KNOLLER- Nachshon, Military Medicine in the Crusaders' Kingdom of Jerusalem. *The Israeli Medical Association Journal*. Israel: vol. 3, Maio, 2001, p.390.

<sup>150</sup> Sobre a vertente Salersiana leia-se DA SILVA, André - *Físicos e cirurgões medievais portugueses. Contextos socioculturais, práticas e transmissão de conhecimentos (1192-1340)*, p. 25-27.

<sup>151</sup> DA SILVA, André- *Físicos e cirurgões medievais portugueses: Contextos socioculturais, práticas e transmissão de conhecimentos (1192-1340)*. Dissertação de Mestrado. Porto: 2015, p. 27.

<sup>152</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 627, p. 425-430.

<sup>153</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 3039, p. 51.



prova, na presença dos irmãos hospitalários e dos enfermeiros, e que seriam representantes das sete línguas em que a Ordem se encontrava estruturada<sup>154</sup>: “*Statutus est quod medici, qui habitabunt in domo, prestant eorum sacramento et fidelitatem in presentia septem fratrum et infirmarii, videlicet unius fratris cujus libet lingue; quod res, quas necessárias cognoverint fratribus infirmis, debeant ordinare; atque fratres illas habeant secundum quod poterunt inveniri et secundum facultates domus; quodque ab hiis non desistent propter preceptum alicujus*”<sup>155</sup>. Num facto em concreto, este ponto difere dos já referidos, pois prevê-se que este médico habitaria na casa da Ordem, o que indicia que estaria associado à instituição e que não seria externo à mesma. Interessante é perceber que teria de fazer prova do seu ofício face aos sete freires e enfermeiros, como uma espécie de admissão à atividade. Ainda sobre o magistério de João de Lastich (1437-1454) viria a ser definido, na *Regra da Biblioteca da Ajuda*, que estes médicos eram obrigados a fazer juramento perante oito freires das línguas, tendo de ser sábios e experimentados, vigilantes das doenças e conhecedores dos grandes e afamados médicos<sup>156</sup>.

A reforçar estas circunstâncias, salientamos o seguinte enunciado, que apesar de não se referir diretamente à assistência, afirma: “*Statutum est quod nullus secularis homo, in servitio domus existens, ratum habeat calceamenta, exceptis presbiteris, advocatis medicisque fisisce et chirurgie, atque scriptoribus magistri et thesaurarii, et camerariis scutiferisque magistri*”<sup>157</sup>. Ao equiparar os médicos, físicos e cirurgiões às restantes figuras seculares, e ao regular que estes oficiais poderiam usar calçado, parece admitir que estes estariam sobre a alçada da Ordem, reforçando a ideia de que seriam homens religiosos.

---

<sup>154</sup> Deverá se entender como línguas as circunscrições territoriais e administrativas da Ordem. Segundo Paula Pinto Costa na sua tese de Doutoramento *A Ordem Militar do Hospital em Portugal: os finais da Idade Média à Modernidade* sobre as línguas escreve: “*Falamos de uma instituição supra nacional, em termos de dimensão geográfica, que se apresentava dividida em circunscrições territoriais de índole administrativa - as Línguas ou Nações*” (p.49).

<sup>155</sup> *Cartulaire*, vol. IV, doc. 4515, p. 812.

<sup>156</sup> Note-se que, nos estatutos promulgados por Roger de Molins de 1182, era já revista que aos clérigos deveria ser fornecido tudo o que fosse necessário para o cuidado dos pobres incluindo-se nesses objetos os livros.

<sup>157</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 4515, p. 815.

Outra figura que esta documentação refere é o cirurgião. Os textos legislativos impunham que “*se tenham dousurgiões sábios e destros e expirmentados em sua arte, os quais serão primeiro examinados e aprovados pelos médicos, e não se admitão de outra maneira*”<sup>158</sup>. Esta passagem poderá indicar que haveria algum tipo de hierarquia entre estes profissionais, pois se o médico teria de fazer prova perante os freires das diversas línguas, o cirurgião deveria fazer prova perante o médico.

Sobre estas figuras, Timothy Miller refere que “*During the twelfth century, the Jerusalem Hospital increasingly hired physicians and surgeons to give medical care to the sick, probably because so many pilgrims fell seriously ill in a new environment from bacteria and viruses against which they had no defenses*”<sup>159</sup>. Mais uma vez este autor reforça a ideia de que as condições difíceis das viagens até à Terra Santa levaram à necessidade da criação de uma infra-estrutura de apoio a estes peregrinos, papel que a Ordem terá desempenhado primordialmente na cidade de Jerusalém.

Por outro lado, será relevante denotar que o autor salienta também que a prática médica terá sido marca identificativa desde a fundação da Ordem, uma vez que sublinha que em pleno século XII foi aumentado o número de físicos e cirurgiões que serviam os pobres.

Aliado a estes cuidados médicos encontramos nos estatutos de João de Lastich (1437-1454) referência à botica da enfermaria. É, assim, definido que aí se deveria fazer visita para que de nada padecessem os enfermos, declarando que esta unidade estaria “*abastecida de drogas e mezinhas convenientes e necessárias para os emfermos pera que por culpa do Boticario a cura dos enfermos se não deixe ou debilita*”<sup>160</sup>.

Ainda sobre os cuidados físicos dados aos necessitados, e neste caso aos pobres, no magistério de Roger de Molins (1177-1187) é definida a roupa oferecida: “*quod pauperum habeat ad eundum ad cameras secretas et redeundum pelles ad induendum, botas ad calicandum, et caputia lane*”. Ao que tudo indica, recebiam uma peliça, umas botas e um gorro de lã, tal como no período de Afonso de Portugal (1203-1206), em que é estipulado que os cuidados dos enfermos deveriam passar pela entrega de roupas, um

---

<sup>158</sup> BA, *Regra da Ordem de S. João de Jerusalém*, fl. 50.

<sup>159</sup> MILLER, Timothy S. – From poorhouse to hospital. *Christian History*, issue 101. Worcester: 2011, p. 22.

<sup>160</sup> BA, *Regra da Ordem de S. João de Jerusalém*, fl. 47v.

capuz e calçado, e pela garantia de alimento para as crianças e de vinho quando se celebrassem festas<sup>161</sup>.

Referência única, mas bastante interessante, está mencionada no estatuto de João de Lastich (1437-1454) presente na Regra da Biblioteca do Palácio da Ajuda que define “*Que os doentes na enfermaria se devão tratar modestamente*”<sup>162</sup>. Esta recomendação é interessante, pois este ponto define que os enfermos, tanto leigos como eclesiásticos, deveriam receber apenas aquilo que fosse necessário para a sua cura. Neste sentido, se pedissem mais do que aquilo que lhes fosse reservado, seriam privados dos cuidados da enfermaria. É acrescentado que deveriam ter modéstia na conversação ocorrida na enfermaria, e “*não se ocupem em jogar dados, nem enxadrez, nem ler, historias ou cronicas, não fação qualquer coisa qualquer cousa que possa trazer molestia ou estorvo aos enfermos*”<sup>163</sup>.

Outra questão bastante relevante que estes estatutos abordam é o cuidado apresentado com as mulheres e as crianças. A diversidade de pessoas que deveriam afluir ao hospital da Ordem faz com que se prevejam as mais distintas situações. De facto, é estabelecido um “*modici berci pro infantibus peregrinarum feminarum qui nati erunt in domo, ut jacente soli er separati, ne aliquod incoveniens illi a matribus patiantur*”<sup>164</sup>. Parece haver um cuidado especial com as peregrinas que no hospital da Ordem tinham os seus filhos, tentando-se acomodar e criar as melhores condições possíveis tanto para a mãe, como para o filho. Facto interessante, sobretudo porque situado no contexto medieval, é que a documentação espelha uma preocupação com o conforto daqueles que eram recebidos no hospital da Ordem, tentando, da melhor forma possível, recebê-los e dar-lhes as melhores condições.

Outro dos pontos que esta documentação define e regulamenta, e talvez dos mais extensos, diz respeito à alimentação<sup>165</sup>. Esta terá sido provavelmente a ajuda mais

---

<sup>161</sup> Cartulaire, vol. II, doc. 1193, p. 31-35.

<sup>162</sup> BA, Regra da Ordem de S. João de Jerusalém, fl. 50v.

<sup>163</sup> BA, Regra da Ordem de S. João de Jerusalém, fl. 51.

<sup>164</sup> Cartulaire, vol. I, doc. 627, p. 426.

<sup>165</sup> Sobre a alimentação, Theresa Vann no seu trabalho “*The Archives and Library of the Sacra Infermeria, Malta*”, declara que “*Some historians have argue that the Order was influenced by Arabic and Byzantine medical practices, particularity in the matter of diet*”- The Medieval Hospital and Medical Practice, p. 20.

procurada, comum a todos os tipos de pessoas que procuravam a Ordem: peregrinos, pobres e mendigos e doentes.

Um dos documentos normativos que se apresenta mais rico sobre este aspeto é, sem dúvida nenhuma, a regra das irmãs de Sigena<sup>166</sup>. Esta foi a única referência encontrada em relação ao ramo feminino desta Ordem. Na sua origem, tinham a fundação de uma pequena casa criada junto ao hospital de Jerusalém e que “*Ce soeurs sont solvante des donates, mais, dès le milieu du XIIe siècle, un certain nombre mène une vie régulière et prononce des vœux monastiques*”<sup>167</sup>.

Nesta regra das irmãs de Sigena é declarado que o doente ao ser recebido teria direito a um leito e comida, tal como deveria ser acompanhado de dia e de noite. Prevendo a forma como deveriam ser alimentados os doentes, nesta regra aparece uma nova figura o “celeireiro” ou “despenseiro”, a quem caberia gerir a comida da despensa e a respetiva divisão pelos pobres e pelo mosteiro<sup>168</sup>. Na tese de Joana Lencart, que estuda uma instituição beneditina e não de raiz agostiniana, como a Ordem do Hospital, o despenseiro seria aquele que “*Cuide com toda a solicitude dos enfermos, das crianças e dos hóspedes e dos pobres*”<sup>169</sup>. Mais ainda nos diz esta autora que “*Está ainda dentro das suas atribuições melhorar o regimento alimentar dos doentes, fornecendo carne sempre que for necessário*”<sup>170</sup>. Sobre este aspeto, José Mattoso escreve que os “*textos mostram que o celeireiro devia ter à sua disposição principalmente pão, vinho e peixe*”<sup>171</sup>, apesar de também declarar que as referências a este cargo são diminutas na documentação analisada.

A regra de Sigena é, de facto, explícita no que toca à alimentação. Assim, afirma que deveria ser servida carne todos os domingos, terças e quintas, legumes e cebolas e, tudo mais que pudesse ser distribuído a partir da dispensa. Segundo o mesmo normativo, todos os dias o despenseiro deveria averiguar o estado dos doentes para

---

<sup>166</sup> Sobre as irmãs de Sigena e o ramo feminino da Ordem do Hospital lei-se: STRUCKMEYER, Myra - *Female hospitallers in the twelfth and thirteenth centuries*. Dissertação de Doutoramento. Norte Carolina: University of North Carolina, 2006.

<sup>167</sup> POUTIERS, Jean-Christian – *Rhodes et ses chevaliers 1306-1523*. Bruxelas: E.S.T.C., p. 77.

<sup>168</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 859, p.544-547.

<sup>169</sup> LENCART, Joana - *Costumeiro de Pombeiro*, p. 84.

<sup>170</sup> LENCART, Joana – *Costumeiro de Pombeiro*, p. 84.

<sup>171</sup> MATTOSO, José – *O monaquismo Ibérico e Cluny*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2002, p. 183.

analisar o seu estado de necessidade de caridade. Refere ainda que deveria servir carne às segundas, quartas e sábados aos doentes, em caso de necessidade da saúde destes, ao qual acrescenta ainda carnes de aves, ovos e os alimentos geralmente dados a estes doentes<sup>172</sup>.

A alimentação aparece aqui como um fator fundamental para a cura destes doentes, cabendo ao despenseiro na sua visita diária à enfermaria estipular a dieta destas pessoas. Um dos alimentos que parece fundamental para os doentes e outros carenciados era o pão branco. Por exemplo, num documento promulgado sobre o magistério do Grão-mestre Gilberto (1172-1177) é declarado que os rendimentos de dois casais devem ser utilizados para assegurar o pão branco para os doentes do Hospital de Jerusalém<sup>173</sup>. Sobre este documento é relevante destacar que primeiro estipula-se o cuidado de dar pão branco aos pobres; segundo, fala-se em pobres e enfermos, o que revela a atenção dispensada a ambos; terceiro, a existência de uma preocupação de garantir para a posterioridade o sustento destes carenciados.

Sob o magistério de Afonso de Portugal (1203-1206), os enfermos comeriam separados do resto da comunidade, em concreto, numa mesa perto da enfermaria e do convento: “*Tabula seu mensa infirmorum fratum a conventum separetur, et sit prope infirmariam et monasterium, secundum posse sacre domus*”<sup>174</sup>. Os freires doentes que comessem na mesa dos enfermos deveriam receber dois pedaços de carne e, aquele que parecer ser um dos mais importantes alimentos, isto é, o pão. A propósito do pão e do vinho definem o seguinte: “*Cibus mense infirmerie sit communis, panis sit sicut vinum, conventos, et vimelioretur tamen si pro fratribus infirmis illud non bonum existat*”<sup>175</sup>. Este tipo de elemento informativo indica que estes freires doentes comeriam separadamente da comunidade de freires. Para além disto este tipo de passagens dá-nos ideia do espaço físico<sup>176</sup> destas enfermarias, podendo-se aferir que haveria uma mesa de

---

<sup>172</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 859, p. 544.

<sup>173</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 494, p. 345-347.

<sup>174</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 1193, p. 32.

<sup>175</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 1193, p. 33.

<sup>176</sup> Sobre a questão dos espaços físicos onde os pobres e peregrinos seriam recebidos, para além dos contributos arqueológicos, poderemos destacar os relatos que nos chegaram de peregrinos que eram recebidos pela Ordem. A título de exemplo poderemos citar o que no escreve James Kennedy no seu artigo *What role did the military orders play in the care of pilgrims and the sick?*: “*The hospital, as*

refeições para os freires e para os enfermos, e ainda possibilidade de que estas refeições seriam feitas em espaços físicos distintos.

Com efeito, a documentação espelha uma constante preocupação com a alimentação dos pobres e dos peregrinos e também com a forma como esta se distribuiria. Neste sentido, encontramos diversos documentos que referem continuamente a mesa dos enfermos, especificando que estes comeriam separadamente da comunidade de freires.

### **A cura da alma**

Para além dos cuidados físicos e, tendo presente o fundamento religioso desta instituição, a Ordem do Hospital cuidava ainda da alma daqueles que nos seus hospitais eram recebidos – “*onde num dos seus espaços, a enfermaria ou hospital dos pobres e dos peregrinos, estes recebiam acolhimento que se traduzia em abluções higiénicas, alimentos e descanso, para além do conforto espiritual*”.<sup>177</sup> Esta dimensão mais espiritual faria parte do trabalho assistencial da instituição, refletindo-se mesmo nos edifícios que construía. Anthony Luttrell declara que “*This building, [referindo-se ao hospital de Rhodes em particular] which had its own chapel and priests, emphasized the spiritual aspects of care; the addition of an extra priest and an extra acolyte in the hospital had been authorized in 1263*”<sup>178</sup>.

Logo no século XII, nos capítulos promulgados por Raymundo de Puy (1120-1160) é definido que “*et ad infirmorum visitationem presbyter cum albis vestibus incedat, religiose portans corpus Domini, et diaconus vel subdiáconos precedat vel saltem acolitus, ferens lanternam cum candela ascensa et spongiam cum aqua benedicta*”. O freire, vestido de branco, deveria visitar a enfermaria, que, tal como a igreja, deveria estar iluminada, pois era o local onde estavam os enfermos, que receberiam a água benta. Claro está que a visita teria como fundamento a garantia de

---

*described by travellers and pilgrims in the 12th century, was based on the European model of a hospital, focusing on offering warm beds, clean water and nourishing food for those who needed a place to stay*” (p. 4).

<sup>177</sup> TAVARES, Maria José Ferro – A Assistência: Época Medieval. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 1. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2000, p. 136.

<sup>178</sup> LUTTRELL, Anthony – *The town of Rhodes 1306-1356*. Rhodes: City of Rhodes Office for the Medieval town, 2003 p. 267.

que nada faltasse a estes doentes, embora seja interessante sublinhar a importância do acesso à água benta.

Quando se trata dos cuidados da alma, a regra das irmãs de Sigena estipula o seguinte: “*Infirmaria in initio laudum in matutinis pergens ante priorissam, petat abe a duas de dominabus, que cantent matutins infirme, et ipsa concedat*” e que “*Post capitulum dicant ei tertiam et sextam; post nonam similiter. Altera die mutantur alie due*”<sup>179</sup>, definindo quando deveriam ser feitos os cânticos aos irmãos enfermos. Esta regra de Sigena, que demonstra a forma como o ramo feminino da Ordem regulava as suas atividades, apresenta-se uma fonte riquíssima, espelhando como esta comunidade praticava a atividade assistencial. Uma das suas passagens, por exemplo, refere a missa que seria realizada para os enfermos, descrevendo todas as suas fases da sua organização. Com efeito, aos enfermos deveria ser administrada a eucarística. Estes também deveriam ouvir os salmos e a litania. O texto também exemplifica claramente como se processavam as missas destinadas aos doentes que não pudessem ir à missa na igreja, o que parece querer dizer que o hospital/enfermaria seria num local separado<sup>180</sup>. Acresce que a enfermaria deveria ter os seus livros próprios e a sacristia deveria estar sempre iluminada<sup>181</sup>, havendo luzes durante dia e noite: “*In nocte jugiter ardeat lucerna in infirmararia, cum fuerit ibi infirma, quam debet dare infirmararia*”<sup>182</sup>.

Um dos outros pontos a que se referem esta regra é “*De óleo infirmorum, et ununctione*”. Esta prática sacramental é descrita como: “*O Sacramento da Unção dos Doentes é administrado aos que se encontram enfermos em perigo de vida, ungindo-os na fronte e nas mãos com óleo de oliveira ou, segundo as circunstâncias, com outro óleo de origem vegetal, devidamente benzido, proferindo uma só vez as palavras: «por esta santa unção e pelo sua infinita misericórdia, o Senhor venha em teu auxílio com a graça do Espírito Santo, para que, liberto dos teus pecados, Ele te salve e, na sua*

---

<sup>179</sup> Cartulaire, vol. I, doc. 859, p. 544.

<sup>180</sup> “*et accipiens illud cum calice et patena, pergat ad infirmam, precedente aqua benedicta, sequente cruce, postea turibolo cum incenso, deinde corpore Christi cum candelabris, postea puellis junioribus, quoque novissime prioribus, cum septem salmis et litania*” - Cartulaire Vol. I, doc. 859, p. 544.

<sup>181</sup> Cartulaire, vol. I, doc. 859, p. 544.

<sup>182</sup> Cartulaire, vol. I, doc. 859, p. 544.

*misericórdia, alivie os teus sofrimentos»*<sup>183</sup>. Sobre este ritual, a regra estabelece que a sacristia deveria ter vinho, óleo dos enfermos para serem ungidos, luvas e sapatos de linho. Quanto aos rituais era ainda estabelecido que deveriam ter acesso ao incenso, e terminada litania, era adorada a cruz, lavadas as mão para distribuírem a eucaristia – “*corpus Christi cum sanguine*”<sup>184</sup> – e, por fim, proferidas orações e salmos<sup>185</sup>.

Esclarecem, de seguida, a utilidade e funcionalidade dos utensílios: “*Peruncto vertice, induatur pileo; perunctis manibus, vestiatur chirotecis, que sunt abscisse digitis; perunctis pedibus, calciatur calceis; perunctis scapulis et pectore, induatur camisia munda*”. É iniciado, então, o processo de unção dos doentes. Para o efeito, eram vestidos com roupas limpas. Se, entretanto, falecessem, seriam enterrados com estas vestimentas, e se vivessem receberiam novas roupas”<sup>186</sup>. De acordo com esta norma, deveriam ser vigiados dia e noite, acautelando a situação do seu próprio falecimento: “*Talis die et nocte debet custodiri a duabus, et a famula infirmararie, et eleemosinarie, ne, quod absit, nulla abstante, contingat eam mori*”<sup>187</sup>.

A preocupação pela alma destes doentes e pobres foi sempre uma constante, sendo que nos estatutos promulgados por Hugo de Revels (1258-1277) em 30 de setembro de 1263, é definido o número de sacerdotes que assumiriam as igrejas hospitalárias. Para o caso do priorado de Acre, “*l’Ospital des malades puisse tenir I autre prestre et I autre acolite*”<sup>188</sup>.

Aquele que poderá ser declarado como o último cuidado, talvez tanto físico como da alma, é, sem dúvida nenhuma, o sepultamento e todo o processo anterior e posterior que envolve este ritual. Sendo que nestes hospitais e enfermarias a Ordem

---

<sup>183</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – Ritual Romano. Reformado por decreto do Concílio Ecuménico Vaticano II e promulgado por autoridade de S.S. o Papa Paulo VI. Unção e pastoral dos doentes, 2ª edição típica, reimpressão, s/d, p. 14.

<sup>184</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 859, p. 544.

<sup>185</sup> Note-se que a regra estabelece mesmo as orações a ser proferidas e, que aqui se coloca passagem: “*«Hoc corpus», et aliud «Quid manducat». In finem dicantur orationes, atque, data super eam benedictione, recedant dicentes psalmum: «Misere mei Deus», et in finem versus: «Salvam fac ancillam tuam, Deus meus, sperantem in te». Oratio: «Deus infirmitatis»*”.

<sup>186</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 859, p. 544.

<sup>187</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 859, p. 544.

<sup>188</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 3075, p. 77.



receberia imensos doentes<sup>189</sup>, nos seus documentos houve sempre a preocupação de estabelecer as diretrizes deste último reduto de caridade.

Desde o início, esta foi uma preocupação da Ordem e logo na regra do Hospital de Jerusalém<sup>190</sup> é definido que se algum peregrino ou outro cristão morresse depois das vésperas, ou seja, à noite, deveriam assim ser feitas as cerimónias fúnebres no dia seguinte, sendo que não deverão jazer no hospital sem luz<sup>191</sup>. Ou seja, apesar de as cerimónias fúnebres serem reservadas para o dia seguinte, o defunto tinha direito a velas durante a noite, e talvez mesmo a alguém velasse o seu corpo. No dia seguinte, o corpo seria transferido para a igreja, onde deveria ser feita a missa, sendo que seriam enterrados como em Jerusalém<sup>192</sup>. Definem ainda que os clérigos deveriam cantar os salmos e, mais uma vez, deveriam manter velas acesas. Isto demonstra claramente que a assistência praticada pela Ordem tem uma dupla vertente: o cuidar da alma e do corpo. Quer isto dizer que se se cuida do pobre ou do doente antes de este morrer, também se cuida da sua alma ao cumprir as exéquias fúnebres.

No magistério de Jean de Villaret (22 de outubro de 1301) descrevem o modo como deveriam ser enterrados aqueles que morressem no palácio<sup>193</sup>: “*Statutum est quod ex dominis infirmis, qui in palatio obierint, omnes illis, qui camisiis et femoralia habebunt, cum suis camisiis et femoralibus sepellantur*”<sup>194</sup>. Quando um freire morresse na enfermaria da Ordem, os seus pertences eram entregues à enfermaria, fazendo-se mais uma vez uma clara distinção entre o que fosse rico e tivesse fio de ouro, que ficaria para a igreja, enquanto os panos e cobertores ficariam para a casa dos pobres<sup>195</sup>.

---

<sup>189</sup> Apesar de não ser possível de atestar um número de pessoas que terão sido recebidos nos hospitais da Ordem, poderemos ter uma pequena noção tendo em conta o que escreve Anthony Luttrell, na sua obra *The Knights Hospitallers in the levant, c. 1070-1309*, sobre o hospital de Jerusalém, em que este expõe que este “*could accomodate 1000 patients, but in crisis could be enlarged to take in as many as 2000*” (p. 72).

<sup>190</sup> Esta regra publicada no *Cartulaire* de Jean Delaville Le Roulx é data pelo mesmo como tendo sido produzida entre 1177-1181.

<sup>191</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 504, p. 347.

<sup>192</sup> Esta expressão, presente na documentação deverá se reportar muito provavelmente a algum tipo de ritual de sepultamento que não nos foi possível de apurar.

<sup>193</sup> Tal como referido no glossário inicial este *palatio* seria o palácio dos pobres.

<sup>194</sup> *Cartulaire*, vol. IV, doc. 4549, p. 19.

<sup>195</sup> Sobre os bens dos enfermos e pobres que ingressavam na enfermaria, os estatutos promulgados por Jacobo de Melli, definem que guardados numa caixa deveriam ser abertos na presença dos Prodomos, enfermeiro e hospitalário, e que tudo o que nele se encontrasse que fosse conveniente para o uso dos enfermos a esse fim se destinasse.

A última referência que encontramos sobre estes sepultamentos enquadra-se no magistério de João de Lastich (1437-1454), e abrange as exéquias dos seculares. O corpo daqueles que morressem na enfermaria deveria ser modestamente levado para sepultura, acompanhado pelos capelães que deveriam orar pela alma do morto. Aqueles que carregavam o corpo do defunto levariam roupas pretas próprias, guardadas posteriormente pelo enfermeiro.

A documentação analisada neste capítulo e, que representa a visão da Ordem e a fonte mais direta para a compreensão da aplicação das suas orientações caritativa, revela que a Ordem foi, ao longo da sua existência, moldando as suas atividades e progredindo no sentido da especialização de tarefas. Os seus destinatários também se foram alterando, à medida que os serviços que esta Ordem ia prestando ao longo dos séculos se foram especializando. Neste sentido, evoluiu cada vez mais do seu papel como albergue, para um domínio mais especializado de prestação de cuidados médicos. É muito difícil apurar que esta circunstância tenha tido lugar em outros locais que não os que acolhiam a sede da Ordem, mas a verdade é que o Convento das Irmãs de Sigena apresenta-se como um exemplo desta mesma nova sensibilidade.

Seria mais provável que nos pontos mais secundários e periféricos da instituição, a prática assistencial fosse muito menos especializada, e talvez muito mais acentuada junto a vias de comunicação e de passagem de peregrinos para os locais santos, como Jerusalém, Roma e Santiago de Compostela. Sobre este ponto devem destacar-se outros estudos que apontam para a proximidade das comendas em relação aos caminhos de peregrinação, mas que não nos permitem adiantar muito mais conclusões sobre este aspeto<sup>196</sup>.

---

<sup>196</sup> Para o caso da Galiza é incontornável o trabalho de Isidro Garcia Tatto intitulado “ Las encomendas Gallegas de la Orden Militar de San Juan de Jerusalén”. Sobre a questão assistencial durante o período medieval, o autor apesar de conseguir apurar alguns hospitais nesta região, não consegue de forma segura afirmar a prática assistencial específica da Ordem. Também sobre este tema será de destacar a obra de Paula Pinto Costa intitulada: *The role of the Order of St John in Pilgrimage and Politics: the case of the North of Portugal. Pilgrims and Politics. Rediscovering the power of the pilgrimage*. Edited by Antón M. Pazos. Farnham: Ashgate, 2012, p. 69-82 (chapter 5). ISBN 978-1-4094-4760-3” onde a autora trata a ligação desta Ordem com o fenómeno da peregrinação a Santiago de Compostela.

## 2.2 Documentação avulsa

Tal como já foi referido, ao longo da análise do cartulário foi possível encontrar, para além de uma extensa documentação normativa da Ordem, alguns documentos avulsos produzidos em torno dos seus membros. Deverá, desde já, destacar-se que este género de documentos é bastante diminuto no conjunto da documentação presente nos quatro volumes do cartulário, mais ainda quando apenas nos cingimos à vertente temática estudada nesta dissertação.

Foi, assim, possível recolher documentação avulsa que abrange os séculos XII a XIV, sendo que é geralmente outorgada dos seus grão-mestres, grão-piores e, em menor escala, por alguns outros membros da organização.

Dois dos documentos outorgados pelos grão-mestres fornecem algumas informações sobre a forma como a prática assistencial era sustentada. Num deles, o grão-mestre Raimundo de Puy (1080-1160), faz um agradecimento a todos aqueles que contribuem para a caridade praticada pela Ordem.<sup>197</sup> Neste documento, Raimundo inclui um agradecimento à rede que sustenta toda a atividade assistencial, referindo bispos, abades, homens canónicos, plebeus, capelães e todos os clérigos e populações que desta fazem parte.

É ainda referida a atividade de socorro aos pobres de Cristo como forma de ascensão ao céu dos beneméritos. Sobre este conceito de doar aos pobres para remissão de pecados e como forma de alcançar este ideal cristão de ascensão, Raul Villagrasa Elías escreve que *“En los siglos plenomedievales los pobres tenían una función social. Su existencia permitía la redención de aquellos grupos privilegiados a través de la limosna, bien directamente al necesitado, bien a instituciones asistenciales como los hospitales. Eran fundamentales en la llamada economía de la salvación”*.<sup>198</sup>

Outro caso reporta-se ao magistério de Hugo de Revel (1258-1277), que exorta os prelados cristãos a fazer respeitar as esmolas recolhidas para a Ordem, referindo a sua aplicação ao propósito assistencial<sup>199</sup>. Neste documento foi possível detetar frases

---

<sup>197</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 46, p. 38.

<sup>198</sup> ELÍAS, Raul Villagrasa – *La red de hospitales en el Aragón medieval (ss. XII-XV)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2016, p. 59.

<sup>199</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 3002, p. 18-19.

como “*ac servorum sanctorum pauperum qui sunt Iherosolimis*”<sup>200</sup> e “*ob reverenciam sanctissimis Hospitalis et honorem pauperum*”<sup>201</sup>, que indicam claramente o objetivo a que se destinariam estas esmolas. São ainda usadas frase bíblicas como forma de fundamentação das doações, seguindo-se mais uma vez a já referida lógica de que ajudar estes necessitados constituía uma garantia de ascensão ao céu e de obtenção da remissão de pecados: “*Hic enim Paulus decit: «Beneficiencie et comunis nolite oblivisci; talibus enim hostis prometur Deus.» Et alibi: «Caritas fraternitatis maneat in vobis, et hospitalitatem nolite obliviscici; per hanc enim quidam placier <it> Deo angelis hospicio susceptis*»”<sup>202</sup>.

Entre a documentação em que o tema central é a assistência, encontramos alguns exemplares atribuídos à iniciativa dos grão-piores e de diversas comunidades da Ordem. Neste grupo de documentos foi possível principalmente recolher referências a hospitais da Ordem e ainda a uma leprosaria.

Numa análise cronológica, o primeiro documento é outorgado pelo mestre e pelos hospitalários em 1192<sup>203</sup>. Estes pedem a Henrique VI, imperador do sacro império romano-germânico, que lhes restitua a leprosaria de Malvernay, alvo de uma disputa com os cónegos de S. João de Besançon. Este documento apresenta-se bastante relevante, pois demonstra o interesse da Ordem também no cuidado dos leprosos.

As gafarias ou leprosarias nasceram da necessidade de controlar o “*flagelo da lepra*” que se “*alastrava e impunha-se proceder à segregação dos leprosos, por absoluta necessidade de proteção social devida aos sãos, sem abandonar as infelizes vítimas do terrível mal incurável*”<sup>204</sup>, ideia partilhada por José Marques e José da Silva Correia e aplicada a contextos distintos.

Separados dos restantes doentes pelo caráter de incurabilidade desta doença, parece que terá sido nas palavras de Fernando da Silva Correia tratada com métodos “*absurdos e infantis, como óleo de minhocas, o caldo de cobras ou de víboras e outros*

---

<sup>200</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 3002, p. 18.

<sup>201</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 3002, p. 19.

<sup>202</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 3002, p. 18.

<sup>203</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 915, p. 581.

<sup>204</sup> MARQUES, José -A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: 1989, p. 17.

*semelhantes*”<sup>205</sup>, aos quais se acrescentava a prática de banhos termais, principalmente sulfurosos. A verdade é que foi impossível encontrar quer nos estatutos, quer na documentação observada, referência qualquer tipo específico de tratamento reservado aos leprosos<sup>206</sup>.

Exemplos semelhantes são as referências concretas a hospitais da Ordem em alguns documentos encontrados. O mais recuado cronologicamente, datado de maio de 1225 e outorgado por Guérin, grão-prior de França, pelo qual aceita a doação do hospital de Mormant, “*hospitalitatem ibidem servabimus*”<sup>207</sup>, feito pelo bispo de Langres, Hugues de Montréal. Sobre este hospital foi possível ainda encontrar algumas menções. Desde logo, o documento outorgado por Honório III (1216-1227), em que aceita que este hospital fosse convertido à Ordem<sup>208</sup>. Este documento parece indiciar a Ordem deteria a gestão do hospital e que os seus freires eram exortados a que se procedesse a sua reforma espiritual e temporal. A sua gestão parece ter sido curta, pois dois anos depois do primeiro documento, em 1227, Gregório IX (1227-1241) anula a doação do bispo de Langres e a confirmação do seu antecessor<sup>209</sup>.

Semelhante apresenta-se o documento de Clemente, grão-prior da Alemanha, Boémia, Moravia e Polónia em que, acedendo aos pedidos dos burgueses de Hall, a Ordem recebe o hospital aí localizado<sup>210</sup>.

Informação semelhante é nos dada no documento emanado por Garcia, prior dos Hospitalários de Roncevaux, em que escreve ao mestre e prior do *Hotel Dieu de Provins*<sup>211</sup>, para lhe expor que o hospital de Braux, fundado por Renaud Conde de Bar, estava confiado aos freires de Roncevaux<sup>212</sup>. Para além de encontramos mais uma referência direta a um hospital da Ordem, é relevante frisar que neste caso é referido que o seu fundador deixa uma renda anual de 200 libras fortes de Provins para a direção do

---

<sup>205</sup> CORREIA, Fernando da Silva - *Origens e formação das misericórdias portuguesas*, p. 336.

<sup>206</sup> Incluídos nos destinatários das instituições de caridade tardo medievais, Isabel Sá escreve no seu artigo “Igreja e assistência em Portugal no século XV” que estes começam gradualmente a desaparecer a partir deste período (p.220).

<sup>207</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 1813, p. 335.

<sup>208</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 1831, p. 346-347.

<sup>209</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 1887, p. 372-373.

<sup>210</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 2493, p. 679.

<sup>211</sup> Esta expressão é utilizada por Delaville no sumário ao documento aqui referido.

<sup>212</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 4390, p. 724.

dito hospital, tal como, é explicitado que esse havia sido fundado para receber e tratar pobres e enfermos<sup>213</sup>.

Sobre este documento, e seguindo uma nota de Jean Delaville le Roulx, L. Le Grand refere, na sua obra *La prière des malades dans les hopitaux de L'ordre de Saint-Jeàn de Jérusalem*, que no documento é estipulado como objetivo desta fundação “«*ad receptionem et refectionem pauperum debilium ac etiam infirmorum* »”<sup>214</sup>. Poderemos depreender desta passagem que neste hospital seriam prestados cuidados, não apenas aos pobres, mas, também, aos enfermos, a quem seria dado alimento e provavelmente guarida.

Com um caráter diferente, mas igualmente proporcionador de informações sobre a assistência, dever-se-á destacar um documento já citado nesta dissertação. Outorgado por Gilberto, mestre da Ordem, declara os rendimentos de dois casais para que fosse garantido o pão branco para os pobres e peregrinos<sup>215</sup>. Este documento espelha, mais uma vez, um fator bastante relevante na normativa da Ordem, isto é, a preocupação com o alimento dos pobres e doentes.

Entre a documentação que selecionamos encontramos ainda uma contenda entre o *drapier*, Gautier l’Anglais, e o enfermeiro da Ordem sobre as roupas de cama do freire hospitalário Pierre de la Chambre<sup>216</sup>. Apesar de a decisão ser tomada em favor do *drapier*, figura a quem caberia a gestão dos bens do hospital, inclusive das roupas de cama – “*c'est á dire covertour et linceaus et sarge de lit et tarrahe, se el i eystoit, ou matras et chavesal et aureilliers;*”<sup>217</sup> –, o enfermeiro argumentaria o seguinte: “*Et l'enfermier respondi qu'il li ressembloit qu'il devoit avoir la roube dou lit dou confrere, por ce quar il ne avoit tout le travail, et tout la despense venoit à luy; car quant le confrere estoit malade, que il le visitoit et le secorroit et de viandes et de mieges, et aucun fois li fasoit doner des choses qu'il avoit besoin de son estaçon*”<sup>218</sup>. Esta

---

<sup>213</sup> Sobre este documento não foi possível uma análise mais exaustiva, nomeadamente em termos de vocábulos, pois apenas tivemos acesso ao sumário publicado pelo autor.

<sup>214</sup> LE GRAND, Léon – *La prière des malades dans les hopitaux de l'ordre de Saint-jeàn de Jérusalem*. Bibliothèque de l'école des Chartes, 1896, tome 57, p. 22.

<sup>215</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 494, p. 339-340.

<sup>216</sup> *Cartulaire*, vol. IV, doc. 4618, p. 65-66.

<sup>217</sup> *Cartulaire*, vol. IV, doc. 4618, p. 65.

<sup>218</sup> *Cartulaire*, vol. IV, doc. 4618, p. 65.

passagem revela-se bastante interessante pois o enfermeiro declara que deveria ficar com as roupas de cama do freire defunto pelos serviços que lhe havia prestado durante a sua doença. Além disso, muito provavelmente os serviços que este refere seriam bastante semelhantes aos prestados de uma forma geral. Tal como este documento sugere, a similitude de funções do *drapier* e do enfermeiro, consubstanciadas, antes de mais, na normativa, refletir-se-ia no quotidiano da instituição, podendo levar, muito provavelmente, a contendas deste género.

Através desta documentação que contem referências diretas à assistência praticada no âmbito da Ordem, foi possível sistematizar alguns dados sobre as estruturas de suporte a essa atividade, bem como as tarefas atribuídas a diferentes oficiais. A este conjunto de dados, pode juntar-se outra documentação, a que podemos chamar indireta, pois, apesar de não abordar especificamente o tema em apreço, contem determinados elementos que contribuem para o nosso conhecimento.

Neste segundo nível, uma das referências mais abundantes na documentação é a proliferação de membros da Ordem que ocupavam funções como *hospitalerius*, *medicus*, ou *drapier*, que aparecem nestes documentos como testemunhas. Apesar do seu interesse, a verdade é que esta análise apresenta algumas dificuldades. Na documentação, apesar de encontramos algumas pessoas identificadas com o título de *medicus*, na qualidade de testemunha, não foi possível provar que se tratassem de membros da Ordem. Exemplo disto é um documento em que a Ordem vende a Nicola de Hanapes, patriarca de Jerusalém, algumas casas em Acre<sup>219</sup>, em que assina “*magistro Matheo, medicus*”, embora não haja no documento qualquer referência que comprove o seu estatuto de membro da Ordem.

O mesmo se revela com os hospitalários, enquanto titulares do ofício correspondente a esta designação, e não como membros da Ordem em geral. A documentação nem sempre é clara quanto ao uso desta palavra. Assim, nem sempre é possível distinguir entre a aplicação do vocábulo aos membros da Ordem ou à função assistencial. Algumas expressões retiradas dos próprios documentos são sintomáticas da

---

<sup>219</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 4084, p. 556-558.

dificuldade que acabamos de identificar: “*frere stephanus hospitalarius*”<sup>220</sup>; “*frere Robert, l’ospitalier*”<sup>221</sup>; “*frere Pierre de Hayen, hospitalier*”<sup>222</sup>; “*frater Velascus Martini, hospitalarius*”<sup>223</sup>.

Poderemos ainda referir que encontramos entre as testemunhas, num documento do século XIII, “*Roger de Vers, drapier d’Ospital*”<sup>224</sup> e “*frater Riccardus de Panelil drapperius*”<sup>225</sup>, homens que integravam a organização de oficiais mais especificamente dedicados às tarefas assistenciais. Entre estes, foi detetada também a menção a um boticário de Bale, mestre João, sendo que, mais uma vez, não nos foi possível assegurar a sua ligação à Ordem<sup>226</sup>, ou ainda a um “*Bernardus barberius*”<sup>227</sup>, que apresenta a mesma dificuldade.

Destaca-se, ainda, um documento em que o mestre da Ordem, Guilherme, se dirige ao monarca francês Luís VII e lhe pede que interceda em favor da Ordem no seu reino<sup>228</sup>. Apesar de o fundamento do documento não se prender diretamente com a assistência, tema em estudo nesta dissertação, o mestre da Ordem evoca o fundamento de ascensão aos céus através da caridade e das esmolas. Apela ainda à missão da Ordem como forma de persuadir o monarca a dar-lhes proteção e, inclusive, daqueles que no seu reino beneficiam da caridade prestada.

Em suma, a documentação recolhida reflete a dimensão do papel que a atividade assistencial tinha no conjunto das funções da Ordem, tanto de forma direta, como através de referências mais pontuais ou do uso de vocábulos e termos, por vezes, difíceis de interpretar. A própria designação que os grão-mestres utilizam, declarando-se “*maestre de la sancte maison de l’Hospital de San Johan de Jerusalem e garde des puvres de Crist*”<sup>229</sup>, a referência à sua missão e aplicação do que é recolhido e doado

---

<sup>220</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 538, p.336-337.

<sup>221</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 2224, p. 565.

<sup>222</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 3047, p. 60-61.

<sup>223</sup> *Cartulaire*, vol. IV, doc. 4735, p. 137-138.

<sup>224</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 3047, p. 60-61.

<sup>225</sup> *Cartulaire*, vol. IV, doc. 4735, p. 137-138.

<sup>226</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 3588, p. 333.

<sup>227</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 508, p. 349-350.

<sup>228</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 310, p. 223-224.

<sup>229</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 2224, p.565.



*“pro beatorum Jerusalem pauperum reverencia”*<sup>230</sup>, constituem indicadores da relevância da assistência para a Ordem do Hospital, embora muitas vezes a documentação escrita não a descreva com o pormenor que responda à curiosidade do investigador.

---

<sup>230</sup> *Cartulaire*, vol. 1, doc. 438, p. 303-304.

### Capítulo 3 – A assistência na perspetiva papal, régia e dos particulares

*“As gentes medievais eram profundamente crentes nas verdades cristãs. E, por isso, empenhavam-se na prática da maior das virtudes, segundo a classificação do apóstolo S. Paulo, a da caridade”*<sup>231</sup>. Marca do espírito medieval, a proliferação das instituições de caridade viveu sempre da atuação não apenas dos religiosos, a quem cabia por excelência a ação caritativa, mas também dos diversos laicos que ao longo dos tempos alimentavam esta prática através de doações e esmolas.

Considerada por Maria Helena da Cruz Coelho como *“prática de uma virtude – a caridade cristã–, essa sim, vivência dominante da sociedade medieval”*<sup>232</sup>, não deverá ser esquecido o duplo sentido que comporta, ou seja, o de ajudar o pobre e o de contribuir para a remissão dos pecados - *“o exercício das obras de misericórdia não só como um fim em si, mas, e sobretudo, como uma contribuição para a salvação da alma daquele que as exerceu em vida”*<sup>233</sup>.

As instituições religiosas medievais receberam, assim, diversas doações daqueles que, e usando as palavras de José Marques, com a *“certeza da reciprocidade divina, por vezes traduzida sob forma de perdão dos pecados. É por isso que na documentação medieval portuguesa não faltam arengas, em formulários de actos jurídicos, já desde o período da reconquista, subordinadas ao “date et dabitur vobis”, desdobrado na versão de que tal como a água apaga o fogo assim a esmola apaga os*

---

<sup>231</sup> DINIS, António Joaquim Dias - O infante D. Henrique e a assistência em Tomar no Século XV. *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, Atas da 1<sup>as</sup> Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Lisboa: Tomo I, 1973.

<sup>232</sup> COELHO, Maria Helena - A ação dos particulares para com a pobreza nos séculos XI e XII. *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, Atas da 1<sup>as</sup> Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Lisboa: Tomo I, 1973, p. 233.

<sup>233</sup> FERRO, Maria José Pimenta - Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres em Lisboa: os hospitais de D. Maria Aboim e do Conde D. Pedro. *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, Atas da 1<sup>as</sup> Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Lisboa: Tomo I, 1973, p. 371.

pecados: - *'Date elemosinam et ecce omnia sunt vobis, quia sicut aqua extinguit ignem ita elemosinam extinguit peccatum'*”<sup>234</sup>.

Imbuída deste espírito, a cristandade medieval foi grande impulsionadora desta rede assistencial, do qual a Ordem do Hospital fez parte. André Vauchez refere que esta participação dos leigos se deve a uma mudança de mentalidade sobre “*o exercício da caridade, o qual, no século XII, se reveste de novas formas e novo significado*”<sup>235</sup>. Mais ainda, explica que esta alteração sobre o conceito de pobreza, que, se até aí era sinal de desfortúnio e castigo divino, passava então a estar ligada a Cristo e à mesma pobreza que este havia experienciado.

Assim, proliferam entre a documentação medieval de diversas instituições religiosas doações, não apenas de particulares, como régias. A Ordem do Hospital é, de facto, um excelente exemplo desta situação enquanto beneficiária deste tipo de postura.

A análise do já citado cartulário geral da Ordem permitiu seleccionar um conjunto de documentos que permitem perceber como os diversos setores da sociedade medieval europeia e do Médio Oriente viam esta prática. Estratos diversos da sociedade exigiram, assim, e como já referido, uma análise separada de forma a compreendermos as suas tipologias, motivações e principais agentes.

Neste capítulo e, como já referido anteriormente, tentaremos compreender a visão que os que estavam de fora viam esta prática da Ordem. Sobre esta perpectiva poderá se referir a título de exemplo o que nos diz Helen Nicholson que escreve o seguinte: “*Of course the Hospitallers’ regulations focussed on the care of the poor sick. Their medieval contemporaries in England and Wales did not have much to say about this. John of Salisbury, in his Policraticus (written around 1159), referred to their ‘service of hospitality’ but accused them of financing it by plunder, with the implication that they were plundering their fellow Christians, and he went on to complain about their opening churches that were under interdict in order to collect alms*”<sup>236</sup>; “*around*

---

<sup>234</sup> MARQUES, José – A assistência aos peregrinos no Norte de Portugal. *Actas do I Congresso Internacional dos caminhos Portugueses de Santiago de Compostela*. Porto: 1989, p.2.

<sup>235</sup> VAUCHEZ, André - *A espiritualidade da Idade Média Ocidental – Séc. VIII- XIII*. Coleção Nova História, Editorial Estampa, p. 127.

<sup>236</sup> NICHOLSON, Helen – Interpreting the regulations: the Hospitallers' Interpretations of the Rule and the Statutes in England and Wales, p. 2.

*1460 the poet Dafydd Nanmor cited the Hospital of St John as an example of generous hospitality but this was in comparison to the hospitality offered to guests by noble lords, not hospital care for the sick*<sup>237</sup>.

Este tipo de passagens, em que são utilizadas fontes bastante diferentes das analisadas neste estudo, demonstram a difusão da atividade da Ordem entre as comunidades medievais, ideia partilhada por James Kennedy que escreve que “*The Jerusalem hospital became famous for its role in caring for pilgrims and the sick, and the Hospitallers grew quickly, thanks to donations made by those who supported their work*”<sup>238</sup>.

### **3.1 O Papado e Ordem**

De entre a documentação presente no cartulário, apesar de serem muitas vezes referidas outras entidades religiosas, o Papado é o único para o qual se apresentam documentos diretamente ligados à assistência praticada pela Ordem.

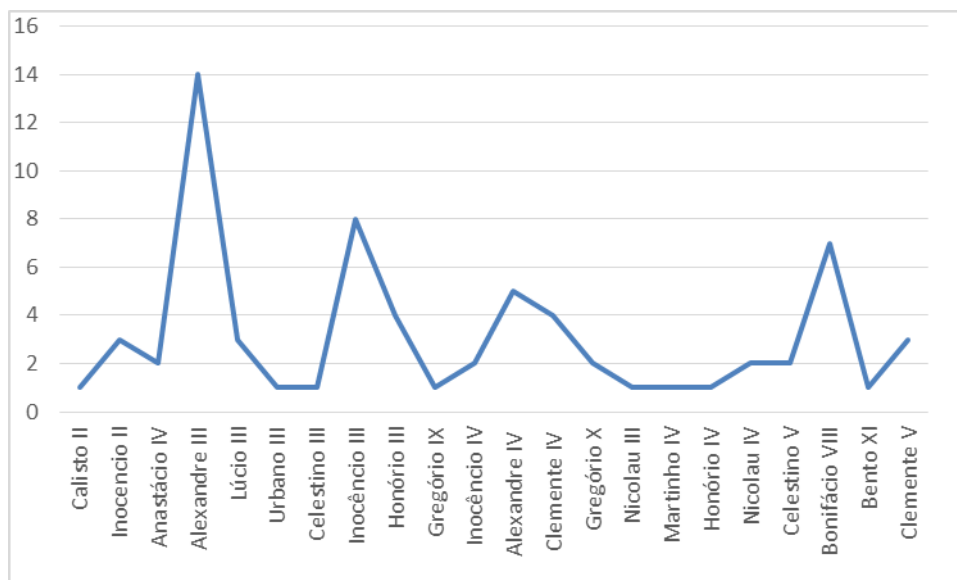
Sendo que esta documentação se estende por um período cronológico bastante extenso, de forma a compreendermos melhor a sua divisão no tempo, elaboramos um gráfico (gráfico nº 1), onde colocamos o número de documentos por cada um dos papados. Desde logo, podemos constatar que alguns papas tiveram uma maior participação nos assuntos da Ordem do que outros. A verdade é que muitos outros documentos outorgados pelos pontífices foram produzidos, sendo estes apenas uma amostra dos que estão presentes no cartulário da Ordem, constituída por aqueles que forneceram algum tipo de informação sobre a sua prática assistencial.

Do ponto de vista metodológico, optamos por analisar aqueles que de forma direta ou indireta nos forneceram algum tipo de informação sobre a assistência, excluindo outros que, apesar do terem um conteúdo bastante relevante, não forneciam qualquer tipo de informação sobre a atividade assistencial da Ordem e a forma como esta se organizava.

---

<sup>237</sup> NICHOLSON, Helen – Interpreting the regulations: the Hospitallers' Interpretations of the Rule and the Statutes in England and Wales, p. 2.

<sup>238</sup> KENNEDY, James- *What role did the military orders play in the care of pilgrims and the sick*, p. 5.



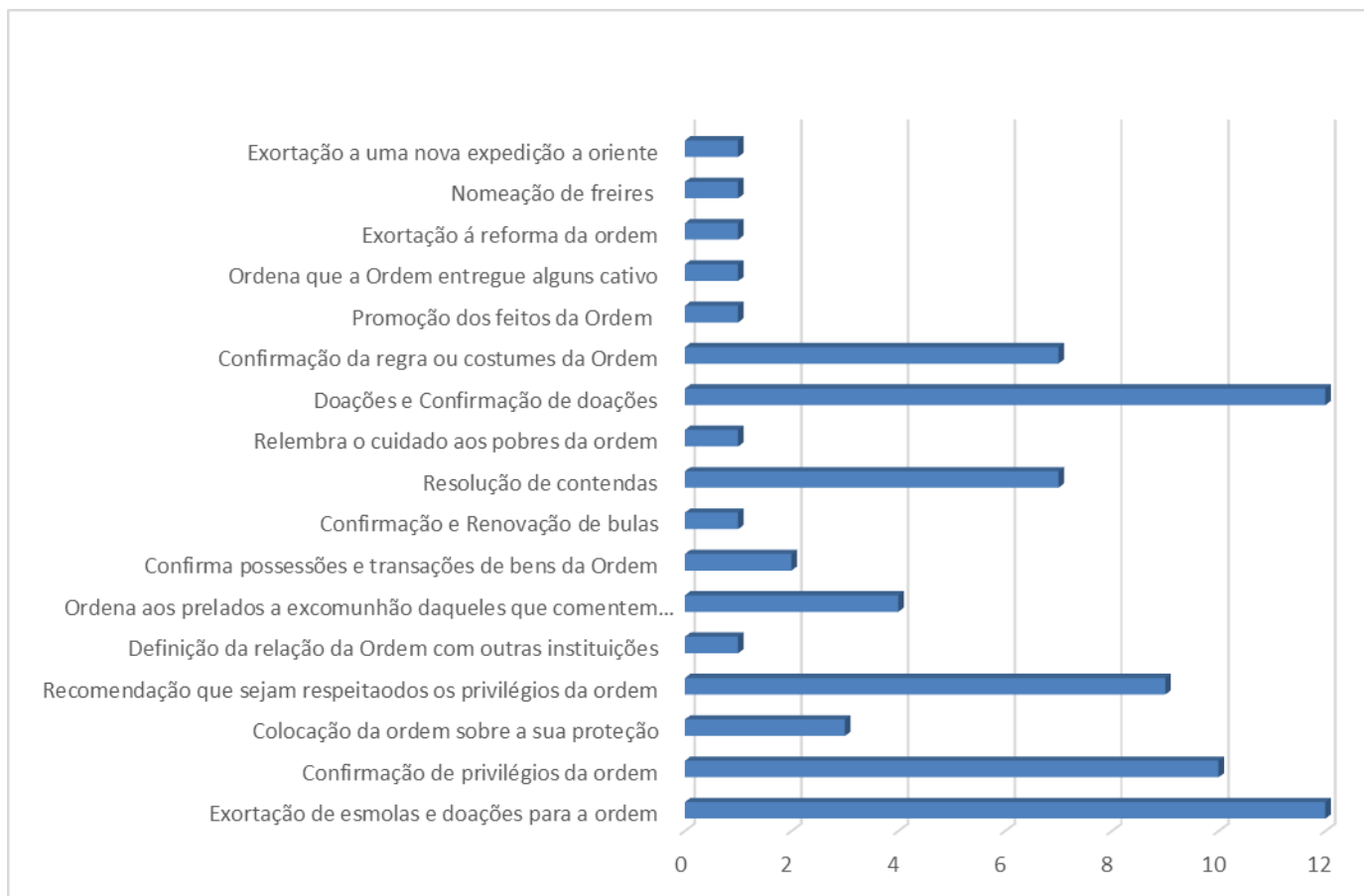
*Gráfico 1- Número de documentos por pontificado (séculos XII-XIII) com referências à atividade assistencial da Ordem.*

A leitura do gráfico que apresentamos pode espelhar uma preocupação de alguns Papas com os assuntos assistenciais em que a Ordem do Hospital estaria envolvida. Como é sabido, a documentação incorporada no cartulário constitui apenas uma amostra da documentação dirigida à Ordem, pelo que não estaremos perante uma representação exaustiva, mas sim perante uma amostra que resulta da identificação dos documentos relacionados com o tema, tendo como base a totalidade dos documentos que constam no referido cartulário. Do ponto de vista metodológico, subsistem algumas dúvidas, relacionadas com o facto de haver confirmações apenas sumariadas, o que impediu uma comparação rigorosa com os documentos originais na procura de estabelecer o verdadeiro número de diplomas.

De entre a documentação que foi possível apurar e cujo interveniente é, para além da Ordem, o Papado, encontramos uma vasta tipologia de documentos: bulas, doações, confirmações de doações, regulamentação da vida interna e atividades da Ordem e mediação de conflitos.

De forma a compreender a documentação recolhida, levou-se a cabo a realização de um gráfico, onde se distinguem as tipologias de documentos/temas em foco. Note-se que, apesar de no cartulário da Ordem existirem mais documentos emitidos pela cúria

papal, o gráfico que se segue apenas contempla aqueles que, de alguma forma, fazem referência à matéria assistencial.



*Gráfico 2 - Tipologia da documentação papal com referências à atividade assistencial da Ordem.*

Tendo em conta o gráfico anterior é notório que um dos papéis principais que o Papado desempenhou foi o de impulsionador de esmolas e doações à Ordem para a sua atividade caritativa. O Papado aparece muitas vezes a defender os bens da Ordem, questão fundamental, pois é da sua exploração que a instituição retira os seus réditos, inclusive para a assistência.

Principalmente nos primórdios da história da Ordem, o Papa exorta à caridade dos cristãos, através da doação de bens e dinheiro em benefício da nova instituição. São disto exemplo, os seguintes documentos pontifícios:

- Calisto II, num documento datado entre 1190-1124, recomenda aos fiéis da cristandade Europeia para acederem aos pedidos de caridade feitos pela Ordem.

Refere-se ao *Xenodochi* de Jerusalém e a Raimundo como “*omnium a Jerusalem redeuntium testimonio commendatur, quod sincere, devote, assidue peregrinorum et pauperum curat gerat*”<sup>239</sup>.

- Inocêncio II, em 1131, exorta os prelados da cristandade a favorecerem a doação de esmolas em benefício da Ordem. Começa por declarar, que estas doações tinham o seguinte objetivo: “*ad peregrinorum sustentationem collectas facere in peccatorum suorum remissionem frequentibus exhortationibus moncat*”<sup>240</sup>.

Refere ainda claramente a atividade caritativa da Ordem, ao enunciar que: “*Quam amabilis Deo et quam hominibus locus existat, qua metiam jocundum et utile receptaculum peregrinis et pauperibus prebeat Hierosolimitanum Xenodochium, hii qui per diversa maris et terre pericula pie devotionis intuiti, sancta civitatem Hierusalem et Sepulchrum Domini visitat, assidue recognoscunt. Ibi enim indigentes et pauperes reficiuntur, infirmis multimoda humanitatis obsequia exhibentur, et diversis laboribus et periculis fatigati, resumptibus viribus recreantur ...*”<sup>241</sup>. Sobre este documento Judith Bronstein escreve que “*Inocent II had asked bishops to encourage the faithful to give donations to the order and promise to absolve the donors from the seventh part of their yearly penance*”<sup>242</sup>.

- Anastácio IV, em 1154, recomenda aos prelados da cristandade que respeitem as isenções dos hospitalários de S. Siége. Para além de defender os bens da instituição, define, ainda, que “*per apostólica vobis scripta mandamus ut fratres ipsius Hospitalis, qui a magistro suo pro recolligentis elemosinis et acquirendis, unde Christi pauperes sustentur*”<sup>243</sup>.
- Honório III, em 1217, pede aos fiéis que doem à Ordem determinados bens para esta poder lutar na terra Santa, declarando que este é um ato de caridade e que

---

<sup>239</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 47, p. 39.

<sup>240</sup> *Cartulaire*, vol. I Doc. 130, p. 107.

<sup>241</sup> *Cartulaire*, vol. I Doc. 130, p. 107.

<sup>242</sup> BRONSTEIN, Judith - *The Hospitalers and the holy land: Financing the latin East*. United Kingdom: 1187-1274, The Boydell Press, 2005.

<sup>243</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 227, p. 175.

lhe garantirá remissão dos seus pecados. Declara que estas doações são “*pro succurso Terre Sancte ac sustentacionem pauperum*”<sup>244</sup>.

- Nicolau IV, em 1291, acorda com os hospitalários o direito de solicitar e recolher esmolas, apesar do interdito lançado sobre os seus solicitadores. Declara que estas esmolas seriam para “*infirmorum et pauperum sustentatione*”<sup>245</sup>.

Este tipo de documentação multiplica-se no cartulário, demonstrando um claro interesse por parte dos diferentes Papas em promover a Ordem e a sua atividade assistencial, salientando-se o que escreve James Broadman “*The pope acknowledged the hospice’s work in support of pilgrims to Jerusalem and of the poor there and elsewhere*”<sup>246</sup>. De facto, a singularidade da missão da Ordem do Hospital e o poder e prestígio que lhe estavam associados justificariam este género de posturas.

Outro do tipo de documentação papal que prolifera no cartulário é a atribuição de indulgências aos fiéis que visitassem uma determinada igreja da Ordem. Os exemplos que se seguem são clarificadores do nosso raciocínio:

- Em 1226, Honório III declarava 20 dias de indulgência aos que visitassem a igreja e hospital de S. João de Jerusalém no dia votado a S. João Batista<sup>247</sup>.
- Em 1290, o Papa Nicolau IV acorda um ano de indulgência para aqueles que visitassem a igreja hospitalária de Matelica, na diocese de Camerino, durante a festa da igreja votada a S. Nicolau<sup>248</sup>; dava ainda igual indulgência a quem visitasse a igreja da comenda de Nébian nas festas de S. João Batista, S. Julião e S. Vicente<sup>249</sup>. No mesmo ano, o Pontífice declara 40 dias de indulgência para quem visitasse a igreja da Ordem em Acre no dia da procissão solene<sup>250</sup>. Em 1291, o mesmo Papa concede uma indulgência de um ano àqueles que visitassem a Igreja Hospitalária de Chanonat na diocese de Clermont, durante as

---

<sup>244</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 1536, p. 211.

<sup>245</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 4122, p. 564.

<sup>246</sup> BRODMAN, James - *Charity in medieval Europe*, p. 92.

<sup>247</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 1849, p. 357.

<sup>248</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 4094, p. 562.

<sup>249</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 4148, p. 587.

<sup>250</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 4128, p. 576.



festas da Anunciação, Natividade, Purificação e Ascensão da Virgem<sup>251</sup>, declarando igual enquadramento para a comenda de S. João de Appari, na diocese de Aquino, beneficiando quem a visitasse nessas festas, bem como nas que eram feitas em honra de S. João Batista e de S. João Evangelista<sup>252</sup>. Concede, ainda, nesse mesmo ano condições semelhantes para a igreja hospitalária de Montpellier<sup>253</sup>.

- Em 1248, Inocêncio IV garante 40 dias de indulgência a quem visitasse a igreja hospitalária de Marselha durante as festividades de S. João Batista<sup>254</sup>.

Este tipo de documentação espelha que aqueles que faziam doações procuravam também algum benefício em troca, sendo comum e, como se verificará mais à frente, o interesse por alguma contrapartida aquando de uma doação<sup>255</sup>. Assim poderemos compreender que o Papado e, outras figuras religiosas, utilizassem este tipo de contrapartidas para chamar a atenção dos fiéis para visitarem as igrejas da Ordem e aí depositarem as suas esmolas.

O Papado afirma-se nesta documentação como o grande impulsionador da atividade assistencial da Ordem. Com efeito, impulsiona as doações e confirma-as, e, por outro lado, assume ainda a posição de protetor. Como é possível constatar no gráfico anterior (gráfico nº 2), a seguir das exortações de esmolas e doações, a documentação mais abundante é a de confirmação de privilégios da Ordem, de resolução de contendas e da exortação papal para que fossem respeitados os bens da instituição. Documentos reguladores das relações da Ordem com os reis, bispos e outras comunidades, em que o Papado aparece como elemento apaziguador entre as duas partes, quer como mediador dos conflitos, quer como responsável pela indigitação de uma terceira pessoa para arbitrar estas contendas, também são relativamente recorrentes entre o espólio documental. De facto, encontramos inúmeros documentos onde o Papado aparece com mediador de conflitos, em que os bens e direitos da Ordem são usurpados e, em que

---

<sup>251</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 4152, p. 589.

<sup>252</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 4158, p. 594.

<sup>253</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 4161, p. 595.

<sup>254</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 2465, p. 665.

<sup>255</sup> Na documentação recolhida foi ainda possível de encontrar documentos semelhantes emanados de bispos e arcebispos que declaram, também eles, dias de indulgência aos fiéis que visitassem algumas igrejas da ordem.

chega mesmo a autorizar os prelados, de uma forma geral, ou um determinado bispo ou arcebispo, a excomungar aqueles que cometessem abusos sobre os freires hospitalários ou sobre os seus bens e costumes.

Mais uma vez, e a título de exemplo, poderemos referir o documento de Alexandre III, em que ordena que os prelados excomunguem todos aqueles que cometessem violências contra os hospitalários e os seus bens. Declara que a atividade da Ordem deveria ser respeitada, sublinhando que os hospitalários davam esmolas, faziam visitação aos pobres, que lhes davam alimento e outras formas de sustento<sup>256</sup>. Este tipo de documentação apresenta-se extremamente rica, porque, para além de demonstrar o papel que o Papado tinha no impulsionamento da atividade assistencial praticada pelos freires hospitalários, indicia o papel da Ordem ao nível da sua difusão entre as comunidades medievais. Lúcio III em 1182-83 relembra exatamente isto, outorgando um documento destinado aos prelados da cristandade, em que lhes recorda que os bens dos hospitalários eram destinados à defesa da terra Santa e aos pobres peregrinos<sup>257</sup>.

A documentação consultada sugere que a relação da Ordem do Hospital com as diversas autoridades e comunidades religiosas europeias não foi fácil, sendo que proliferam no cartulário documentos que se reportam a diversas contendadas. Sobre isto, Garcia-Guijarro Ramos escreve que a “*Iglesia secular que se resentia de las libertades adquiridas por órdenes de nueva creación*”<sup>258</sup>. Tendo em conta esta mesma documentação, declara que: “*Las intervenciones ate ella exigiendo respeto a los privilegios sanjuanistas fueron constantes. Los bispos y su clero intentaban poner cortapisas a la recepción de limosnas y legados testamentários o de outro tipo, así como someter las iglesias de la Orden a exacciones indevidas*”<sup>259</sup>.

Apesar de termos consciência de que a documentação guardada pela Ordem seria (sobretudo) aquela que lhe era favorável, encontramos apenas referências pontuais em que o Papado não intercede a seu favor. Esta atitude protetora por parte da tutela da Igreja, torna-se mais compreensível se tivermos em linha de conta que, também

---

<sup>256</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 290, p. 212.

<sup>257</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 628, p. 429.

<sup>258</sup> GUIRRAJO, Garcia -*Papado, cruzada y órdenes militares, siglos XI-XIII. Espanha*: Ediciones Cátedra, 1995, p. 152.

<sup>259</sup> GUIRRAJO, Garcia -*Papado, cruzada y órdenes militares, siglos XI-XIII*, p. 155.

consequência da sua ampla difusão por toda a Europa e, apesar das suas estruturas administrativas locais, a Ordem viu-se sempre afetada por inúmeras tentativas de apropriação dos seus bens e dos privilégios. Em última instância, a intervenção do Papado tinha plena justificação, pois estavam em causa bens e direitos jurisdicionais exercidos por uma instituição religiosa que se encontrava na sua direta dependência.

Do cartulário fazem ainda parte outros diplomas que refletem a intervenção do Papa em questões internas à própria comunidade e relacionadas com o tema em estudo nesta dissertação. Por exemplo, em 1178-80, Alexandre III relembra ao grão-mestre os cuidados a ter com os pobres, exortando os freires a uma dedicação mais intensa e competente no que toca ao cuidado dos pobres, deixando a atividade guerreira para um plano secundário<sup>260</sup>; em 1184-85, Lúcio III confirma a regra promulgada no magistério de Raimundo de Puy (1120-1160) e aprova o estabelecimento permanente de 4 médicos e de 4 cirurgiões no hospital da Ordem<sup>261</sup>; em 1238, Gregório IX critica os hospitalários por receberem todas as pessoas nas suas casas, incluindo os hereges<sup>262</sup>, fazendo apelo a uma reforma<sup>263</sup>; Inocêncio IV, em 1252, autoriza os hospitalários da Hungria a conversar durante as refeições, apesar de os seus estatutos preverem o contrário<sup>264</sup>; Clemente IV, em 1266, autoriza os hospitalários da Alemanha a celebrar missa nas suas igrejas e oratórios<sup>265</sup>; e, por fim, em 1304, Bento XI autoriza os hospitalários a ler as lições da manhã uma vez por semana, bem como a celebração de uma missa em honra de S. João Batista<sup>266</sup>. Apesar de alguns destes documentos não se relacionarem diretamente com a assistência, esta documentação prende-se com a vida interna, que afetava, claro está, o quotidiano daqueles que eram recebidos nas suas casas. A atestar esta ideia poderá se referir o que escreve René Aubert de Vertot “*They never left the*

---

<sup>260</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 527, p. 360.

<sup>261</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 690, p. 458.

<sup>262</sup> Sobre a receção de “hereges” no hospital da Ordem, Anthony Luttrell no seu trabalho *Hospitallers – The history of the Order of St John*, escreve o seguinte: “*knowing that the lord, who calls all to salvation, does not to perish, mercifully admits men of the pagan faith [Muslims] and Jews . . . because the lord prayer for those afflicting him, saying: “Father, forgive them for they know not what they do”*” (p.21). Ainda sobre este tema poderá ler-se o que escreve James Kennedy no seu artigo *What role did the military orders play in the care of pilgrims and the sick?*, “*the hospital in Jerusalem not only allowed Christians to receive care, but also Muslims and Jew*”. (p. 5).

<sup>263</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 2186, p. 523.

<sup>264</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 2589, p. 721.

<sup>265</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 3210, p. 133.

<sup>266</sup> *Cartulaire*, vol. IV, doc. 4642, p. 79.

*apartments of the sick, but to give themselves up to prayer, or to take the field against the enemies of the cross, which was at once their standard and their habits*”<sup>267</sup> Note-se que, e como vimos anteriormente, as missas e a alimentação eram parte considerada fundamental para o cuidado da alma e do corpo dos doentes e peregrinos que eram recebidos.

Na mais diversa documentação, o Papado refere o papel assistencial desempenhado pelos freires como fator primordial, declarando em inúmeras vezes os seus mestres como protetores dos pobres. A título de exemplo, Raimundo de Puy (1120-1160) está apontado como: “*Raimundus omnium a Jerusalem redeuntium testimonio commendatur, quod sincere, devote, assidue peregrinorum et pauperum curam gerat*”<sup>268</sup>; “*Domini fili Raimunde preposite, piis hospitalitatis tue studiis incitati, petitionem tuam debita benignitate suscipimus et institutum a predecessoribus tuis in civitate Jerusalem juxta ecclesiam beatis Johannis Baptiste Xenodochium*”<sup>269</sup>.

Será de destacar que apesar de Ordem ser apresentada na documentação sempre associada à sua atividade caritativa, em alguns documentos do século XIII e XIV foi possível comprovar que esta é também associada à defesa da Terra Santa e a uma prática militar: “*Nam religio Hospitalarium super hospitalitate fundata est, et ultra hoc exercent militis et multas faciunt elemosynas*”<sup>270</sup>.

Em suma, poderemos concluir que a documentação demonstra que a atividade assistencial da Ordem foi amplamente protegida e difundida também graças à intervenção dos diferentes Papas. Esta é apresentada como sendo a sua atividade primordial e, a sua difusão permitiu, não apenas manter a atividade, como igualmente arrecadar fundos indispensáveis aplicados à guerra santa, em que uma das suas componentes consistia na defesa e receção daqueles que se dirigiam à Terra Santa.

---

<sup>267</sup> VERTOT, René Aubert de- *The history of the Knights Hospitallers of St. John of Jerusalem: styled afterwards, the Knights of Rhodes, and at present, the Knights of Malta*, [on-line]. 4 vols, 1770, p. IV.

<sup>268</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 47, p. 39.

<sup>269</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 113, p. 95.

<sup>270</sup> *Cartulaire*, vol. IV, doc. 4680, p. 104.

## 3.2 Documentação régia e particular

### 3.2.1 – Tipologia dos documentos

Como já foi afirmado anteriormente, a documentação que permitiu a realização deste trabalho foi substancialmente a que consta no Cartulário da Ordem publicado por Delaville Le Roulx. Sendo esta uma compilação de documentos de diversas tipologias e finalidades o autor organizou-os de forma cronológica entre os anos de 1099 e de 1310.

Entre os outorgantes destes documentos contam-se monarcas, religiosos e outras pessoas particulares, em geral, sendo que a documentação produzida foi na sua maioria doações, alguns testamentos ou legados. No caso concreto dos monarcas e nobres, também se encontram documentos em que colocam a Ordem sobre a sua proteção.

A análise do cartulário demonstra que as doações se foram multiplicando nos primórdios da instituição, sendo que é igualmente verdade que foram perdendo destaque com o avanço temporal, dando espaço a um maior número de contendas e de confirmações de bulas, tendo em conta o conjunto global da documentação. A aqueles documentos que continuam, porém, a fornecer mais informação sobre a prática assistencial da Ordem são as doações.

Para uma melhor compreensão da tipologia documental que contempla dados sobre a assistência, elaboramos três gráficos, um por cada um dos três grupos sociais identificados – monarcas, religiosos e pessoas leigas – que nos detetar um eventual padrão entre a documentação produzida.

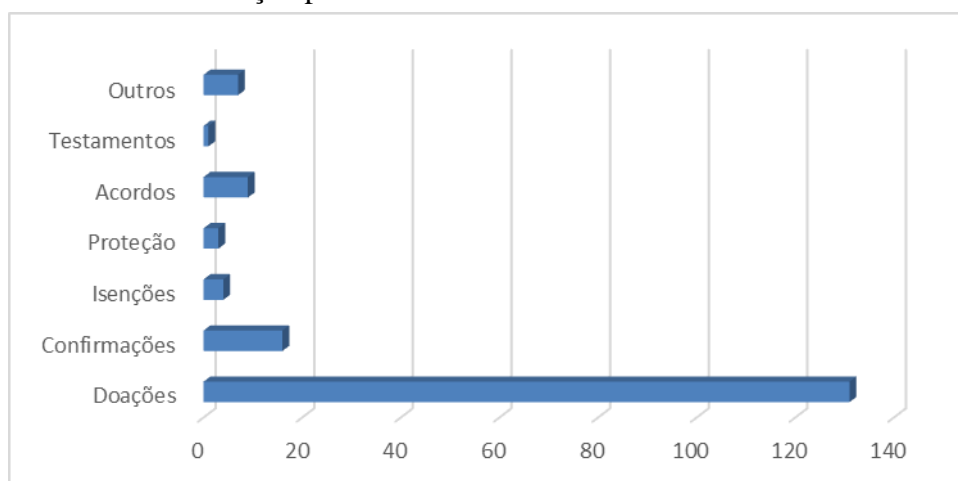


Gráfico 3 - Documentos de emanção régia – Séculos XII-XIV.

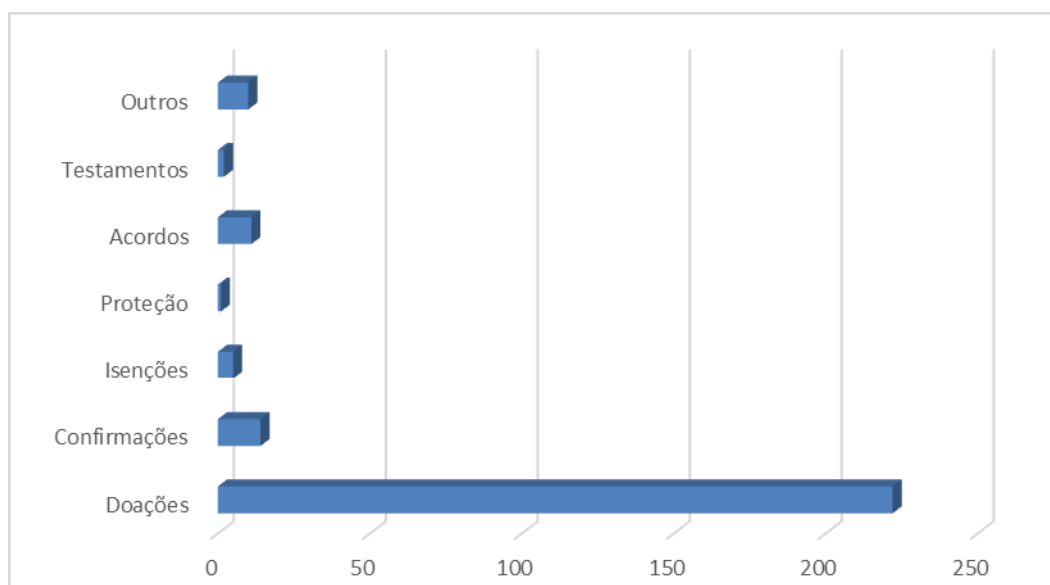


Gráfico 4 - Documentação emanada por outros leigos – Séculos XII-XIV.

A documentação régia e dos restantes leigos, dos diversos estratos sociais, apresenta algumas semelhanças. Primeiramente, em ambas é possível notar um grande número de doações, o que nos demonstra, mais uma vez, a primazia desta tipologia. Ambos os grupos sociais demonstram uma posição favorável à Ordem, promovendo o crescimento dos seus bens e consequentemente da sua atividade caritativa.

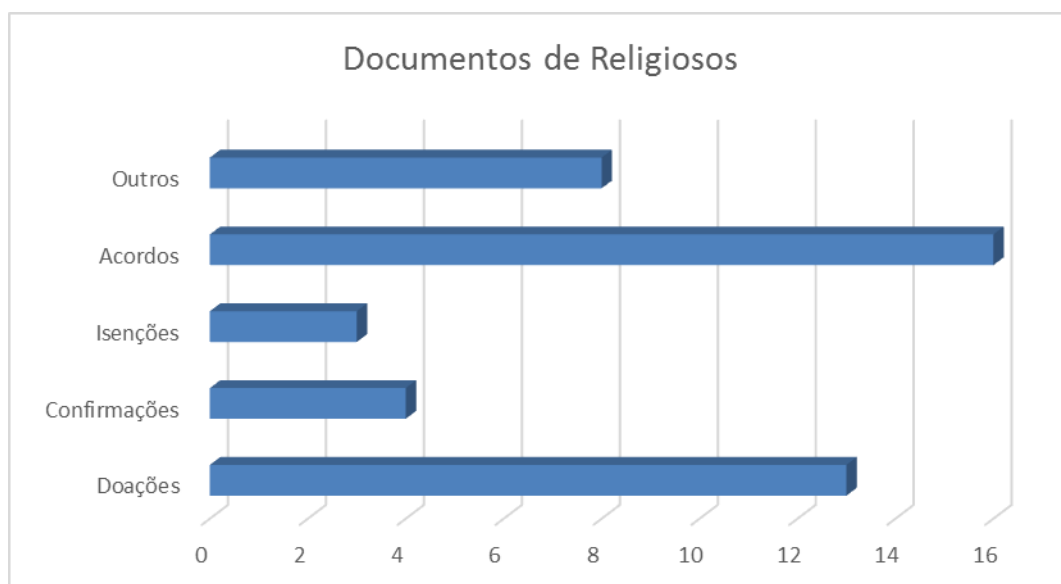
Numa outra vertente, também podemos colocar a hipótese de a empatia que estes documentos sugerem, não ser diretamente relacionada com a Ordem enquanto instituição, mas com a prática caritativa em si, atendendo a que este tipo de ações são consideradas virtuosas face à teologia cristã, tão marcante em tempos medievais.

Mais ainda, se poderá destacar que ambos os grupos demonstram interesse na proteção desses bens através da confirmação de doações outrora feitas, de privilégios sobre determinadas regiões ou bens e, ainda, através de determinadas isenções.

No total foi possível apurar 171 documentos de monarcas, enquanto para os restantes leigos sinalizamos 265 exemplares. Note-se que a amplitude de outorgantes presentes nesta categoria é muito maior do que na régia. Outro dos dados interessantes é que em todo o cartulário o número de testamentos é muito diminuto, sendo que a maioria das doações são feitas em vida.

Outra das categorias que se poderá destacar é constituída pelos acordos. O número deste tipo de documentos revela-nos que, mais uma vez, as relações entre esta Ordem e as restantes entidades e instituições nem sempre foi pacífica. Este fator, aliado à documentação papal, que tantas vezes frisa a sua proteção, bem como da dos seus bens, revela que ao longo de todo o período medieval houve a necessidade de esta Ordem se munir de proteções e que as entidades régias e papal tiveram de intervir neste tipo de contendas.

Quanto à documentação produzida e que envolve religiosos foi possível produzir o seguinte gráfico.



*Gráfico 5- Tipologia documentos emandos por religiosos – Séculos XI- XIV.*

Quando comparado este terceiro gráfico com os anteriores (gráficos nº 3 e 4) é possível constatar que há uma grande alteração na tipologia da documentação produzida. Primeiro a categoria “Doações” perde o lugar cimeiro para os acordos e, em segundo lugar, o número de documentos recolhidos, a saber 44 exemplares, é muito menor do que para os restantes dois grupos sociais. É possível ainda concluir que o número de acordos, em destaque nesta categoria, poderá ser entendido como resultado das constantes contendas que opuseram a Ordem ao restante clero. Por fim, na categoria que designamos como “outros”, consideramos ainda documentos como a declaração de

indulgência a quem visitasse algumas igrejas da Ordem, como se verifica na documentação papal.

Assim, é possível de perceber que apesar de encontrarmos algumas doações, a preocupação dos religiosos prendeu-se muito mais com a resolução de contendas entre a Ordem do Hospital e as restantes instituições religiosas no que concerne ao exercício de certos direitos e à posse de bens patrimoniais.

### **3.2.2 – Motivação e perfil social**

Da documentação proveniente dos leigos, a que mais prolífera e, como já citado, é a referente a doações, sendo que esta foi uma das formas que a Ordem do Hospital, tal como outras instituições religiosas, teve de aumentar os seus rendimentos e manter os seus freires e as suas atividades, quer religiosas e caritativas, quer guerreiras – *“Os leigos doavam á Igreja, e muito em especial aos mosteiros, para que através destes se cumprisse o munus da caridade”*<sup>271</sup>.

Assim, foi possível recolher uma série de doações, cujos outorgantes referem os propósitos com que as fizeram e que, em alguns casos, nos demonstram motivações ligadas à assistência. De forma a sistematizarmos estes intuitos tornados públicos pelos beneméritos, procedemos à elaboração do seguinte gráfico.

---

<sup>271</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – Os mosteiros medievais num tempo de hospedar e caridade, p. 13.



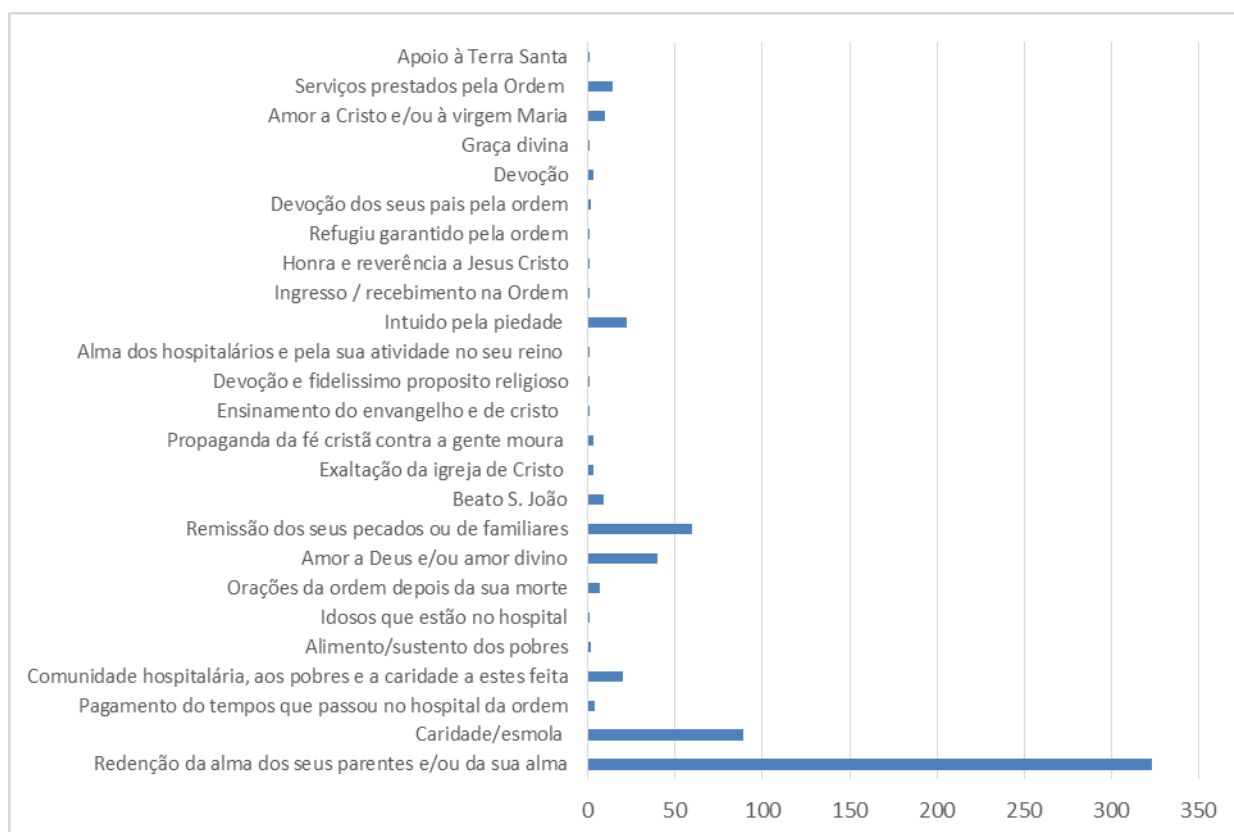


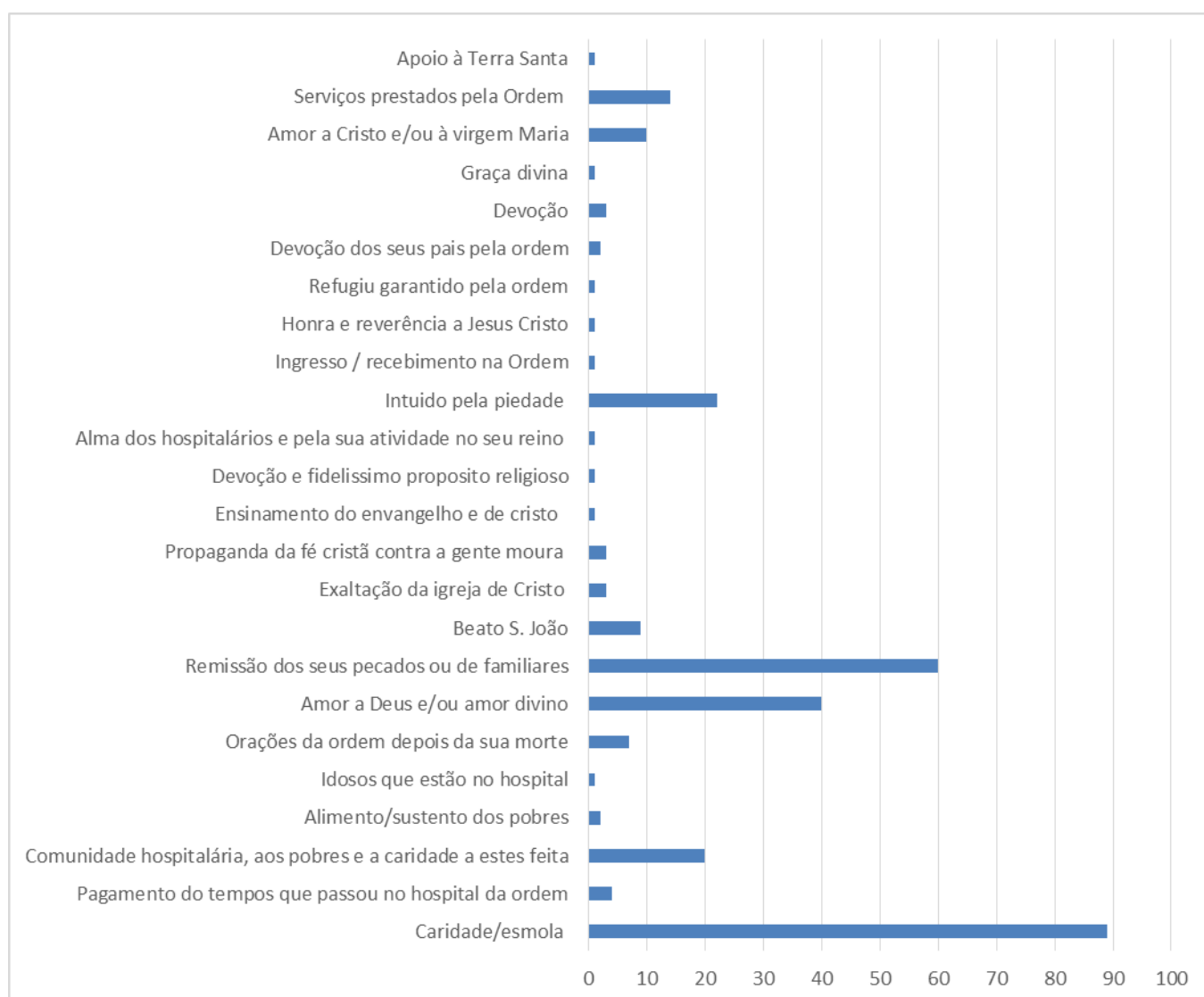
Gráfico 6 - Motivações das doações – Séculos XII-XIV.

Como é possível observar no gráfico, a *doação pela alma*, ou de um familiar ou do próprio doador, é constante, verificando-se em 323 dos 366 documentos<sup>272</sup> selecionados, algo que nos parece quase como um costume. Ou seja, esta motivação que se apresenta em documentação de outras instituições religiosas seria mais geral e, deste modo, poderia resultar de uma atitude mais padronizada / protocolizada em função dos costumes da época e não refletir especificamente as motivações pessoais do doador. Para conseguirmos uma leitura mais equilibrada do gráfico, não foi contemplada essa categoria, uma vez que a sua amplitude a individualizaria em relação às restantes.

Importa, assim, verificar que outros motivos de carácter mais pessoal poderiam impulsionar estes doadores, embora possam não estar expressos na formulação escrita dos documentos. Tentamos na elaboração do gráfico seguinte respeitar ao máximo as

<sup>272</sup> Note-se que apesar do número total de documentos analisados corresponder a 366, a maioria dos apresentava mais do que uma motivação, o que nos leva a que o número de referências se sobreponha ao número de documentos.

referências detetadas na documentação, tentando agrupar aquelas cujos fundamentos fossem parecidos e, em contrapartida, criar novas categorias para referências únicas que pudessem enriquecer o conhecimento sobre este assunto, ou seja, as motivações que estavam subjacentes às múltiplas doações.



*Gráfico 7 - Motivações assistência – Séculos XII-XIV.*

Como é possível depreender do gráfico anterior, as motivações encontradas são algo diversas. Entre as mais comuns encontramos, por exemplo, o ato de fazer caridade ou de dar esmola. Esta, a par da de “Pela alma de”, geralmente não é motivação única,

sendo que encontramos documentos em que o doador aduz mais do que um fundamento que justifica a sua decisão.

A remissão de pecados também se revela bastante usual, comum tanto às doações régias como às dos leigos, embora apresente apenas uma referência no caso de documentos saídos do círculo dos religiosos, padrão que se apresenta semelhante no caso do “Amor a Deus/divino”. Poderá isto significar que os religiosos teriam outras formas de garantir a remissão dos pecados e de manifestar a sua relação com a divindade.

É, pois, possível perceber que existe uma série de motivações que se encontram intimamente ligadas à atividade da Ordem. Bons exemplos são as que são feitas pelos idosos que estão no hospital da Ordem, para o sustento e alimento dos pobres, pela caridade praticada, pelos serviços prestados, ou ainda por ter sido recebido pela Ordem. Claro está que algumas nos parecem muito mais explícitas do que outras, tendo em conta o tema central da investigação desta dissertação de mestrado. A título de exemplo, a motivação “pelos serviços prestados pela Ordem”<sup>273</sup> é bastante comum em doações régias e, inclusivamente, feitas por monarcas peninsulares. Esta circunstância dá conta da forte relação que os hospitalários mantiveram com determinados círculos régios. O mesmo se verifica para a motivação expressa através das seguintes palavras: “Pela exaltação da fé cristã contra a gente moura”<sup>274</sup>, a qual aparece ligada a nobres peninsulares. Isto poderá sugerir, não apenas uma maior ligação das gentes peninsulares à guerra, mas também uma provável participação da Ordem nas guerras peninsulares contra o *infidel*.

Apesar de a faceta militar estar presente na documentação, as motivações que conseguimos apurar espelham muito mais a atividade assistencial, sendo que aliado a este fator encontramos sempre a referência, quer ao hospital de Jerusalém, quer aos pobres, peregrinos ou doentes. Também neste caso registamos uma predominância de

---

<sup>273</sup> Estas motivações são referidas nos documentos 597 (*Cartulaire*, vol. I, p. 407-408); documento 647 (*Cartulaire*, vol. II, p. 435-436); 1937 (*Cartulaire*, vol. II, p.394- 395); 1940 (*Cartulaire*, vol. 2, p.396), 2257 Documentos 181 (*Cartulaire*, vol. II, p. 581) e 2412 (*Cartulaire*, vol. II, p. 645-646).

<sup>274</sup> Esta motivação remonta-se aos documentos 181 (*Cartulaire*, vol. I, p. 141-143) e ao documento 1464 (*Cartulaire*, vol. II, p. 186).

documentação régia e de outros leigos e um número bastante reduzido de doações de religiosos.

Quanto às motivações por perfil social apresentam características semelhantes. Ou seja, é comum os três grupos doarem, maioritariamente, pela alma de familiares ou pela sua, ou então doarem evocando a caridade ou a esmola. De entre os leigos, a maioria da documentação está associada a indivíduos que apresentavam título de nobreza, sendo que na categoria dos não nobres colocamos todos aqueles em que não se registou qualquer tipo de referência a títulos nobiliárquicos<sup>275</sup>. Mesmo tendo consciência da artificialidade deste critério, fizemos esta divisão com o único propósito de conseguirmos estabelecer uma ordem de grandeza entre estes elementos.

Face aos elementos apurados, parece ter havido uma natural ligação entre os membros de famílias nobres e as Ordens Militares, da qual a Ordem do Hospital não parece ter sido exceção a averiguar pelo número de doações em que é beneficiária. Sobre isto Paula Pinto Costa, e focando-se mais para o caso português, escreve que “*no caso concreto dos Hospitalários, podem ser aduzidas razões como o prestígio de ser uma instituição supranacional com origem na Terra Santa e no ambiente da cruzada, o aliciante que constituía a prática da virtude da caridade e da hospitalidade, o potencial que a Ordem tinha de sufragar as almas dos seus professos e mesmo o usufruto de um leque de privilégios papais e reais por parte dos que a ela aderissem*”<sup>276</sup>.

### 3.2.3 - A assistência expressa na documentação

Apresentada a documentação e os seus principais outorgantes, resta-nos demonstrar que tipo de informações sobre assistência esta nos fornece. Excluindo a documentação em que a Ordem é a primeira outorgante, salvo alguns casos esporádicos, a restante documentação não fornece informação precisa sobre estas práticas. À partida, podemos colocar a hipótese de que a assistência era, de facto, uma ação bastante

---

<sup>275</sup> De forma a apresentarmos estes dados de forma mais sistematizada, foi colocado em anexo uma tabela com as motivações encontradas e o número de referências por cada uma das classes.

<sup>276</sup> COSTA Paula Pinto – A nobreza e a Ordem do Hospital: aliança estratégica., *As ordens militares e as ordens de cavalaria na construção do mundo ocidental*, Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 611.

interiorizada pelos freires e que, de uma forma intencional, era plasmada nos textos através de expressões muito sintéticas. Trata-se de uma ação mais vivida no plano experimental e não tanto alvo de um especial interesse descritivo.

Como referimos no capítulo dedicado às Fontes e Metodologia, este processo de análise passou muito mais pela procura de termos ou expressões que nos permitissem identificar como é expressa esta faceta primordial da Ordem. A verdade, é que a análise exaustiva da documentação demonstra uma série de vocábulos que se vão repetindo e que dão conta da difusão desta missão da Ordem entre as comunidades Europeias e do Médio Oriente.

### 3.2.3.1. A missão

Em primeiro lugar é importante mencionar que em todas as doações é quase unânime a finalidade de contribuir para a missão primordial da Ordem: o cuidado prestado aos pobres e aos doentes. Na maioria dos documentos, as expressões referentes aos serviços que a Ordem prestava a pobres e carenciados multiplicam-se, sendo exemplo frases como: *“concessit Iherosomitano Hospitali, scilicet sancti Johannis Baptiste, in cibos et in recreatione pauperum Dei ibidem degentium”*<sup>277</sup>; *“et helemosinarum largitionem pro nomine approbatum, quam facit sanctum xenodochium de Jerusalem in receptione et recreatione pauperum et infirmorum undique confluentium pro honore et reverencia Ihesu Christi, qui se in pauperum recipi profitetur”*<sup>278</sup>; *“Domus Hospitalis Jerusalem quanto caritates amore ferveat, quantaque rerum suarum distributione et pauperum refectioe polleat, ecclesiastici ordinis doctores et rectores et forsani universi catholice fidei cultores noverunt”*<sup>279</sup>.

As referências ao *xenodochium*, *hospitibus* ou *hospitali* de Jerusalém *“in servitium Christi pauperum constituto”*<sup>280</sup> e, em que *“ejusque fratribus in servitium pauperum Domino militantibus”*<sup>281</sup> são múltiplas, que aliadas à diversidade das

---

<sup>277</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 94, p. 84.

<sup>278</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 124, p. 103.

<sup>279</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 261, p. 198.

<sup>280</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 258, p. 196.

<sup>281</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 393, p. 269.

proveniências geográficas onde são relatados os textos, indiciam que esta atividade da Ordem seria bem conhecida e praticada em outras regiões e não apenas nos seus hospitais centrais – “*pro defensione christianitatis continue sustinet, et solatia, que pauperibus et infirmis caritative subministrat in partibus transmarinis*”<sup>282</sup>.

Esta documentação espelha, ainda que de forma sintética, as práticas que a Ordem levaria a cabo. Os exemplos que se seguem parecem bastante sugestivos:

- Alimentar:

Em 1119, a Condessa Ema doa terras próximas ao rio Bastento, a pedido do comendador D. Hugo, com a finalidade de que estas fossem trabalhadas para alimentar os peregrinos, “*Dei misericordiam et peregrinorum alimentum, e terras sibi adjacentia superflumen Basenti in contines casalis Anielle pro laboradum deberemus tribuerer*”<sup>283</sup>.

Em 1158, foi feita uma doação por Balduíno da Bolonha, Bispo de Noyon, de uns casais, referindo-se que a Ordem garantia o sustento e alimentação dos pobres<sup>284</sup>.

Em 1170, Raimundo de Baux deixa à Ordem o castelo de Lage; entre outros bens que doa, deixa um moinho e um forno aos freires Piedro e Raimundo Berenguer para que o seu rendimento fosse para entre outras coisas vestir 50 pobres<sup>285</sup>.

Em 1189, Ricardo Coração de Leão confirma uma doação feita por Henrique bispo de Winchester, na qual havia sido doada uma série de possessões aos hospitalários de Santa Cruz por estes fazerem serviços de caridade a treze pobres e doentes - *pauperum et imbecilles* – fornecendo-lhes pão, três vezes ao dia, ou mais, mediante a necessidade da sua doença<sup>286</sup>.

- Cuidar da alma e do corpo em geral:

---

<sup>282</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 540, p. 401-402.

<sup>283</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 49, p. 41-42.

<sup>284</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 261, p. 198.

<sup>285</sup> *Cartulaire*, vol I, doc. 418, p. 289-290.

<sup>286</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 877, p. 557.

São usadas expressões como *recreare*, associadas ao alegrar ou reconfortar os pobres, ou ainda “*pro Dei amore curam pauperum gerentibus*”<sup>287</sup>, que poderá ser entendida como o cuidado para a cura dos pobres, apesar de o texto não nos esclarecer se se trata da alma ou do corpo, ou mesmo de ambas.

Sobre o cuidado da alma poderá destacar-se a doação de casas em Jerusalém para o descanso dos doentes, o que demonstra o cuidado físico praticado pelos freires: “*dono et concedo in perpetuum helemosinam, ad utilitatem et maiorem requiem infirmorum qui inibi procurator*”<sup>288</sup>.

Este duplo cuidado é ainda citado numa doação de Ratibor, príncipe de Schlawe, onde é referido que os “*fratres domus Hospitalis Sancti Johannis Baptiste, qui quandam prerogativa caritatis ferventes intrinsecus, Christi pauperum, et infirmis multimodum impendunt corporis et anime solatium*”<sup>289</sup>.

- Vestir:

Na mesma confirmação de Ricardo Coração de Leão, já citada, é também referido o serviço prestado ao dar “*vestimenta*” aos pobres e doentes<sup>290</sup>.

No mesmo documento outorgado por Raimundo de Baux, o rendimento proveniente do moinho e do forno era ainda destinado a alimentar mil pobres ao longo de 20 anos<sup>291</sup>.

- Unção dos pobres:

Referida num acordo entre o bispado de Acre, na pessoa de Joscius, e a Ordem, que se estabelece, em 1173, as regras de convivência entre ambas. Os freires hospitalários não deveriam praticar a unção sem a autorização do bispo “*exceptis peregrinis sanis vel egrotis in eadem doo manentibus*”<sup>292</sup>.

Ainda sobre este tema, é interessante a referência que consta num documento de Inocêncio III, em que o pontífice pede a Miguel de Mouréze, Bispo de Arles, que entregue os “*benigne oleum infirmorum*” aos hospitalários<sup>293</sup>.

---

<sup>287</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 422, p. 291-292.

<sup>288</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 483, p. 332.

<sup>289</sup> *Cartulaire*, vol II, doc. 1762, p. 310.

<sup>290</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 877, p. 557.

<sup>291</sup> *Cartulaire*, vol I, doc. 418, p. 289-290.

<sup>292</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 471, 323.

<sup>293</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 1361, p. 128.

- Visitação:

No mesmo acordo que acabamos de comentar no ponto anterior, assinado entre Joscius, Bispo de Acre, e Gilberto, Mestre da Ordem, é estabelecido que os freires hospitalários não façam visitação nem a peregrinos nem a enfermos se estes estiverem na alçada da Igreja de Santa Cruz<sup>294</sup>.

É referido algo semelhante num documento que envolve também o bispo de Acre, Tiago, e o Grão-Mestre, Garin de Montaigu, onde também se estabelece o direito de visitação e de administração de sacramentos<sup>295</sup>.

De perfil semelhante apresenta-se um acordo entre Pedro, Prior do Santo Sepulcro, e a Ordem sobre possessões em Emmaus, sendo que a Ordem deteria *“in quibus ecclesie oblationes, nuptias, purificationes, confessionem et visitationes infirmorum, baptisteria et cimiteria habeat”*<sup>296</sup>.

Este ponto revela-se bastante interessante, pois demonstra alguns traços da ação prática da assistência garantida pela Ordem. Poderemos ainda atestar a mesma orientação através de alguns documentos que consubstanciam determinadas doações em seu benefício. Com efeito, foi possível encontrar cinco documentos em que certos doadores entregam bens especificamente porque foram recebidos pela Ordem e porque aí foram tratados ou presenciaram a atividade assistencial dos freires:

- Confirmação de uma doação de Bernard Guilherm, em 1126, em que este indivíduo, em peregrinação a Jerusalém, terá ficado doente e retido em Tripoli<sup>297</sup>.
- Henrique I, conde de Rodez, doa à Ordem uma série de possessões, pois terá ficado doente em Acre. Refere ainda que agradece o serviço que Ordem lhe fez quando vivia na Síria e termina manifestando a vontade de querer ser sepultado no seu cemitério<sup>298</sup>.

---

<sup>294</sup> “*Capellani quoque Hospitalis, jussione magistri Hospitalis, arceantur monere quoscumque visitaverint infirmis, tam civis quam peregrinos, tam infra domum quam extra, ut helemosinarum suarum largitione ecclesie S. Crucis reminiscantur, dominumque episcopum Acconensem et predicte ecclesie canonicos participes faciant*”. *Cartulaire*, vol I, doc. 471, p. 324.

<sup>295</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 1695, p. 276.

<sup>296</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 140, p. 115.

<sup>297</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 75, p. 72.

<sup>298</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 1740, p. 298.



- Doação de Hartmann IV e Hartmann V, condes de Kybours, em que reconhecem a doação feita pelos seus irmãos falecidos em Acre, sendo que a Ordem procedeu aos seus sepultamentos<sup>299</sup>.
- Doação de uma renda anual de 15 libras feita por André III, senhor de Vitré, peregrino à Terra Santa em 1240. Declara que a doação tem por base o serviço prestado aos peregrinos que recebem e cuidam com caridade na Terra Santa<sup>300</sup>.
- Doação de Geofredo IV, senhor de Previlly, do feudo de Malaterre, onde são apontadas as razões semelhantes às evocadas no documento anterior. Deve ter-se em conta que parecem ter sido feitas ao mesmo tempo, pois ambas estão datadas de agosto de 1240 e o seu texto é bastante semelhante<sup>301</sup>.

### 3.2.3.2. Hospitais, destinatários e oficiais intervenientes

Um dos cuidados necessários a imprimir ao tratamento da documentação presente no cartulário é a atenção dada ao seu vocabulário e à análise mais exaustiva dos termos usados para expressar as práticas assistenciais.

Numa tentativa de localizar alguns dos hospitais da Ordem, para além do de Jerusalém, procuramos na documentação referências a *Hospitali* ou *hospitalis* da Ordem. Mas apesar de estas estarem documentadas inúmeras vezes, subsistiram dúvidas sobre se a documentação se refere a um hospital em concreto ou à Ordem do Hospital em si mesma. Assim, a partir daqueles casos em que nos foi possível discernir que a referência diz respeito a hospitais, elaboramos uma tabela, anexa a este trabalho (Tabela nº 2), que permite detetar, pelo menos através do indicador apontado, a difusão da Ordem na Europa e no Médio Oriente<sup>302</sup>.

<sup>299</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 1937, p. 394.

<sup>300</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 2257, p. 581.

<sup>301</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 2258, p. 581-582.

<sup>302</sup> Para o caso português poderá se citar Luís dos Santos na sua dissertação *Uma história da enfermagem em Portugal (1143-1973) A constância do essencial num mundo em evolução permanente*: “um hospital em Braga, fundado por Pedro Ourives em 1145, com a doação à Ordem do Hospital de Jerusalém, concluindo que na primeira metade do século XII, haviam em Braga dois hospitais (Marques, 1989b:48). Os hospitais medievais eram de pequenas dimensões, tendo o hospital de S. Domingos, em Guimarães, uma superfície coberta de 184m<sup>2</sup>, ou o hospital de S. Francisco, na mesma localidade, 77m<sup>2</sup> de área coberta” (p. 67).

Para além do termo hospital, outros foram sendo usados ao longo da documentação. Com efeito, a par deste foi possível encontrar o termo *xenodochium*, referenciado desde logo nos primeiros documentos, e que parece ter a sua origem ainda na antiguidade clássica, sendo que Hendrik Dey diz que este termo “*has the more specific literal meaning of a place for foreigners, strangers, guests, pilgrims: a sort of hostel where xeno<sup>303</sup> were received*”<sup>304</sup>.

No levantamento que fizemos, foi ainda possível encontrar termos como *asylum*, *palatii infirmorum*, *domus hospitalis* ou *herbergiis* associados, quer ao hospital central da Ordem, quer a outros hospitais que os freires detinham e para os quais se foram multiplicando as referências na documentação consultada no âmbito desta investigação.

Este tipo de vocabulário indicia-nos, assim, uma atividade assistencial ligada ao estabelecimento de locais, onde a Ordem forneceria condições para o repouso daqueles que aí afluíssem. Poderemos ainda afirmar que os termos *hospitalis*, *xenodochium*, *domus infirmorum* ou *palatii infirmorum* estão ligados, na sua generalidade, a referências aos hospitais centrais da Ordem. Já em sentido complementar, as restantes expressões parecem ser usadas para se reportarem a outras infraestruturas.

Outro do tipo de local destinado à prática da assistência que foi possível encontrar na documentação foi as leprosarias. Num documento já referido, datado de 1192, os hospitalários pedem a Henrique VI, Imperador da Alemanha, que lhe entregue a leprosaria de Malvernay, acabando com a contenda que teriam com os clérigos de S. João de Besançon.<sup>305</sup> Este facto revela-se bastante interessante, pois dá conta do interesse da Ordem em gerir uma leprosaria, sendo que os leprosos não seriam recebidos no hospital de Jerusalém como refere Riley-Smith: “*It is significant that the one category of the patients the hospital of St John in Jerusalem did not admit were lepers*”<sup>306</sup>. Atribui ainda isto ao facto desta doença ser contagiosa e ter de ser tratada

---

<sup>303</sup> Hendrik Dey declara ainda que o termo *Xenoi* se refere a estrangeiros.

<sup>304</sup> DEY, Hendrik W. - *Diaconiae, xenodochia, hospitalia and monasteries: ‘social security’ and the meaning of monasticism in early medieval Rome*. In *Early Medieval Europe*, vol. 16, edição 4, 2008, p. 403.

<sup>305</sup> *Cartulaire*, vol.I, doc. 915, p. 581.

<sup>306</sup> RILEY-SMITH, Jonathan - *The knights Hospitaller*, p. 22.

separadamente dos restantes doentes, ideia partilhada por autores como José Marques<sup>307</sup> e José da Silva Correia<sup>308</sup>.

Os termos usados para se reportarem aos destinatários das atividades assistenciais também são alvo de uma evolução ao longo da diacronia em estudo, tendo em conta a documentação consultada. Se inicialmente conseguimos encontrar maioritariamente vocábulos como *pauperum* ou *pauperum Christi* ou, ainda, os *peregrinorum*, à medida que o tempo vai avançando aparecem referências a *infirmorum*, *imbecilles*, *egenos*, *vidua*, *orfanos*, *hostis*, *debiles* e *captivus*. Esta diferença não parece ter um momento especialmente significativo, mas ao longo da documentação a referência aos diversos destinatários foi-se diversificando.

É ainda de salientar que gradualmente a referência a peregrinos vai-se desvanecendo na documentação, passando a ser indicados muito mais os pobres e os doentes. Isto poderá significar que, para além da perda do hospital em Jerusalém, a Ordem terá focado cada vez mais a sua ação no cuidado aos doentes, servindo agora não tanto peregrinos que necessitavam de um local de descanso.

A título de exemplo poderemos referir um documento datado de 1306, do qual apenas conhecemos o sumário, em que é feita uma troca entre Guy, senhor de Tournon, e o Grão Prior de Auvergne, em que o primeiro recebe um casal em Tournon e dá à Ordem o direito de padroado que nesse mesmo hospital de Tournon possuía até então. Mais ainda, estabelece que aí a Ordem não poderia fundar casa conventual. Ficaria, sim, encarregue de fazer esmola aos pobres, a estrangeiros e a outros<sup>309</sup>. Referências semelhantes a esta foram-se multiplicando na documentação permitindo conhecer um pouco melhor o leque de destinatários das ações da Ordem.

Outro dos aspetos que foi possível extrair da documentação foi a lista de cargos da Ordem ligados à assistência. O resultado cinge-se aos elementos selecionados a partir da consulta do cartulário.

---

<sup>307</sup> MARQUES, José - A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média. Revista da Faculdade de Letras, 1989, p. 11-93.

<sup>308</sup> CORREIA, Fernando da Silva - *Origens e formação das misericórdias portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, Misericórdia de Lisboa, 1999.

<sup>309</sup> *Cartulaire*, vol. II doc. 4697, p. 117.

A documentação fornece, assim, algumas menções, principalmente, coligidas através da consulta da lista de pessoas que constam entre as assinaturas dos mais diversos documentos. Entre estas, há figuras da Ordem ligadas há assistência, como se demonstra na seguinte sistematização:

- Médico:

Foi possível, por exemplo, identificar alguns *medicus*. Em 1153, encontramos “*Pontius de Uzecio, medicus*”<sup>310</sup> a assinar dois documentos, mas, e apesar de ser identificada a sua atividade, não foi possível comprovar a pertença deste freire à Ordem do Hospital.

Em 1185, num acordo em que a Ordem aceita abandonar a administração do hospital de Santa Cruz de Winchester, assina novamente um médico “*Ricardo, medicis*”<sup>311</sup>, mas, mais uma vez, não nos foi possível apurar que fosse freire hospitalário. Dúvida semelhante verifica-se numa doação datada de 1244, em que novamente assina um “*magistro Johanne Medico*”<sup>312</sup> e, em 1290, um “*magistro Matheo, medico*”<sup>313</sup>.

- Despenseiro:

Encontramos ainda a menção à figura do *cellerario*<sup>314</sup> ou despenseiro, aquele a quem caberia a divisão da comida pelos pobres tal como explicado anteriormente.

- Protetor dos doentes / enfermeiro:

Numa doação datada de 1167, assina como testemunha um “*fratris Pioteri custodis infirmorum*”<sup>315</sup>, cargo que não encontramos na normativa da Ordem, mas que poderá ser entendido como um protetor dos doentes e dos pobres, ou seja, alguém que lhes prestava cuidados. Em 1235, encontramos um “*fratres Johannes de Infirmaria*” que assina uma troca de uns casais em Acre<sup>316</sup>.

---

<sup>310</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 215, p. 165.

<sup>311</sup> *Cartulario*, vol. I, doc. 755, p. 481.

<sup>312</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 2330, p. 619.

<sup>313</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 4084, p. 557.

<sup>314</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 374, p. 257.

<sup>315</sup> *Cartulaire*, vol. I, doc. 375, p. 256.

<sup>316</sup> *Cartulaire*, vol I, doc. 2112, p. 484.

Para o ano de 1248, registamos novamente uma referência a estes enfermeiros, com a assinatura de “*fratrer Bernardus Corbel, infirmarius*”<sup>317</sup>.

- Hospitalário:

O cargo de *hospitalarium/hopitalerius* aparece também entre as assinaturas. Nestas condições, em 1239, assina “*frere Robert, l’ospitalieur*”<sup>318</sup>, ou ainda em 1241 “*frater Petrus de Bellicadro, hospitalarii*”<sup>319</sup>, sendo que este segundo é freire na comenda de Saint-Gilles. Mas a verdade é que referências como “*fratrem Elyam de Smetheton, hospitalarium*”<sup>320</sup> e “*fratres Henrico, hospitalario*”<sup>321</sup> se multiplicam ao longo da documentação, embora deixem algumas dúvidas sobre se aludem a um cargo específico desempenhado pelos seus titulares, ou se, pelo contrário, apenas se apresentam como freires pertencentes à Ordem.

- Drapier / vestiário:

Encontramos, ainda, na documentação o cargo de *drapier*, função ligada à gestão da enfermaria. De acordo com o critério que definimos, registamos a sua assinatura aposta numa resolução de uma contenda, como comprova a expressão “*Rogier de Vers, drapier de l’Ospital*”<sup>322</sup>.

Esta figura aparece-nos ainda em dois documentos relacionados com a resolução de contendas entre o *drapier* e o enfermeiro da Ordem sobre a comida<sup>323</sup> e sobre os direitos sobre os panos<sup>324</sup>.

- Grão-Mestre:

Por fim, quanto aos diversos mestres, na documentação multiplicam-se frases como “*henorable maistre de la Sainte maison de l’Ospital de Saint Johan de Jerusalem et garde des pources Jehsu Christi*”<sup>325</sup>; “*fratrer Hugus Revel, dei grata sacre domus Hospitalis sancti Johannis Jerosolimitani magíster humilis et*

---

<sup>317</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 2482, p. 675.

<sup>318</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 2224, p. 565.

<sup>319</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 2268, p. 586.

<sup>320</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 2637, p. 739.

<sup>321</sup> *Cartulaire*, vol. II, doc. 2714, p. 773.

<sup>322</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 3045, p. 60.

<sup>323</sup> *Cartulaire*, vol. IV, doc. 4616, p. 62-63.

<sup>324</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 4618, p. 65-66.

<sup>325</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 3029, p. 32.

*pauperes custos*”<sup>326</sup>. Estas expressões fazem eco da própria missão e atividade da instituição que dirigiam.

Os textos analisados foram indiciando algumas das funções e atividades que a Ordem regulava nas suas regras e estatutos, sendo que a sua análise pormenorizada sugere uma aplicação prática dos seus pressupostos teóricos. Como sabemos, é sempre muito difícil comparar as orientações normativas com o que era aplicado na prática. A Ordem do Hospital não constitui exceção, a acreditar na informação que selecionamos na documentação consultada.

Da atividade assistencial poder-nos-ia ter chegado, principalmente para o caso das casas “sede” da Ordem, registos de esmolas, registos de contabilidade e de gestão de bens da enfermaria feitos pelo enfermeiro e pelo *drapier*, registos do desapropriamento feito por aqueles que iam para os seus hospitais, alguns livros dos sábios da medicina a que dizem ter acesso, ou ainda, as tábuas de regras que eram afixadas nos hospitais. Mas, a verdade, é que na documentação analisada nada disto se verificou. Os sinais da assistência manifestam-se, acima de tudo, em registos indiretos. Na documentação originária em círculos externos à Ordem, os registos da atividade desta instituição foram esporádicos, sendo que apenas, através de uma análise global, foi possível compreender que esta prática estava difundida entre as comunidades Europeias, de uma forma mais ou menos uniforme.

A rede assistencial da Ordem parece ter sido, assim, alimentada pelas doações e privilégios concedidos pelos diversos monarcas, por religiosos e por leigos Europeus, que na documentação frisam o seu conhecimento / consciência e vontade de contribuir para a causa assistencial. Esta situação não será exclusiva desta instituição religiosa, embora a verdade é que esta Ordem, mais do que no caso da sua faceta militar, viu vinculada e impulsionada a faceta assistencial e caritativa aqui em estudo.

---

<sup>326</sup> *Cartulaire*, vol. III, doc. 3433, p. 259.

## Considerações finais

Concluído este percurso de investigação cabe-nos apresentar algumas ideias finais que, mais do que conclusões, apontam para uma sistematização dos principais aspetos.

Através da investigação que desenvolvemos no âmbito desta dissertação de mestrado foi-nos possível coligir dados e interpretá-los de forma a compreender melhor a faceta assistencial da Ordem do Hospital, na sua globalidade durante a Idade Média e, principalmente, as suas múltiplas manifestações. Pese embora o manancial de dados com que trabalhamos e o seu interesse, a esta investigação poderiam ainda ser acrescentados novos contornos, talvez através de outra documentação presente no Arquivo Magistral de Roma e/ou do Arquivo de Malta.

A Ordem teve durante os séculos XII-XIV uma rede assistencial disseminada pela Europa e pelo Médio Oriente, sendo que foi possível encontrar referências a hospitais e a albergues nessas regiões. A verdade é que a sistematização destes elementos de trabalho tornou-se, pelo menos em parte, mais difícil de atingir pela dificuldade de aferir se na documentação o termo *hospital* se refere à Ordem em si mesma, ou mais especificamente a uma infraestrutura onde era praticada a caridade e a assistência. A este nível, foram fundamentais as referências a outro tipo de vocábulos também eles alusivos à assistência.

Outra das conclusões a que nos foi possível chegar é que a Ordem gozava, durante os séculos aqui em análise, de grande difusão entre as comunidades medievais, sendo que encontramos um vasto leque de personagens que doam bens à Ordem, em especial para aplicar a esta sua atividade assistencial. Este facto é corroborado pelas motivações subjacentes a estes negócios jurídicos e que revelam uma preocupação explícita por parte dos doadores com esta prática.

Por fim, foi-nos possível encontrar indícios sobre a forma como a Ordem se via a si mesma e a esta sua missão primordial. De acordo com a documentação analisada, a Ordem parece ter-se especializado gradualmente neste processo caritativo. Se inicialmente esta atividade parece aplicar-se a peregrinos e a pobres, de forma bastante

rápida, verificamos que a Ordem passa também a receber viúvas, órfãos e doentes, dando sinais de que estava interessada em diversificar as pessoas a quem prestava cuidados. A consagração da necessidade de médicos e de cirurgiões na normativa da Ordem revela-nos que, desde cedo, para além do conforto espiritual que seria de esperar, seria garantido o cuidado físico, o qual, provavelmente, passaria por mais do que a alimentação e um local para descansar. A verdade é que se documentação é mais detalhada sobre estes dois pontos, sobre os cuidados médicos apenas são referidas as visitas aos doentes. Muito provavelmente, o conhecimento mais especializado inerente à atividade médica dispensava a passagem a escrito de alguns pormenores no tipo de documentos a que tivemos acesso.

Em modo de conclusão, podemos salientar que a Ordem desenvolveu, durante a Idade Média, um papel fundamental no apoio à rede de peregrinação que confluía para os lugares santos, tendo extendido esta sua atividade para além dos hospitais agregados às suas diversas casas-sede ou conventuais. Este facto parece ser confirmado pela dispersão geográfica dos seus hospitais e pela difusão da sua atividade entre as gentes medievais.

Quanto às práticas que promoveu no plano em estudo parece notório que se registou uma especialização, tal como foi sendo aumentado o leque de destinatários dos seus cuidados. Assim, as suas casas parecem evoluir de locais apenas de descanso destinados a peregrinos para verdadeiros locais de cura de doentes, sempre seguindo a sua missão original assistencial. Usando as palavras de Eran Dolev e Nachshon Knoller, desta forma, continuaram sempre “*caring for the sick and poor regardless of race, language or religion*”<sup>327</sup>. Mais ainda se poderá dizer que foi possível aferir os procedimentos que norteavam os freires desde o momento da receção dos pobres, dos carenciados e dos peregrinos até aquele que poderemos considerar o último reduto da assistência, consubstanciado no sepultamento. É, igualmente, verdade que apesar de ter sido possível compilar algumas destas práticas, não foi possível confirmar com toda a segurança a sua aplicação nos mais diversos hospitais da Ordem.

---

<sup>327</sup> DOLEV, Eran, KNOLLER- Nachshon, Military Medicine in the Crusaders' Kingdom of Jerusalem. *The Israeli Medical Association Journal*. Israel: vol. 3, Maio, 2001, p.390.





## Fontes e referências bibliográficas:

### 1. Fontes:

BIBLIOTECA DA AJUDA, *Regra da Ordem de S. João de Jerusalém*, nº 49-II-32, fls. 44v-56.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAVIERA, *Statuta Hospitalis Hierusalem. De Dianis*, 1588.

LE ROULX, J. Delaville – *Cartulaire Général des Hospitaliers de S. Jean de Jérusalem*,. Paris: Ernest Leroux, 4 tomos, 1894-1901.

### 2. Referências bibliográficas:

1911 *The British Encyclopaedia*, [on-line]. Disponível em [26/09/2016]: [https://en.wikisource.org/wiki/1911\\_Encyclop%C3%A6dia\\_Britannica/Ward](https://en.wikisource.org/wiki/1911_Encyclop%C3%A6dia_Britannica/Ward).

AZEVEDO, Carlos A. Moreira- *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 4 vols, 2000-2001.

BRODMAN, James William - *Charity and religion in Medieval Europe*, [on-line]. Washington D. C.: The Catholic University of American Press, 2009. Disponível em [5/05/2015] in: <http://web.b.ebscohost.com/ehost/detail/detail?vid=1&sid=30beed70-76d0-491d-8fce-a485fe41e84f%40sessionmgr115&hid=116&bdata=Jmxhbmc9cHQYnImc2l0ZTllaG9zdC1saXZl#db=e000xww&AN=360320>.

BRODMAN, James William - *Charity and Welfare: Hospitals and the poor in Medieval Catalonia*, [on-line]. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1998. Disponível em [5/05/2015] in: <http://libro.uca.edu/charity/cw4.pdf>.

BRONSTEIN, Judith - *The Hospitalers and the holy land: Financing the latin East*. United Kingdom: 1187-1274, The Boydell Press, 2005.

COELHO, Maria Helena- A acção dos particulares para com a pobreza nos séculos XI e XII. *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, Atas da 1<sup>as</sup> Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Lisboa: Tomo I, 1973, p.231-258.

COELHO, Maria Helena - Os mosteiros medievais num tempo de hospedar e caridade, [on-line]. *Cuadernos de Investigación del Monasterio de Santa Maria la Real*. Palência: Centro de Estudios del Romanico, 1992, p. 9-35. Disponível em [07/09/2016] in: [http://www.romanicodigital.com/documentos\\_web/documentos/C6-1\\_M%C2%AA%20Helena%20da%20Cruz.pdf](http://www.romanicodigital.com/documentos_web/documentos/C6-1_M%C2%AA%20Helena%20da%20Cruz.pdf).

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – Ritual Romano. Reformado por decreto do Concílio Ecuménico Vaticano II e promulgado por autoridade de S.S. o Papa Paulo VI. Unção e pastoral dos doentes, 2ª edição típica, reimpressão, s/d.

COSTA, Paula Pinto - A nobreza e a Ordem do Hospital: aliança estratégica. *As ordens militares e as ordens de cavalaria na construção do mundo ocidental*, Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 605-621.

COSTA, Paula Pinto - *A Ordem do Hospital em Portugal*. Tese de Mestrado. Porto: FLUP, 1993.

COSTA, Paula Pinto - *A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos Finais da Idade Média à Modernidade*, [on-line]. Fundação Eng. António de Almeida, *Militarium Ordinum Analecta*, 3/4, 1999/2000. Disponível in [5/05/2015]: <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/militarium-ordinum-analecta-n.o-3-4>.

COSTA, Paula Pinto – Norma e desvio na Ordem do Hospital. *Revista da Faculdade de Letras: História*, III série, vol. 3. Porto: 2002, p. 49-62.

COSTA, Paula Pinto - The role of the Order of St. John in Pilgrimage and Politics: The case of the North of Portugal. In *Pilgrims and Politics- Rediscovering the power of the pilgrimage*. Compostela International Studies in Pilgrimage History and Culture. England: Ashgate Publishing Limited, 2012, p.69-82.

COSTA, Paula Pinto; PIMENTA, Maria Cristina – The Knights of Marmelar: Peace and conflict in a country of pilgrimage. In *Pilgrims and Pilgrimages as peacemakers in Christianity, Judaism and Islam*. Compostela International Studies in Pilgrimage shistory and culture. England: Ashgate Publishing limited, 2013, p. 229-242.

COSTA, Paula Pinto; ROSAS, Lúcia - A Calendar of Sixteenth-Century Judicial Holydays: Rule, Spirituality and Devotion. In *The Journal of Religious History, Literature and Culture* 2/1, University of Wales Press, 2016, p. 72-92.

CORREIA, Fernando da Silva - *Origens e formação das misericórdias portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, Misericórdia de Lisboa, 1999.

COSTA, Diana Daniela Ladeira da - *As práticas assistenciais da Ordem Militar e Religiosa do Hospital*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011.

DEY, Hendrik W. - *Diaconiae, xenodochia, hospitalia and monasteries: 'social security' and the meaning of monasticism in early medieval Rome*. In *Early Medieval Europe*, vol. 16, edição 4, 2008, p. 403.

Dicionário *Middle English Dictionary Entry* [On-line]. Universidade de Michigan. Disponível in [07/09/16]: <http://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED21265> .

Dicionário de *Latim-Português*. Porto: 4ª edição, Porto Editora.

Dicionário *Logeion*, Universidade de Chicago. Disponível in [07/09/16]: <http://logeion.uchicago.edu/> .

DINIS, António Joaquim Dias, O infante D. Henrique e a assistência em Tomar no Século XV. *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, Atas da 1ª Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Lisboa: Tomo I, 1973, p. 345-370.

DOLEV, Eran, KNOLLER- Nachshon - *Military Medicine in the Crusaders' Kingdom of Jerusalem*. *The Israeli Medical Association Journal*. Israel: vol. 3, Maio, 2001, p.389-392. Disponível in [6/05/2015] : <https://www.ima.org.il/FilesUpload/IMAJ/0/58/29006.pdf>.

DOS SANTOS, Luís Fernando Carvalhinho Lisboa - *Uma história da enfermagem em Portugal (1143-1973): A constância do essencial num mundo em evolução permanente*. Dissertação de Doutoramento. Universidade Católica Portuguesa, 2012.

ELÍAS, Raul Villagrasa – *La red de hospitales en el Aragón medieval (ss. XII-XV)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2016.

FERRO, Maria José Pimenta - *Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres, em Lisboa: os hospitais de D. Maria Aboim e do Conde D. Pedro*. *A pobreza e a*

*assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, Atas da 1<sup>as</sup> Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Lisboa: Tomo I, 1973, p. 371-400.

FONSECA, Luís Adão – Entrada Ordens Militares. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 4 vols, 2000-2001.

GARCIA-GUIJARRO RAMOS, Luis - *Papado, cruzada y órdenes militares, siglos XI-XIII*. Espanha: Ediciones Cátedra, 1995.

GARRISON, Fielding Hudson - *An introduction to the history of medicine, with medical chronology, suggestions for study and bibliographic data*. Philadelphia: W. B. Saunders Company, 1921.

JOSSERAND, Philippe – A l'épreuve d'une logique nationale: le prieuré castillan de l'hôpital et rhodes au XIV<sup>e</sup> siècle. *Revue Mabillon, Revue Internationale d'Histoire et de Littérature Religieuses*, n°14, 2003, p. 115-138.

LARKING, Lambert – The knights Hospitallers in England: being the report of the Prior Philip de Thame to the Grand Master Elyan de Villanova for A.D. 1338. London: Camden Society, 1862.

LE GRAND, Léon - *La prière des malades dans les hopitaux de l'ordre de Saint-jeàn de Jérusalem*. Bibliothèque de l'école des chartes, 1896, tome 57, p. 325-338.

LE GRAND, Léon - *Statuts d'hotels-dieu et Leproseries- Recueil des textes du XIII<sup>e</sup> au XIV<sup>e</sup> siècle*. Paris: Alphonse Picard et fils Éditeurs, 1901.

LEMOES, Maximiliano - *História da Medicina em Portugal: Doutrinas e Instituições*, [on-line]. Lisboa: vol. I, Manoel Gomes Editor, 1899, 860-1923. Disponível in [25/09/2016]: <https://archive.org/stream/historiadamedici00lemo#page/n9/mode/2up>.

LE ROULX, J. Delaville– *Les Hospitaliers en Terre Sancte et a Chypre*. Paris : Ernest Leroux, 1904.

LENCART, Joana – *Costumeiro de Pombeiro: Uma comunidade Beneditina no século XIII*, Editorial Estampa, 1997.

LUTTRELL, Antony - From Jerusalem to Malta: the Hospital's character and evolution. *Peregrinationes Acta et Documenta*, 13–22. Malta: Accademia Internazionale

Melitense, 2000.

LUTTRELL, Antony - The Hospitaller's early statutes. In *Reveu Mabillon*, nº14, 2003 p. 9-22.

LUTTRELL, Antony – The Hospitallers at Rhodes, 1306-1421. In *A History of the crusades: The fourteenth and fifteenth centuries*, Ed. Harry Hazard. Winsconsin: The University of Winsconsin Press, 1975, p. 278.

LUTTRELL, Antony - *The Knights Hospitaller in the Levant, C.1070-1309*. Great Britain: Palgrave Macmillan, 2012.

LUTTRELL, Antony – *The town of Rhodes 1306-1356*. Rhodes: City of Rhodes Office for the Medieval town, 2003 p. 268.

KENNEDY, James- *What role did the military orders play in the care of pilgrims and the sick?*, [on-line]. 2013. Disponível in [https://www.academia.edu/7835269/What\\_role\\_did\\_the\\_military\\_orders\\_play\\_in\\_the\\_care\\_of\\_pilgrims\\_and\\_the\\_sick](https://www.academia.edu/7835269/What_role_did_the_military_orders_play_in_the_care_of_pilgrims_and_the_sick).

MARQUES, José - A assistência aos peregrinos no Norte de Portugal. *Actas do I Congresso Internacional dos caminhos Portugueses de Santiago de Compostela*. Porto: 1989, p. 9-22.

MARQUES, José - A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: 1989, p. 11-93.

MARQUES, José - Peregrinos e peregrinações medievais do ocidente peninsular nos caminhos da Terra Santa, [on-line]. *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: 2001 p. 103-121. Disponível in [26/09/2016]: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8655/2/2862.pdf>.

MARTINS, S. J. Mário - *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*. Lisboa: Edições Brotéria, 1957.

MATTOSO, José – *O monaquismo Ibérico e Cluny*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2002, p. 183.

MENDES, José Maria Amado - Pobres e Pobreza à luz de alguns documentos emanados das cortes (séculos XIV e XV). *A pobreza e a assistência aos pobres na*

*Península Ibérica durante a Idade Média*, Atas da 1<sup>as</sup> Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Lisboa: Tomo II, 1973, p. 575-586.

MILLER, Timothy S. – From poorhouse to hospital. *Christian History*, issue 101, Worcester: 2011, p. 22. Disponível in [27/05/2015]:

<https://www.christianhistoryinstitute.org/uploaded/50cf8e35c4ae27.43897050.pdf>.

MOISÃO, Cristina- Hospitais Medievais de Lisboa. *Revista da Ordem dos Médicos – A saúde e a doença na Idade Média*. Lisboa: Edição Ordem dos Médicos 2012, p. 68-82.

Disponível in [23/11/2015]:

[https://www.ordemosmedicos.pt/send\\_file.php?tid=ZmljaGVpcm9z&did=a941493eee a57ede8214fd77d41806bc](https://www.ordemosmedicos.pt/send_file.php?tid=ZmljaGVpcm9z&did=a941493eee a57ede8214fd77d41806bc).

NICHOLSON, Helen -Charity and hospitality in militar Orders, [on-line]. *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros*, Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares, Vol. 1. Palmela: GEsOS - Município de Palmela, 2012. Disponível in [24/11/2015]:

[https://www.academia.edu/5718792/\\_Charity\\_and\\_Hospitality\\_in\\_Military\\_Orders\\_](https://www.academia.edu/5718792/_Charity_and_Hospitality_in_Military_Orders_).

NICHOLSON, Helen - Interpreting the regulations: the Hospitallers' Interpretations of the Rule and the Statutes in England and Wales. *48th International Congress on Medieval Studies*. Kalamazoo: 2013, p. 1-10. Disponível in [06/05/2015]:

[http://www.researchgate.net/publication/264646163\\_Interpreting\\_the\\_regulations\\_the\\_Hospitallers%27\\_Interpretations\\_of\\_the\\_Rule\\_and\\_the\\_Statutes\\_in\\_England\\_and\\_Wales](http://www.researchgate.net/publication/264646163_Interpreting_the_regulations_the_Hospitallers%27_Interpretations_of_the_Rule_and_the_Statutes_in_England_and_Wales).

NICHOLSON, Helen – *The Knights Hospitallers*. Great Britain: The Boydell Press, 2001.

NICHOLSON, Helen -*Oxford Latin Dictionary*. United Kingdom: Oxford University Press, 1982.

POUTIERS, Jean-Christian – *Rhodes et ses chevaliers 1306-1523*. Bruxelas : E.S.T.C., p. 77.

RILEY-SMITH, Jonathan – *Hospitallers: The History of the Order of St John*. England: Bloomsbury, 1999.

SÁ, Isabel dos Guimarães, Igreja e assistência em Portugal no século XV, [on-line]. Separata do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LIII, 1995. Disponível em [02/06/2015]: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3380/1/igreja.pdf>

STRUCKMEYER, Myra - *Female hospitallers in the twelfth and thirteenth centuries*. Dissertação de Doutoramento. Norte Carolina: University of North Carolina, 2006.

SILVA, André da- *Físicos e cirurgiões medievais portugueses: Contextos socioculturais, práticas e transmissão de conhecimentos (1192-1340)*. Dissertação de Mestrado. Porto: 2015. Disponível in [25/09/2016]: [https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub\\_geral.show\\_file?pi\\_gdoc\\_id=489273](https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.show_file?pi_gdoc_id=489273).

TATO, Isidro García- *Las encomiendas Galegas de la Orden militar de San Juan de Jerusalén. Estudio y Edición documental. Época Medieval*. Tomo I. Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos «Padre Sarmiento», Consejo Superior de Investigaciones científicas, Xunta de Galicia, 2004.

TAVARES, Maria José Ferro – A Assistência: Época Medieval. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 1. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2000, p. 136-138.

VAUCHEZ, André- *A espiritualidade da Idade Média Ocidental – Séc. VIII- XIII*. Lisboa: Coleção Nova História, Editorial Estampa, 1995.

VANN, Theresa - *Inventory of the Archives of the Order of Malta Microfilmed by HMML*, 3 volumes. Minnesota: Hill Museum & Manuscript Library Collegeville, 2013.

VANN, Theresa -Our Lords the sick [on-line]. *Christian History*, 101. Worcester: 2011, p. 31-32. Disponível in [27/05/2015]: <https://www.christianhistoryinstitute.org/uploaded/50cf8e35c4ae27.43897050.pdf> .

VANN, Theresa - The Archives and Library of the Sacra Infermeria, Malta. In *The Medieval Hospital and Medical Practice*. Cornwall: Ashgate, 2007, p. 19-40.

VANN, Theresa, KAGAY, Donald – *Hospitaller piety and crusader propaganda*. United Kingdom: Ashgate Publishing Company, 2015.

VERSOS, Inês - Entrada Ordem de S. João do Hospital de Jerusalém. In *Dicionário Histórico das Ordens e instituições afins em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2010, p. 577-



592.

VERTOT, René Aubert de- *The history of the Knights Hospitallers of St. John of Jerusalem: styled afterwards, the Knights of Rhodes, and at present, the Knights of Malta*, [on-line]. 4 vols, 1770. Disponível in [27/05/2015]: <https://archive.org/details/historyofknights03vert> .

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa - *Elucidário das palavras, termos, e frases antiquadas da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Panorama, 2 tomos, 1865.

ZEDAR, Benjamin Z. – A note on Jerusalem's Bimaristan and Jerusalem Hospital. In *The Hospitallers, the Mediterranean and Europe*. England: Ashgate, 2007, p. 7-12.

## **Anexos**

### **Anexo 1 – Regra da Biblioteca da Ajuda**

**Biblioteca da Ajuda, Regra da Ordem de S. João de Jerusalém, nº 49-II-32, fls. 44v-56.**

[fl. 44v] Titolo Quarto

Da Hospitalidade

Costume

1. Entre os outros officios de piedade e/ humanidade por comum consentimento / de todo o povo Christão, sem duvida a/ hospitalidade possue o primeiro lugar e / a si como faram he seguida de todos, logo / com maior rezão os que querem ser co-/ [fl. 45]nhecidos e claro pela merce do nome / de cavaleiros Hospitalarios hão de seguir / esta virtude pelo que nas outras debão / cousa outra avemos de fazer mais esta / que nos feitos e obras mostrar affecto / o que com o nome prometemos.

Dos prodomos da enfermaria

João de Lastich G. M.

2. Pera que o estado de nossa Enfermaria mais / recta e diligentemente se governe estatuí-/mos que pelo grão mestre e conselho em cada hum ano se elejão dois Prodomos / de diversas lingoas, os quais imediatamente/ com o emfermeiro cada dia com grande cui-/ dado e deligencia visiterem enfermos / e se acharem algũa falta do que hão / mister pera perfeitamente o proverão./ Aos quais taobem sera obrigado o enfermeiro a dar

conta dos gastos que fez fa-/ [fl. 45v] zere em a dita Enfermaria e se não / comprirem o acima dito, aquelle por cuja / culpa senão cumprir sera logo pri-/ vado do dito officio.

Como se hão de aver os Prodomos e o escrivão da enfermaria e o comendador da  
Comenda pequena.

Fabício de Carreto G. M.

3. Pera evitar alguns inconvenientes em / que facilmente se pode cahir estabelecemos / que os Prodomos da enfermaria, depois / de serem ellectos pelo grão mestre e com / conselho ordinario, no mesmo conselho fação juramento solene de exercitar/ bem e fielmente seu officio pera recreação/ dos senhores enfermos e que clara e/ distinctamente escreverão todas as despesas que se fazem cada dia assi em a botica / [fl. 46] como na enfermaria, os quais nisso nosso The-/ souro he obrigado a satisfazer e o es-/ crivão da enfermaria fará taobem o / semelhante juramento depois e segundo / costume antigo for apresentado ao grão / mestre e conselho e pelo hospitaleiro e / acentado delles. E assi mesmo o comen-/ dador da pequena comenda, o qual em / virtude do dito juramento nenhua cousa distribua/ sem ordem dos médicos, nem sem o sa-/ berem os Prodomos, os quais farão taobem / memoria destas cousas. E se acontecer que / fora desta ordem se fação alguns gastos/ não sejam levados em conta.

João de Lastich G. M.

4. Os mesmos Prodomos da Enfermaria / cada dia à tarde verão as despesas que / se fazem e as asinarão. E sendo casso [fl. 46v] / que isto se não cumpra, os Procuradores de / noso comum Thesouro as não levarão em conta.

Que se faça Inventário das cousas do serviço da enfermaria

O mesmo G. M.

5. Ordenamos que os Prodomos e Hospitalei-/ro diligentemente e com<sup>328</sup> vigi-/lancia cada <anno><sup>329</sup> busquem e reconhecão e / vejão as dadiva e cousas do serviço da / enfermaria e fação em presença do en-/fermeiro, Prior e testemunhas inventário / autentico dellas e o assinem e aselem, convem a saber, da / roupa do serviço, e dos bens da enfer-/maria, vasos de prata, de ouro, estanho, / cobre, de todos os leitos, cobertores, lençóis, /panelhões e outras cousas semelhantes / pera isto deputadas e taobem de todos os / outros bens e cousas do serviço de qual-/quer sorte que sejão que ão acomodados/ [fl. 47] ao serviço da capella, paço, cameras, co-/zinhas e outros misteres. E taobem / declararão e<sup>330</sup> receita e o preço e / conta dellas. E porão sinais nestes bens e roupa com algum sinal, figura / ou escudo de armas, e os mandem guar-/dar em algum lugar seguro, limpo e com-/veniente, mandando ao enfermeiro que / por nenhuma maneira não presuma sec-/creta nem publicamente, directa ou indirectamente / levados de hua parte a outra ou mu-/dados ou polos em outro serviço sob pena/ de privação dos dictos officios.

Que se visite a botica da enfermaria.

O mesmo G. M.

6. Pera que pelo defecto e corrupção dos me-/dicamentos os enfermos não padeção de-/trimento corporal, mandamos que a Botica da/[fl. 47v] Emfermaria, chamados os medicos se/ visite pelo Hospitaleiro e os Prodomos / cada e quando lhe parecer. E em sua pre-/sença os médicos com diligência, sabia/ e prudentemente fação visita se a Botica/ está bastecida de drogas e mezinhas/ convenientes e neceçarias pera os emfermos pera que por culpa do Botica-rio a cura dos enfermos se não dei-/xe e debilite, pelo que estatuímos<sup>331</sup> / que o enfermeiro e prodomos fação/ escrever em carta de pergaminho todos / os estatutos que pertencem a hospita-/lidade, os quais fixo em

---

<sup>328</sup> Segue-se uma palavra riscada.

<sup>329</sup> Palavra entrelinhada.

<sup>330</sup> Segue-se palavra cuja leitura não foi possível devido a mancha de tinta.

<sup>331</sup> As palavras “pelo que estatuímos” encontram-se sublinhadas e à margem esta escrito “Jacobus de Milli G. M.”.

huam taboa / estejam pendurados no paço dos do-/entes pera que sejam vistos de todos, e segundo o que elles despazerem (*sic*) se faça / o governo e serviço do enfermos.

Do sinal de ferro que ha de ter o hospitaleiro pera marcar a roupa.

O mesmo G. M.

[fl. 48] 7. Pera a conservação dos bens e roupa de-/putados pera o usso dos enfermos estatui-/mos que o hospitaleiro ou seu lugar tenente/ tenha hum sinal de ferro que comumente se / chama Bulla, com o qual se asinem os / cobertores e tapeçaria, ornamentos e / outras roupas e bens moveis que se podem/ assinar, porque se não mudem nem passem / de hua parte a outra ou se alterem. E o / dito sinal de ferro se meta em hum saco de / couro que seja sellado com o sello do hos-/pitaleiro ou seu lugar tenente e dos pro-/domos, o qual o enfermeiro terá / em sua guarda. E os bens e roupa de / serviço que não são neceçários nem de-/putados pera usso cotidiano se fecha-/rão em algum lugar de baixo e das chaves/ do enfermeiro e Prodomos.

Que se depute hum capellão com o prior da enfermaria

João de Lastich G. M.

8. Queremos que o Hospitaleiro depute / [fl. 48v] e acione algum capellão de nosa ordem de / honesta e aprovada vida que primeiro será / apresentado ao prior da Igreja pera que por / elle se conforme, o qual em a enfermaria celebre quatro missas em a sema-/na e o prior três, pera que cada dia os en-/fermos oução missa. Em a qual se fa-/ção rogações pela saúde da alma e / corpo deles. E a qu'estes sobreditos se / assine o salário acostumado. E serão / taobem obrigados com cuidado e di-/ligençia a ouvir de confissão e ad-/ministrar o sancto sacramento da Eu-/caristia aos emfermos, sepultar os mortos e exercitar todas aque-/llas cousas que a saúde da alma dos / enfermos e serviço da sepultura / dos mortos são necessárias.

## Dos privilegios do officio do Prior da enfermaria

Jacobo de Melli G. M.

[fl. 49] 9. He cousa conveniente que o prior da enfer-/maria seja vigilante e contino no serviço / dos pobres e enfermos, em especial acer-/ca daquellas cousas que pertencem a saúde / da alma, pelo qual mandamos que o prior da enfermaria com diligencia este (sic) e / olhe pela saude dos enfermos, que se digão/ as missas e se dem os sacramentos / e outras cousas neceçarias que a seu / officio pertencem. As quais cousas pera/ que mais comodamente se possão fazer / o isentamos das carravanas e lhe con-/cedemos autoridade de ter hum ser-/vidor para o serviço do qual se lhe / conçada polica de grado como o frade / cavaleiro, o qual averá do comum the-/ souro.

## Dos Medicos da Enfermaria.

João de Lastich G. M.

10.<sup>332</sup> Pera curar os enfermos se procurem/ [fl. 49v] médicos sábios e expirmentados, os / quais em presença de oito frades das/ lingoas e do enfermeiro serão o-/brigados a fazer juramento que serão/ muito vigilantes na saúde dos doentes com grande diligência e segundo/ a regra e livros dos grandes e afama-/dos médicos. E serão obrigados de visitar ao menos cada dia duas ve-/zes, todos os enfermos e ordenar / aquellas cousas que pera sua cura são / necessarias, o que executarão sem di-/lação alguma nem cousa que os estorve./ E na visita estarão presentes o / enfermeiro e escrivão, os quais fi-/elmente e pera cada hum por si toma-/rão aquillo que pera a saúde dos en-/fermos for ordenado dos médicos. / E os medicos terão seu soldo de Thesouro e não poderão tomar nem pedir / cousa alguma dos enfermos por ser-/[fl. 50]viço.

---

<sup>332</sup> A numeração encontra-se na margem oposta.

Dosurgiões.

O mesmo G. M.

[11.] Estatuimos taobem que pera o mesmo / serviço se tenham dous surgiões sá-/bios, destros e expirmentados em sua / arte, os quais serão primeiro examinados / e aprovados dos médicos, e não se / admitão de outra maneira.

Que o enfermeiro visite cada noite os enfermos

O mesmo G. M.

12. He cousa conveniente que o enfermeiro / seja vigilante e cuidadoso com os doentes, / porque por negligencia não lhe aconteça em / eles algum desastre. Portanto mandamos / que o enfermeiro juntamente com o seu criado cada noite a hora de completas, e pela / manhã, prudentemente e com diligencia / visite os enfermos, e lhes falle, pre-/suada), conforto e ajude. E assi / [fl. 50v] mesmo os Prodomos o dia seguinte, / quando forem juntos saberão se o en-/fermeiro fez a visita, na qual se fal-/tar o reprenderão e além disto obri-/garão a fazella. E por que os comeres/ quanto mais limpos e melhores são / pera o corpo humano, tanto mais apro-/veitão pera o nutrimento delle, por isto / mandamos ao enfermeiro que proveja / os enfermos de boas e excellentes comi-/das, frãogãos, galinhas, pão e vi-/nho. E nisto também o Hospitaleiro/ e os Prodomos tenham diligente cui-/dado pera que de semelhantes cousas os / doentes sejam bem providos.

Que os doentes na enfermaria se / devão tratar modestamente

O mesmo G. M.

13. Querendo restringir a dissolução e demazi-/ada converção de alguum, mandamos / que os frades enfermos, e taobem / [fl. 51] os seculares na enfermaria estejam e /

conversem modesta e temperadamente e não / será licito daqui em diante nem se permita / a nenhum pedir nem aver se não soo aqui-/lo que pera sua saúde for do medico or-/denado. E se fiandose de seu atrevi-/mento com importunidade pedir alguma cousa/ vedamos ser-lhe dada aos tais doentes assi mesmo na enfermaria estejam calados / e honestamente conversem e não se ocupem / em jogar dados, nem enxadrez, nem ler, / historias, ou cronicas, não fação qual-/quer outra cousa que possa trazer mo-/lestia ou estorvo aos enfermos. E o que / fizer o contrario será privado do ser-/viço das cousas neceçarias em a enfer-/maria. E taobem seja deitado da com-/panhia dos enfermos pera que viva a seu / modo porque não he digno nem da medici-/na nem da vajuda dos medicos o que faz / pouca conta das leis da medicina. / [fl. 51v] E esta regra assi como em ella se contem for / guardar o enfermeiro, o qual sendo /negligente será privado do offiço. / E sendo casso que algum dos frades doentes / e depois de ter licença dos médicos e quiser / por dous outros dias comer a meza / do enfermeiro, o poderá fazer e / ao enfermeiro se satisfará esta des-/peza do Thesouro.

Afonso de Portugal G. M.

14. Os frades no principio da enfermida-/de por três dias enteiros poderão estar / em suas cameras e lhes devem dar as / cousas necessárias (*sic*) como se estivesem na/ enfermaria. Mas passado este espaço / são obrigados a hir a enfermaria / e de outra maneira lhes he negado / serviço das cousas necessárias (*sic*) a / custa da religião.

Que os frades ao entrar da enferma-/ria se confessem e fação desapropriamento

[fl. 52] Joam de Lastich G. M.

[15] Estatuímos que todos os frades que vierem a no-/sa enfermaria doentes pera serem curados / na entrada da enfermaria e antes que / passem 24 horas serão obrigados a / confesarse e tomar o Sancto Sacramento / da Eucharistia, e depois fazer desa-/propriamento, convem a saber declaração de suas cousas / o qual tendo o sello do prior da en-/fermaria se lhe de inteira fee. E se/ recusarem fazer isto passado o espaço das /



ditas 24 horas, sejam lançados da / dita enfermaria, nem se lhes de o ne-/cesçario (*sic*). E mandamos que o emfermeiro/ seja obrigado ter pera seu serviço da dita / enfermaria criados de boa foma e / diligentes e bastante número, somente pera o serviço dos enfermos e duas mo-/lheres honestas pera criar os meninos / [fl. 52v] orfãos os quais sejam todos Christãos.

Claudio de la Sengle G. M.

16. Todos os desapropriamentos de nosos frades / assi no convento como fora sendo defuntos/ se registrem em a câmara de noso comum/ thesouro.

Do desapropriamento que hão de fazer / os seculares doentes na enfermaria.

João de Melli G. M.

17. Ordenamos pera sempre que todos os secula-/res doentes tanto que entrarem na enfer-/maria sejam obrigados a confesarse e / tomarem o sacramento, e tãobem o enfermeiro, / Prior e Prodomos lhe amoestem que fação / testamento, o qual se faça pelo Prior ou / escrivão da enfermaria ou outro cle-/rigo em lugar do prior, ajuntando-se to-/dos<sup>333</sup> ou três testemunhas. E não vão / contra elle sob pena do derecho canonico / e o dito prior e escrivão como se fossem / [fl. 53] notários públicos tenham autoridade e / faculdade de fazer este testamento, chaman-/do ao menos duas testemunhas. E o tal testa-/mento se escreva em algum livro pera que / fique em memoria e pera conservação do / derecho e justiça de cada hum sobre os / bens dos defuntos. E se os enfermos / seculares duvidarem de fazer este tes-/tamento, ou não se pudese então fazer, o / enfermeiro e Prodomos mandem fazer / ao prior e escrivão hum inventario / de seus bens diante testemunhas pera que convale-/cendo se dem aos enfermos, ou vindo / a morrer conste de seus bens pera con-/servação do derecho daquelles a quem / tocarem. E estes bens postos por inventario / se ponhão em lugar seguro de baixo das /chaves do enfermeiro e prodomos.

---

<sup>333</sup> Segue-se uma palavra riscada.

Claudio de Sangle G. M.

18. Os Prodomos fação fielmente executar / as ultimas vontades dos seculares / [fl. 53v]  
que morrerem na enfermaria.

De que maneira hão de ser sepultados / os frades defuntos

Niculao Lorgne G. M.

19. Por cousa de louvar se deve ter que nosos / frades com sua sepultura e pompa de /  
seu enterramento, se honrrem do mesmo há-/bito que se vistirão entrando em a Re-  
/ligião e vivendo nella. Por tanto man-/damos que todos os frades do Hos-/pital quando  
sahirem desta vida sejam / sepultados com os mantos de pontas / e tenham o hábito  
nelles.

Que os corpos dos defunctos se-/culares sejam honestamente se-/pultados.

João de Lastichch (*sic*) G. M.

20. Ordenamos que os corpos das pessoas seculares / que morrerem em nossa  
enfermaria, de-/[fl. 54]cente e honestamente sejam levados a / sepultura, hindo diante os  
capellães / rogando pela alma do defuncto e fação-/se quatro roupas de negro, as quais /  
vistão aquelles que levão o corpo morto. / As quais fará guardar o enfermeiro, / pera  
este effeito, e fará executar / o sobredito.

Que nehum com luto acompanhe os corpos / mortos dos frades.

Claudio de la Sengle G. M.

[21.] Tãobem queremos que os corpos de nossos / frades sejam enterrados mui  
honradamente. / Mas mandamos que daqui em diante nenhum / ora seja frade ora

secular, acompanhe / com vestidos de doo o corpo dos frades / defuntos, nem mesmo grão Mestre onde / quer que morrer.

De como se abrirão as caixas dos defuntos.

Jacobo de Melli G. M.

[22.] Pera que os bens dos defunto não se percão / [fl. 54v] por descuido mandamos expressamente que não / seja licito a nenhum abrir as caixas dos / defuntos na enfermaria, nem reconhe-/cer os bens senão estando presentes / o Hospitaleiro , enfermeiro e os Pro-/domos. Acrescentando que as alfaias/ apropriadas e conveniente pera o / usso dos enfermos que se acharem nellas / não se devão deputar a algum outro ser-/viço, senão somente ao dos enfermos.

Dos quatrocentos florentins / de Vilha Gutto mandados à en-/fermaria

Claudio de la Sengle G. M.

23. Conveniente cousa he seguir a devoção / do testador. Por tanto não seja licito / a nenhum de nosos frades de qualquer au-/thoridade que seja dispor daquella / soma de florins mandados a enferma-/ria por frei João de Vilhagutto Castela-/no de Amposta e depois e depois augmentada- / E que com o tempo se augmentara senão o / [fl. 55] Grão Conservador de nosso convento ao / qual damos licença de dispor daquelle / dinheiro pera usso dos enfermos segundo a/ vontade e ordenação do dito testador.

Da franqueza da enfermaria.

Fabricio de Carreto G. M.

[24.] Ordenamos que se algum delinquente se a-/colher ao sagrado e franqueza da en-/fermaria e se duvidar se há de gozar / della ou não: então a instancia do / Castellano, e juiz e hospitaleiro ou seu / lugar tenente, mande com diligencia gar-/dar ao dito delinquente na enferma-/ria seguramente até que sobre o casso / se conheça e

julgandose que lhe val/ a franqueza com o primeiro navio se man-/de desta ilha e de toda nossa jurisdição como antiguamente se fazia.

Em que casos não aproveita a fran-/queza da enfermaria.

[fl. 55v] Claudio de la Segle G. M.

Estes são os cazos em os quais a fran-/queza da enfermaria não val a nenhum:/ Aos saltadores aos que destruam de noi-/te os campos, aos que deitão fogo aos pães / nos agros ou qualquer outro incendio, aos / sodomitas, aos conjuradores, aos ladrões, / nem menos aos que per dadivas, ou apostada-/mente ou deliberadamente, ou a treição (*sic*) / ou com peçonha matarem. Homens mãos / servidores de nosos frades, nem ao que / ferem frades ou juízes nosos ou outros / ministros de justiça, nem aquelles que / são obrigados a dinheiro alheio, nem aque-/les que na mesma enfermaria com es-/perança da franqueza della cometerem de-/licto, nem a testemunhas falsas, nem a falsos / notários, nem a sacrilegos, nem a capea-/dores.

O mesmo G. M.

Ordenamos que esmollas que as cos-/ [fl. 56] tumão dar em nosas comendas se con-/tinuem.

## Anexo 2 – Instituições de caridade da Ordem do Hospital – Séculos XII-XIV

Instituições de caridade	Data	Documento
Hospital de Jerusalém	1100	2
Hospital de S. Gilles	1112-1128	24
Hospicium de Malafaria	1116	40
Hospital de Turbessel	1134	104
Albergaria de Annollo	1135	110
Hospital Rigaudus	1151	199
Hospital de Manuascha	1152	211
Hospital de Torono	1157	258
Hospital de Naplouse	1166	465
Hospital de Acre	1173	471
Hospital de Toulouse	1175	484
Hospital dos Judeus	1175	472
Hospital de Todos os Santos de Palermo	1183	653
Hospital de Noveline	1184	661
Hospital de Triquetaille	1186	772
Hospital de Sta Cruz de Winchester	1185	755
Hospital de Duisbourg	1189	776
Hospital de S. Miguel de Posen	1191	903
Hospital de Pierre	1191	912
Hospital de Amposta	1208	1308
Hospital de Dexthoma	1218	1622
Hospital de Wurzburg	1215	1445
Hospital de Mormant	1225	1813
Hospital de Marbourg	1232	2008
Hospital de S. Geraldo	1232	2029
Hospital de Vatace	1238	2186
Hospital do Santo Espírito de Brunn	1243	2294
Hospital de Bubinchon	1245	2354
Hospital de Hall	1249	2493
Hospital de Moravia	1256	2803
Hospital de Thémynes	1259	2923
Albergue de Cesareia	1262	3039
Albergue de Jafa	1262	3039
Albergue de Acre	1262	3039
Albergue de Vinho Novo	1262	3039

Instituições de caridade	Data	Documento
Hospital de Santo André	1266	3227
Hospital de Landelle	1281	3756
Hospital de Águas Quentes	1286	3920
Albergaria de Tarascon	1295	4284
Hospital de Londres	1296-1305	4309
Hospital de Aubrac	1297	4334
Hospital de Arles	1297	4337
Hospital de Braux	1297	4390
Hospital de Var	1300	4499
Hospital de Zitava	1303	4591
Hospital de Tournon	1305	4697
Hospital de S. Samson	1309	4875

### Anexo 3 – Motivações dos doadores por extracto social- Séculos XII-XIV.

Motivações	Outorgantes				Total
	Religiosos	Leigos		Régias	
		Nobres	Não nobres		
Redenção da alma dos parentes e/ou da sua alma	13	141	62	107	323
Caridade/esmola	8	53	10	18	89
Pagamento do tempo que passou no hospital da Ordem		3	1		4
Comunidade hospitalária e caridade prestada aos pobres	2	7	6	5	20
Alimento/sustento dos pobres		1	1		2
Idosos que estão no hospital			1		1
Orações da ordem depois da sua morte	1	3	2	1	7
Amor a Deus e/ou amor divino	2	19	6	13	40
Remissão dos seus pecados ou de familiares	1	30	8	21	60
Beato S. João		4	2	3	9
Exaltação da igreja de Cristo		2		1	3
Propaganda da fé cristã contra a gente moura		3			3
Ensinarmento do evangelho e de cristo		1			1
Devoção e fidelíssimo propósito religioso				1	1
Alma dos hospitalários e pela sua atividade no seu reino				1	1
Intuído pela piedade	1	15		6	22
Ingresso / recebimento na Ordem			1		1
Honra e reverência a Jesus Cristo				1	1
Refugiou garantido pela Ordem		1			1
Devoção dos seus pais pela Ordem		2			2
Devoção				3	3
Graça divina				1	1
Amor a Cristo e/ou à virgem Maria		3	2	5	10
Serviços prestados pela Ordem		3	1	10	14
Apoio à Terra Santa		1			1
Total	28	292	103	197	